FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.704 — SEGUNDA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2024 — R$ 6,90

Abin identifica espião da Rússia em embaixada

Integrante do corpo diplomático russo atuava em Brasília e deixou o país após descoberta; Moscou não comenta

A Abin (Agência Brasileira de Inteligência) descobriu um espião da Rússia que se passava por integrante do corpo diplomático da embaixada de seu país em Brasília. Serguei Alexandrovitch Chumilov deixou o Brasil após sua atuação ser identificada. Ele trabalhava para um dos serviços russos de inteligência na cooptação de cidadãos brasileiros como informantes.

O objetivo de Chumilov era angariar informações sobre determinados setores ou temas do Brasil de interesse do serviço de inteligência do seu país, relatam **Fabio Serapião** e **Renato Machado**. O russo se valia da condição de diplomata para exercer a função, o que foi confirmado por funcionários do Ministério das Relações Exteriores e de outras áreas do governo federal.

A Abin informou que não nega nem comenta casos de contraespionagem. O Itamaraty afirmou que monitora, mas "não comenta publicamente casos dessa natureza por seu caráter sigiloso". A embaixada da Rússia na capital federal também não deu declarações sobre o caso. Nos últimos anos, foram registrados ao menos três casos de espiões russos no Brasil. **Mundo A10**

Moraes inclui Musk como investigado em inquérito

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou a inclusão de Elon Musk, dono da X (antigo Twitter), como investigado no inquérito que apura a existência de milícias digitais antidemocráticas. O empresário publicou na sua rede social que está "levantando restrições" impostas por decisão judicial e que Moraes deveria renunciar ou sofrer impeachment. **Política A6**

Presídios federais pouco mudaram após fuga

Depois de mais de 50 dias da fuga do presídio de Mossoró (RN), o governo ainda não tem um relatório completo da situação das prisões federais, e apenas parte das melhorias prometidas pelo ministro Ricardo Lewandowski foi implantada. O laudo de inspeção dos locais ainda não foi concluído. A construção de muralhas no entorno das penitenciárias só foi iniciada na de Porto Velho (RO). **Cotidiano B1**

Gustavo Gómez levanta taça do Paulista Rubens Cavallari/Folhapress

Desigualdade faz país ter padrão de Cuba e Suécia no saneamento

Os sistemas de esgoto no Brasil comportam modelos comparáveis a países tão diferentes quanto Cuba e Suécia, mostra cruzamento de dados do Censo e da ONU (Organização das Nações Unidas) feito pela **Folha**.

Apenas 39,4% dos moradores de Rondônia contam com um serviço de esgoto considerado adequado, índice comparável a Cuba e Djibouti, país na região do Chifre da África.

Já São Paulo, com 94,5% da população com esgoto adequado, tem níveis de ponta, de países como Austrália, Bélgica, Chile, Israel, Quirguistão, Lituânia, Portugal e Suécia. **Mercado p.2**

Ruanda cresce, mas trauma resiste 30 anos após genocídio

Passadas três décadas do genocídio que deixou 800 mil mortos, Ruanda cresce economicamente, tem igualdade de gênero na política e atingiu bons patamares de segurança comparado aos países vizinhos. Mas os traumas do massacre ainda permanecem latentes. **Mundo A11**

Alexandra Moraes

Continuamos todos maluquinhos

Obra de Ziraldo, morto anteontem, "O Menino Maluquinho" não para quieto e tem "macaquinhos no sótão" que enchem a sua cabeça de ideias. Ao crescer, descobre que tinha sido apenas feliz. Ele ressoa nos leitores —talvez porque continuemos todos um pouco maluquinhos. **C2**

Esporte B6

Palmeiras vence Santos e leva primeiro tricampeonato paulista após 90 anos

O Palmeiras conquistou ontem o Campeonato Paulista contra o Santos após uma derrota no primeiro jogo da final. Pela primeira vez desde 1934, é tricampeão estadual.

Cotidiano B2

Ecoturismo seduz ciclistas e veganos na Ilha do Bororé, na zona sul de SP

Ilustrada C1

Pabllo Vittar volta em álbum com ode à música do Norte e Nordeste do país

Doação e seguro podem reduzir tributo na herança

Com a possibilidade de alta na tributação da herança, existem alternativas que podem ajudar a manter a renda da família durante o inventário, como seguro de vida e pequenas doações anuais. Especialistas, no entanto, alertam para o uso abusivo desses recursos. **Mercado p.10**

ENTREVISTA DA 2ª

Zeina Latif

Lidamos com uma mão de obra mal preparada e infeliz

Ex-economista-chefe da XP, Latif diz que o país amadurece, mas em um ritmo muito lento e com indicadores sociais preocupantes. "Jovens na escola não vêem retorno daquele tempo investido". **A12**

EDITORIAIS A2

Com mais idosos, será preciso fortalecer o SUS

A respeito de despesas públicas e privadas em saúde.

Corrigir o FGTS

Acerca de remuneração dos depósitos do fundo.

ISSN 1414-5723

Giovanna Stael/Folhapress

MAIS EXTENSOS DO MUNDO, MANGUES AMAZÔNICOS SÃO AMEAÇADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Rogério Matos Souza cata caranguejos nos manguezais de Ajuruteua, na região de Bragança, no Pará; pesca predatória pode prejudicar ecossistema rico e bem preservado **Ambiente B3**

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Com mais idosos, será preciso fortalecer o SUS

Gastos de brasileiros com saúde crescem, mostra o IBGE, em tendência previsível; a longo prazo, governos terão de conter outras despesas

Dados recém-divulgados pelo IBGE mostram que os brasileiros têm destinado parcelas crescentes de sua renda a serviços de saúde e medicamentos nos últimos anos, uma tendência previsível com a transformação demográfica e o envelhecimento da população.

A despesa pública e privada do país com tal finalidade somou 9,7% do Produto Interno Bruto em 2021, ante 8% em 2010. A expansão deve continuar nos próximos anos, visto que em países mais desenvolvidos e com maior proporção de idosos entre os habitantes, como Alemanha, França e Reino Unido, o índice chega a 12% ou mais.

Por aqui, o aumento dos gastos no período se concentrou nas famílias —de 4,4% para 5,7% do PIB. Já os desembolsos dos governos federal, estaduais e municipais passaram de 3,6% para 4% do produto.

Os números refletem o sistema híbrido de financiamento da saúde que, na prática, desenvolveu-se no Brasil. Embora disponhamos de um sistema público universal de atendimento, o que sem dúvida é uma conquista civilizatória, estamos longe de poder abrir mão dos recursos privados.

Será necessário fortalecer o SUS para fazer frente à alta esperada da participação de idosos na população. Hoje, homens e mulheres com idade acima dos 65 anos representam perto de 11% dos brasileiros; projeta-se que o patamar de 20% será ultrapassado em 2050, e o de 30% estará próximo em 2070.

Os gastos das famílias já são elevados no país, de acordo com a comparação internacional. Já a participação pública está abaixo da observada não só em países desenvolvidos, mas em vizinhos emergentes como Chile e Colômbia, citados no trabalho do IBGE.

Um sistema baseado em planos privados não se mostra opção desejável, dada sua propensão ao encarecimento dos serviços, que tendem a ser sobreutilizados por pacientes e médicos. O grande exemplo negativo é o dos EUA, onde as despesas com saúde chegam a exorbitantes 16,6% do PIB.

No atual cenário de penúria orçamentária, não há como pensar em um aumento rápido e vigoroso dos recursos do SUS. A longo prazo, será preciso rever prioridades e conter outras despesas para viabilizar maior atenção ao setor.

É fundamental também avançar em melhorias de gestão e alocação de recursos. A pasta da Saúde, infelizmente, é alvo da cobiça da política rasteira do Congresso, levando a pulverizar recursos em obras paroquiais que podem facilitar a eleição de parlamentares e prefeitos, mas não são submetidas a critérios de eficiência.

Corrigir o FGTS

Em julgamento no STF, governo propõe nova regra, mas debate ainda ignora as restrições do fundo

O governo federal apresentou uma proposta de garantir no mínimo a reposição da inflação em julgamento sobre a correção do FGTS no Supremo Tribunal Federal.

Uma ação de 2014 questiona a regra atual —taxa referencial (TR) mais 3% ao ano e uma parcela dos lucros do fundo— por não considerar os índices de preços ao consumidor. Argumenta-se que o STF já declarou a TR inconstitucional em outros casos, como correção de precatórios e ações trabalhistas.

No proposta encaminhada pela Advocacia-Geral da União, haveria um complemento caso a correção seja insuficiente para manter o poder de compra. Os meios para pagá-lo seriam definidos por conselho composto por membros de governo, empresas e sindicatos.

A mudança valeria só para valores futuros, o que não contempla a demanda principal de reposição da diferença acumulada —cerca de 90% só entre 1999 e 2013, data do estudo que baliza a ação.

Luís Roberto Barroso, o ministro relator, votou para não afastar a constitucionalidade da TR e, ao mesmo tempo, ampliar a remuneração apenas futuramente. Disputas quanto ao passado devem ser negociadas entre as partes.

É um caminho coerente. Quanto ao uso da TR, à diferença dos outros casos em que ela foi descontinuada, há uma lei específica que rege o FGTS. Não faz sentido, ademais, impor custos desmesurados para os contribuintes por alterações com impacto retroativo.

Deve-se garantir correção justa aos saldos dos trabalhadores, e a proposta do governo é equilibrada. Entretanto o debate não aborda a questão principal, que é a existência do FGTS em seu formato atual.

O fundo foi pensado como poupança compulsória para financiar projetos de interesse social, como saneamento, mas as regras de resgate são restritivas —demissão involuntária, compra de casa própria, doenças graves ou aposentadoria.

É preciso rever de modo mais amplo o funcionamento do FGTS. De mais imediato, além de regras de correção mais razoáveis, são necessárias mais opções para aplicação e regate dos recursos, que afinal, pertencem ao trabalhador.

Na gestão petista, infelizmente, é forte a propensão a restringir o acesso aos recursos do fundo, uma pauta permanente do Ministério do Trabalho de viés sindicalista.

O Céu é flicts

Lygia Maria

"A Lua é flicts." Com essa frase, o escritor Ziraldo deu esperança a gerações de crianças brasileiras. Afinal, a cor flicts, que passa a história triste, tentando se encaixar e fazer amigos, acaba encontrando seu lugar no satélite natural. Um lugar solitário, mas com bela vista, o nosso planeta azul, e admirado por astronautas, poetas e apaixonados.

No ambiente escolar, aprendemos não apenas as primeiras letras, mas também o árduo processo de socialização, cheio de competição, embates e preconceitos. Muitos alunos sofrem com a prática do agora chamado bullying, muitos se sentem como flicts, e, para eles, o livro de Ziraldo proporcionou alento.

Lançado em 1969, oito meses após o AI-5, que intensificou a opressão da ditadura militar, "Flicts" é uma ode à individualidade e às diferenças.

Em tal contexto político-ideológico de radicalismos totalizantes, com a sociedade dividida entre EUA e URSS, as peripécias do solitário "flicts" têm muito a ensinar.

A estética visual acompanha o aspecto libertário da narrativa: como fazer livro infantil sem ilustrações figurativas? Ziraldo anima as cores. Azul, amarelo, verde transbordam, brotam, dançam, giram de mãos dadas. Concretismo para crianças.

Após 55 anos, como ocorre com toda obra-prima, seu sentido perdura. Talvez porque, de certa forma, tenhamos regredido à polarização da Guerra Fria, com o nefasto comportamento político de manada.

Quem discorda de A é imediatamente tachado como apoiador de B. Aqueles que se recusam a entrar nos clubinhos, da direita ou da esquerda, merecem censura ou cancelamento. Não há espaço para flicts.

Quando o primeiro homem a pisar na Lua veio ao Brasil, recebeu uma edição do livro. No encontro entre astronauta e escritor, Neil Armstrong confirmou: "The moon is flicts".

A obra de Ziraldo semeou arte e beleza. Acendeu a imaginação de milhões de crianças e o gosto pela leitura com mensagens humanistas. Infelizmente, esse amável mestre partiu. Agora, o Céu é flicts.

O Brasil branco é produto de cotas

Ana Cristina Rosa

Quem observa a oposição às cotas raciais nas universidades e no serviço público é capaz de pensar que o Brasil nunca adotou cotas anteriormente. Errado. O difícil é encontrar alguém que não tenha tido um ancestral cotista entre a nossa população branca.

Não é segredo a adoção de políticas de ação afirmativa (como doação de terras) para estimular a imigração de europeus (a começar por italianos e alemães). Para desbravar o mundo novo e embranquecer o território enegrecido pela exploração dos escravizados africanos, foram distribuídos subsídios diversos.

Contudo, avançando nos séculos, antes da aprovação da Lei de Cotas, em 2012, nunca havia sido implementada uma política de inclusão social voltada à população negra.

Cotas raciais têm a ver com a promoção de uma competição justa entre candidatos que enfrentaram uma série de dificuldades que extrapolam em muito (infelizmente) a baixa qualidade do ensino ao qual tiveram acesso. E, ao contrário da propaganda falaciosa, nunca tiveram nada a ver com exclusão do mérito. Não neste país de maioria negra, onde os excluídos são também majoritariamente pretos e pardos.

Então, considerando que todos os outros tiveram sua vez de receber incentivos, por que a adoção de medidas compensatórias para negros, quilombolas e indígenas incomoda tanta gente?

Particularmente, só encontro explicação ligada ao racismo. E foi a partir dessa perspectiva que olhei para o resultado da Datafolha apontando apoio de 83% a cotas no ensino superior, mas oposição de 56% ao atual modelo e de 41% ao critério racial.

Tenho extrema dificuldade de entender como é que parte considerável dos brasileiros não se rende ao fato de que (contrariando o bordão da época da ditadura) este é um país que não vai para a frente se continuar perpetuando a desigualdade racial.

Como disse Laurentino Gomes, autor da trilogia "Escravidão", "o enfrentamento da herança da escravidão deveria partir do Brasil branco".

Uma menina pede um autógrafo

Ruy Castro

Na noite de 5 de agosto de 1955, Carmen Miranda começou a subir as escadas de sua casa, em Los Angeles, e disse a seus convidados, todos brasileiros: "Macacada, vou dormir, mas ninguém vai embora. Fiquem aí dançando, bebendo e se divertindo". Uma menina, Sheila, 12 anos, filha de um dos presentes, o industrial Jackson Flores, estendeu-lhe uma foto: "Carmen, antes de dormir, pode me autografar esta foto?". "Claro, meu bem", ela respondeu. E assinou-a: "Carmen Miranda".

Carmen deu um boa-noite geral, subiu e foi direto ao lavabo para tirar a maquiagem —naquela tarde, filmara sua participação no programa de TV de Jimmy Durante, e os amigos em sua casa eram os que ela convidara para assistir à apresentação. Vestiu um rôbe, lavou o rosto e, no corredor, antes de chegar ao quarto, teve o enfarte fatal. Sem um som, seu corpo caiu sobre o carpete e só foi encontrado na manhã seguinte. Tinha 46 anos.

Sheila Carol Flores, a menina, guardou para sempre a foto autografada e só lamentou não ter pedido a Carmen que a datasse. Fizesse isto, ficaria comprovado que era o último autógrafo concedido por Carmen. Não que Sheila pretendesse leiloá-lo ou vendê-lo. Apenas queria ter a certeza de que tudo não passara de um sonho —ou pesadelo— adolescente.

Voltou para o Rio com seu pai, que, separando-se de sua mãe, casou-se com a Miss Brasil Adalgisa Colombo. Sheila, por sua vez, tornou-se modelo de passarela, trabalhou no Sheraton, casou-se com um publicitário e teve uma filha, Stephanie. Criou família, conquistou amigos, conheceu o high society. Mas o ponto máximo de sua vida lhe acontecera bem cedo, naquela noite de 1955.

Sheila morreu há dias no Rio, aos 81 anos. Nenhum jornal ou revista registrou sua morte. Normal: não era famosa. E ninguém tinha a obrigação de saber que, com ela, morria também a última pessoa no mundo que falara com Carmen Miranda.

Corrupção eleitoral

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

As práticas eleitorais corruptas eram a norma até o início do século 20 do Reino Unido e da Alemanha, aos países escandinavos. Todos passaram por notável mudança institucional e hoje são campeões da integridade eleitoral. O que explica o sucesso de reformas que visaram a eliminação destas práticas?

Esta é a pergunta que Isabela Mares analisa em Protecting the Ballot - How First Wave Democracies Ended Electoral Corruption? (2022). Combinando estudos de casos e métodos estatísticos avançados, a autora argumenta que foi a formação de coalizões majoritárias entre facções dissidentes das elites no poder e setores emergentes fora do poder (partidos ancorados no operariado e setores de renda média). Os conflitos intraelite resultaram de choques econômicos e políticos que solaparam o equilíbrio existente (pelo qual as elites no poder que controlavam recursos impunham seu domínio sobre rivais).

A expansão vertiginosa do eleitorado, via extensão do sufrágio e da urbanização, aliada ao aumento da renda dos eleitores, tornou a compra de votos proibitiva para alguns setores das elites. A prática corrente e aberta de troca de vantagens por voto, restrita até então a um eleitorado diminuto, estendeu-se para uma massa de milhares de eleitores. A corrupção também acarretava custos políticos e reputacionais. A alternativa, então, foi proibir a compra de voto e mobilizar o eleitorado em bases programáticas (políticas públicas).

As coalizões variaram de país a país e dependiam do tipo de prática corrupta, que a autora classifica segundo tipos: 1) compra de voto; 2) violação do segredo do voto; 3) a utilização da máquina pública; e 4) fraudes na contagem de votos.

O argumento de Mares não pode ser transposto para o caso brasileiro, mas fornece pistas para a análise. Tivemos relativo sucesso em aprovar medidas contra os tipos 2) e 4): o sigilo foi garantido com a cédula pública (1958) e com a urna eletrônica (1998), que impactou também a contagem. Nosso problema é o 3). Em termos comparativos, é surpreendente o descompasso entre o progresso obtido (contra a captação ilícita de sufrágio, na lisura dos procedimentos eleitorais e contagem de votos) e a utilização corrupta de contratos de obras públicas, numa escala mastodôntica, para campanhas eleitorais, como se tornou público em 2014.

Houve escândalos e reforma do financiamento de campanha (a solução gerou outro tipo de problema: os fundos bilionários de campanha). A reação visceral atual contra o combate à corrupção vai na direção contrária da melhoria da integridade eleitoral. O espectro da volta ao padrão anterior de desvios de recursos de estatais e emendas assombra.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Cracolândia, uma solução não utópica

Internação compulsória é medida humanitária de saúde pública

Guido Palomba
Psiquiatra forense, é membro emérito e ex-presidente da Academia de Medicina de São Paulo

A cracolândia paulistana existe há mais de 30 anos —uma chaga aberta no coração da cidade de São Paulo.

Por quê? Nunca foi feito o correto: tratar os seus frequentadores como doentes mentais gravíssimos. E doentes dessa natureza têm que ser internados compulsoriamente em hospitais psiquiátricos por período de tempo longo.

O problema é que a psiquiatria parece "terra de ninguém" e muitos querem dar pitaco. Em razão disso, várias pessoas posicionam-se contra a internação compulsória. Um dos argumentos mais evocados é o de que os pacientes têm o direito de escolher o próprio tratamento. Simplesmente impossível, pois estão dominados pelo vício, consequentemente sem livre-arbítrio; ou seja, sem possibilidade de decisão.

Caso sofressem processos de interdição, todos, sem exceção, seriam interditados por moléstia psíquica grave e incapacitante. E, acima disso, é preciso lembrar que antes do direito vem o dever: "Cumpras o teu dever". Se todos cumprissem o dever, não precisaria do direito individual, que nasce do débito do que não foi realizado. A internação compulsória é medida humanitária de saúde pública. São doentes, desesperados que já nada mais têm a não ser a tentação do vício por todos os lados e a fatalidade trágica pela frente.

Para acabar, sem utopias, com a cracolândia e dar uma chance de vida digna aos seus frequentadores é preciso pulso firme e implantar os dez seguintes passos.

Primeiro: tirar os dependentes das ruas, compulsoriamente, encaminhando-os a lugar previamente preparado, com características hospitalares, com médicos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais etc. O antigo Hospital do Juquery já abrigou mais de 10 mil pacientes, mas hoje está ocioso e poderia ser adaptado para receber os cerca de mil viciados que habitam, atualmente, a cracolândia paulistana.

Segundo: triagem médica e jurídica; ou seja, quem de fato é doente, permanece, quem não é volta para a rua, enquanto os traficantes devem ser encaminhados à polícia.

Terceiro: promover a higiene física, com roupas limpas, alimentação adequada, hidratação, administrar vitamínicos, combater infecções e aplicar sedativos ditos menores (ansiolíticos e miorrelaxantes) para combater a fissura.

Quarto: inseri-los na laborterapia de cunho profissionalizante: ensinar a cozinhar, carpintaria, cerâmica etc., mesclando com lazer —jogos, pintura e música. Esse período precisa ser longo; caso contrário, recaem rapidamente.

[...]

Dizer que "paciente psiquiátrico tem o direito de escolher se quer ou não ser tratado" equivale a estar diante de um humano debruçado na janela do 10º andar de um edifício, pronto para se suicidar, e não tentar agarrá-lo pelas pernas, pela camisa, pelos cabelos —um ato obrigatório em virtude de ordem moral

Quinto: o serviço social se incumbirá de procurar parentes do dependente químico, formando grupos de terapia para ajudar no relacionamento paciente-família.

Sexto: à medida que os benefícios terapêuticos físicos e mentais se solidificam, inicia-se o processo de alta progressiva, passando do regime de internação fechado para o semiaberto, que é a residência terapêutica, com saídas programadas e monitoradas pelos chamados atendentes terapêuticos.

Sétimo: passagem do regime semiaberto ao aberto, por meio do hospital-dia; ou seja, durante o dia frequenta a residência terapêutica, participa de reuniões coletivas, laborterapia, recreação e, no fim da tarde, volta para casa.

Oitavo: alta médica com segmento ambulatorial para ex-viciados nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), já existentes. Em caso de recidiva, volta ao regime de internação.

Nono: as entidades religiosas e os movimentos caritativos ajudariam na reintegração social do paciente ao criar oportunidades de trabalho e circunstâncias positivas, as quais são fundamentais nesse momento em que se visa a reinserção de doentes estigmatizados em uma sociedade preconceituosa.

Décimo: ação positiva dos governos com a indústria que empregar ex-pacientes, desonerando-a de certos tributos fiscais, por exemplo.

E, finalmente, dizer que "paciente psiquiátrico tem o direito de escolher se quer ou não ser tratado" equivale a estar diante de um humano debruçado na janela do 10º andar de um edifício, pronto para se suicidar, e não tentar agarrá-lo pelas pernas, pela camisa, pelos cabelos —um ato obrigatório em virtude de ordem moral. Tu deves fazê-lo.

Evitando distorções

Minha interpretação do artigo 142 jamais poderia justificar golpe de Estado

Ives Gandra da Silva Martins
Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP e professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra

De 1988 a 1998, Celso Bastos e eu comentamos a Constituição Brasileira em 15 volumes e quase 10 mil páginas, com algumas reedições e atualizações até a morte de Celso. Como tínhamos dividido os comentários ao texto por especializações individuais, com sua morte, não houve mais reedições.

Coube-me, na divisão do trabalho, comentar o artigo 142 da Carta, que muita gente, nada obstante as mais de 100 obras individuais e mais de 500 em conjunto que escrevi, com publicações de livros e artigos em 21 países, teima em pensar, numa visão distorcida, ser este comentário minha obra completa.

Neste artigo, com todo o respeito à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, quero explicar aos meus raros leitores a interpretação correta da minha exegese reiterada no livro "Estudos Sobre o Direito Constitucional Contemporâneo", que coordenei com Carlos Valder Nascimento e Dircêo Torrecillas em 2014, homenageando o ministro Gilmar Mendes.

Reza o artigo 49, inciso XI o seguinte: "É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes".

São, pois, os poderes que o Legislativo tem para impedir que o Executivo e o Judiciário invadam suas atribuições normativas.

Coloquei-me, então, a seguinte questão: se o Poder Judiciário invadir a competência legislativa do Congresso Nacional, não poderia este recorrer ao Poder invasor. Como zelar, então, por sua competência exclusiva? Pareceu-me que apenas as Forças Armadas poderiam, pontualmente, sem desconstituição de Poderes, garantir a competência privativa do Parlamento, que deve zelar por sua autonomia legislativa perante o Judiciário naquela hipótese específica.

[...]

Se o Judiciário invadir a competência legislativa do Congresso, não poderia este recorrer ao Poder invasor. Como zelar, então, por sua competência exclusiva? Pareceu-me que apenas as Forças Armadas poderiam, pontualmente, sem desconstituição de Poderes, garantir a competência privativa do Parlamento

À evidência, tal interpretação jamais poderia justificar um golpe de Estado ou uma violação do Estado democrático de Direito, algo que desde agosto de 2022 mais reiteradamente vinha afirmando, ou seja, que as Forças Armadas são escravas da Lei Suprema e nunca se prestariam a um golpe. Dizia isto por, durante 33 anos, lecionar direito constitucional e conjuntura na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército para coronéis, dentre os quais, no fim do curso, seriam escolhidos os generais de Brigada.

É evidente que as decisões da Suprema Corte devem ser respeitadas e cumpridas, o que farei a partir do julgamento da ADI 6.457. Confesso, entretanto, que continuo com a dúvida não solucionada pela maioria já formada pelo STF no que concerne ao artigo 142 da Constituição Federal.

Se o Poder Judiciário invadir a competência legislativa do Congresso, como deverá o Parlamento proceder, em sua prerrogativa exclusiva de zelar pelo seu poder-dever de elaborar as leis? Recorrer ao próprio Poder invasor?

Percebe-se, pois, que, apesar da admiração e respeito que sempre demonstro pelos ínclitos ministros da Suprema Corte, minha perplexidade não foi resolvida.

Nos meus 60 anos de magistério universitário e 89 anos de idade, reconheço ser ainda um professor limitado, incapaz de responder a questões elementares que os jovens podem dar respostas sem dificuldade.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Desenho de Jean Galvão em homenagem ao desenhista e escritor Ziraldo, morto no sábado (6), aos 91 anos Jean Galvão

Invasão de embaixada

Absurda violação do direito internacional, quase equivalente a uma declaração de guerra ("Autoridades do Equador entram na embaixada do México e prendem ex-vice de Correa", Mundo, 7/4). O Equador caminha sobre águas turbulentas e colherá amargos frutos desse trágico plantio.
Emanoel Tavares Costa (Marília, SP)

Politização nas Forças Armadas

Interpretação equivocada ou interesseira ("Politização das Forças Armadas está superada e devemos saber 'virar a página', diz Barroso", Política, 6/4)? Mais um passando pano para milico golpista. E ainda vem com esse clichê ridículo de virar a página. Mal intencionado. Desrespeitoso com a verdade histórica. Humilhante para quem sofreu com a violência praticada durante a ditadura militar e desrespeitoso com a população brasileira. Quem vai fazer parar esse descaso institucional?
Adalto Fonseca Júnior (Vitória, ES)

*

E a politização partidária em TRE, TSE e STF? Estas entidades públicas e as Forças Armadas não poderiam ter viés político partidário.
Maria Alice Costalonga (São Paulo, SP)

Elon Musk e a censura

A pergunta que importa: e daí que o Elon Musk disse isso ou aquilo, Folha ("Elon Musk responde post de Moraes e pergunta a ministro por que 'tanta censura'", Política, 6/4)? Até porque Musk é o típico hipócrita: ultraliberal quando lhe interessa, pediu há pouco tempo protecionismo ao Biden para proteger seus carros elétricos dos concorrentes chineses. E censura jornalistas e desafetos em sua rede social X.
Matheus Lourenço (São Paulo, SP)

*

O mesmo cara que enxerga censura onde não existe quis censurar um rapaz que mostrava na internet onde o avião dele estava pousado. Que incoerência, não?
Paulo Augusto (Rio de Janeiro, RJ)

Aceita like?

Nunca entendi por que você precisa de influenciador para tomar qualquer decisão ("Aceita like? Resistência de empresas a fechar parcerias com influencers cresce", Mercado, 6/4). Não sigo nenhum e os acho inúteis. Na minha época, influenciador era pai e mãe ou alguém da família.
Marlene Marquez Neves (Santos, SP)

*

Vale a pena repetir a piada que circula por aí há algum tempo: só existem muitos influencers porque existem muitos idiotas.
Nelson Oliveira (Brasília, DF)

Destruição em Gaza

Será que estas 88 mil construções que foram destruídas ou danificadas em Gaza eram todas elas de terroristas do Hamas ("Mais de 88 mil construções já foram destruídas ou danificadas em Gaza", Mundo, 6/4)?
Jorge Oliveira (Campinas, SP)

Escritora atacada por cães

Todo carinho solidário à poetisa Roseana Murray, que dedicou a vida a aspergir delicadezas em forma de livros ("Escritora Roseana Murray é atacada por pitbulls em Saquarema", Cotidiano 6/4). Que violência absurda! Aos (ir)responsáveis por esses cães, todo o peso da lei e da verdadeira justiça.
Carlos Artur Felippe (Uberlândia, MG)

Ziraldo

Ziraldo merecia ter feito parte da Academia Brasileira de Letras ("Morre Ziraldo, criador do 'Menino Maluquinho' e mestre da literatura infantil, aos 91", Ilustrada, 7/4)! Ele tinha tudo para ser indicado e eleito! Vá em paz, Ziraldo!
Valesca Menezes-Marques (Florianópolis, SC)

*

Uma grande tristeza. Mas, ao mesmo tempo, um sentimento aquece o coração pela honra de ter vivido o mundo de Ziraldo, pelas lembranças dos dias lendo seus livros na biblioteca da escola, pela alegria do reconhecimento que ele pode ter em vida. Sua missão está cumprida!
Emannuely Izidoro (Curitiba, PR)

Estatal do centrão

Lira, o rei do centrão, precisa deixar o Brasil respirar, o povo viver e Lula governar ("Congressistas escolhem empresas a dedo para receber verbas de 'estatal do centrão'", Política, 7/4). Nada disso pode acontecer com o centrão dando as cartas e desgovernando o país.
Vera Queiroz (Rio de Janeiro, RJ)

*

É preciso reconhecer que os gastos dos governos, do Legislativo e do Judiciário estão sem a devida prestação de contas. Daí, a Lei da Transparência foi boa, a Lei de Acesso a Informação também, mas colocar na conta do cidadão fiscalizar o bom uso do dinheiro público é demais. Os tribunais de contas não funcionam, só gente da elite é indicada pelo Executivo. No Ministério Público e no Judiciário, só elite passa nos concursos. Assim nunca haverá fiscalização e punição.
Antonio Pimentel Pereira (Governador Mangabeira, BA)

Taxação de big techs

Engraçado que para todo problema a solução preferida do Estado é tributar mais e mais, como se os recursos obtidos fossem insuficientes para o sustento da coisa pública ("Governo Lula discute quatro frentes de taxação das big techs", Mercado, 7/4). Reduzir os desvios de recursos punindo quem os pratica, mudar a estrutura tributária, reduzir gastos de onde é possível (que tal regular o teto do serviço público e evitar que milhões sejam retidos por castas do Estado), nada disso é pensado.
Ronaldo Santos Cardeal (Salvador, BA)

*

Como estão isentando de impostos as igrejas dos mercenários, entre outras isenções absurdas, o jeito é taxar o entretenimento, que obviamente vai aumentar o valor das mensalidades. Absurdo.
Ana Barbosa (Curitiba, PR)

Lemann e Americanas

A cara de pau dessa gente chega a ser irritante ("Lemann diz que últimos dois anos não foram de muito sucesso após fraude na Americanas", Mercado, 6/4). É sempre um tapa na cara do trabalhador!
Celso Ribas (Almirante Tamandaré, PR)

Prisão preventiva

É importante que o caso seja esclarecido ("Polícia pede prisão preventiva de motorista do Porsche envolvido em acidente com morte", Cotidiano, 7/4). Familiares e policiais comprometidos indevidamente sejam processados e punidos. A vítima merece respeito, a família da vítima merece respeito, a cidade também.
Rocia Oliveira (Brasília, DF)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*
painel@grupofolha.com.br

Barrados no baile

A reunião de sábado (6) do presidente Lula (PT) para melhorar a relação com movimentos sociais acirrou tensões e gerou incômodo nas lideranças preteridas, que viram a afinidade com o PT como principal critério para escolha dos convidados. Na UNE (União Nacional dos Estudantes), foram chamadas a vice-presidente e a secretária-geral, mais próximas do PT, mas não a presidente Manuella Mirella, ligada à juventude do PCdoB. Por isso, a instituição disse que oficialmente não foi convidada.

PANELINHA Ligada ao partido do presidente, só a CUT foi chamada no meio sindical. "Na hora de carregar os cartazes e as latas de cola é para todos. Na hora de discutir a conjuntura é com os amiguinhos? Erro político grave", diz João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical, fazendo menção à frente ampla que elegeu o petista em 2022.

PANOS QUENTES Presidente do PT, Gleisi Hoffmann esteve na reunião e afirma que esse bloco "se reunia com o presidente desde antes de 2018". Segundo ela, Lula quer encontros com grupos reduzidos "para poder ouvir". Ela diz que "não houve exclusões, apenas o início de um processo de encontros".

SEM FESTA A menos de um mês dos eventos do 1º de Maio, Dia do Trabalho, a relação do governo petista com as centrais sindicais tem esgarçado. Três delas (CTB, CSB e Nova Central) avaliam acionar a Justiça por estarem fora de conselhos dos quais dizem ter direito de participar, especialmente o do FGTS. O alvo da bronca é o ministro Rui Costa, da Casa Civil.

BEABÁ O TSE planeja realizar até julho uma capacitação de 3.000 magistrados para tratar da resolução aprovada em fevereiro sobre inteligência artificial. A ideia é a de familiarizá-los com as diretrizes das principais plataformas pelas quais a desinformação circula.

FAKE NEWS As empresas serão chamadas para conversarem com os juízes, para que eles entendam as políticas de integridade de cada uma. Isso os ajudaria a embasar eventuais decisões sobre notícias falsas nas redes sociais.

PONTO FINAL Em discussão no STF, a mudança no foro privilegiado também é debatida no Congresso. Há 11 projetos sobre o tema, a maioria para restringir o poder do Judiciário. Um dos principais é dos deputados bolsonaristas Delegado Ramagem (PL-RJ) e Bia Kicis (PL-DF), que limita a 90 dias o prazo de conclusão de inquéritos que miram políticos. O objetivo é evitar que investigações como a das milícias digitais se prolonguem indefinidamente.

ASSIM, NÃO Para o criminalista Sérgio Rosenthal, com tantos projetos e iniciativas há o risco de desvirtuamento. "O foro privilegiado se destina à proteção da função pública, impedindo que a Justiça se torne instrumento de perseguição. Não foi criado para impedir ou dificultar a aplicação da lei", afirma.

VOLUME A eleição para a Câmara Municipal de São Paulo deverá contar com um bloco de candidatos da chamada nova direita. Filiaram-se ao União Brasil com esse intuito os bolsonaristas ruidosos Adrilles Jorge, Douglas Garcia e Paulo Kogos, além da médica Nise Yamaguchi. Também concorrerão Zoe Martinez (PL) e a ex-deputada estadual Janaina Paschoal (PP).

CALDEIRÃO Em participação na Brazil Conference, evento organizado por estudantes brasileiros de Harvard e do MIT em Cambridge (EUA), Luciano Huck disse que Tabata Amaral (PSB) "será prefeita de São Paulo, se Deus quiser". A deputada federal é pré-candidata e disse à coluna que o apoio do apresentador é "motivo de muita honra".

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

Lula com ministros e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates Ricardo Stuckert - 3.nov.23/Presidência da República

Disputas e falta de coordenação agravam turbulência no governo

Auxiliares de Lula avaliam que semana foi difícil, com crise na Petrobras em meio à luta para reverter queda na popularidade

BRASÍLIA O novo capítulo da crise na Petrobras trouxe à tona a falta de coordenação do governo Lula (PT) e acabou por acirrar intrigas e atritos na Esplanada. Apontada por aliados do presidente como um momento difícil do terceiro mandato de Lula, a semana foi marcada por desconfiança entre os principais ministros do governo.

A tensão toma conta da equipe do presidente em meio à tentativa do governo de reverter a tendência de queda na sua aprovação, buscando soluções para ajustar uma comunicação criticada e pressionando ministros pela entrega de resultados.

A **Folha** ouviu oito ministros e três secretários, que fizeram vários relatos sobre fissuras entre os integrantes do governo nos últimos dias. O chefe da Casa Civil, Rui Costa, figura entre os mais criticados e foi apontado por colegas da equipe ministerial como a origem de vazamentos na Esplanada. Mas as divergências e disputas vão além.

Incitado a tecer comentários sobre a coordenação do governo, a cargo da Casa Civil, um ministro chegou a afirmar, sob reserva, que esta reportagem seria uma folha em branco se esse fosse o tema principal. Na sua opinião, não existe gestão de governo.

Agora, além de apaziguar sua equipe e evitar que a crise na Petrobras cause mais danos políticos e econômicos, Lula passa a cogitar uma reforma ministerial, que não estava programada.

A falta de contato de ministros com Lula aumenta as queixas na Esplanada, com vários deles criticando o fato de que suas propostas param no Palácio do Planalto, sem que seja possível recorrer ao presidente.

Afirmam que o chefe da Casa Civil criou uma espécie de blindagem a Lula, impedindo que outros assessores e membros do primeiro escalão tenham acesso ao presidente.

Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, cujo processo de fritura atingiu o ápice durante a semana, é um dos que estariam buscando, sem sucesso, uma audiência a sós com o mandatário.

Rumores envolvendo a demissão de Prates ganharam força após entrevista à **Folha** do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que admitiu haver conflito entre o seu papel e o do presidente da empresa.

Silveira foi questionado e evitou avaliar se Jean Paul Prates estaria fazendo um bom trabalho. "A avaliação da gestão do presidente da Petrobras eu deixo a cargo do presidente da República", afirmou.

Prates então teria pedido uma audiência com Lula para conversar sobre o bombardeio disparado contra ele por pessoas do próprio governo nos últimos dias. A iniciativa foi vista por auxiliares do Planalto como um ultimato e acabou desagradando.

Diante das especulações sobre a queda, auxiliares do presidente passaram a ventilar que Lula avalia substituí-lo por Aloizio Mercadante, atualmente presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O vazamento do nome de Mercadante foi um dos motivos para que a relação entre os integrantes do governo azedasse de vez. Ministros trocam acusações sobre a origem da informação.

O chefe da Casa Civil é acusado nos bastidores de jogar para a Fazenda a responsabilidade pelo vazamento do nome de Mercadante como eventual substituto de Prates. A situação aumentou a fervura para o presidente da Petrobras, considerando que Fernando Haddad (Fazenda) era visto como um aliado em algumas causas, como na distribuição de dividendos extras da estatal.

Por outro lado, Costa teria manifestado, em conversas, sua irritação com Haddad, a quem estaria responsabilizando pelo vazamento de um acordo fechado entre os dois e Silveira para a distribuição dos mesmos dividendos. A divulgação foi vista como prematura, considerando que ainda precisa passar pelo crivo de Lula e depois do Conselho de Administração da companhia.

Segundo um ministro, não tem mocinho nessa história e a relação dentro do Palácio do Planalto é descrita como "tóxica".

As trocas de acusações e queixas nos bastidores atingem Costa, Haddad, Silveira, Wellington Dias (Desenvolvimento Social), Camilo Santana (Educação), Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Marcio Macedo (Secretário-Geral da Presidência), Simone Tebet (Planejamento) e até mesmo ministros fora do núcleo político-econômico.

Integrantes da Polícia Federal e de pastas como a de Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) se queixam do tratamento concedido por Rui e sua equipe no dia a dia. Há reclamações sobre excesso de reuniões, tentativa de centralizar decisões, como se ele agisse como um primeiro-ministro.

A fala de Lula, na quinta-feira (4), chamando Rui Costa de primeiro-ministro aumentou a lista dos descontentes na Esplanada, sobretudo entre os ministros da chamada frente ampla que sustentou a eleição do petista na disputa com Jair Bolsonaro (PL).

A relação do ministro da Casa Civil com a PF e com o Ministério da Justiça na época em que era comandado por Flávio Dino já não era boa. Houve embates sobretudo em relação à segurança presidencial de Lula.

Entre os relatos ouvidos pela **Folha**, há ainda a percepção de que tantas "intrigas e futricas" geram um clima de desânimo. Com a possibilidade de mudança no comando da Petrobras, ganhou força a discussão para uma reforma ministerial, como mostrou a colunista Mônica Bergamo. Aliados diziam que a intenção de Lula era arrastar as mudanças até as eleições municipais, em outubro.

Segundo alguns cenários debatidos, Paulo Pimenta (Secom) poderia ser deslocado para a Secretaria-Geral da Presidência. Outras mudanças estudadas são a ida de Padilha para a Saúde, enquanto Wellington Dias voltaria para o Senado, dando lugar para o retorno para a pasta da ex-ministra Tereza Campello.

Além da crise da Petrobras, são citados outros reveses para o governo na semana. Lula sofreu uma derrota com a decisão do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) de prorrogar a medida provisória da desoneração da folha de pagamento, mas determinando o fim da reoneração dos municípios.

A decisão abriu um novo foco de críticas na articulação política, a cargo de Padilha. O presidente ainda precisou enfrentar um problema particular, com a denúncia contra seu filho Luis Claudio Lula da Silva, 39, acusado de violência física, moral e psicológica praticada contra uma ex-companheira.

A pressão sobre o presidente com a escalada das mobilizações do funcionalismo público por reajustes salariais também contribuiu para o clima ruim da última semana.

Adriana Fernandes, Catia Seabra, Julia Chaib e Renato Machado

+ AVALIAÇÃO DE LULA SEGUNDO O DATAFOLHA

Pesquisa feita em 19 e 20 de março

35% ótimo ou bom, ante 38% em dezembro de 2023

33% ruim ou péssimo, ante 30% em dezembro de 2023

30% regular, mesmo índice de dezembro de 2023

Musk vira alvo em inquérito no STF após ameaçar descumprir decisão

Dono do X defendeu impeachment de Moraes, que depois incluiu empresário em investigação

SÃO PAULO E BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal) determinou na noite deste domingo (7) a inclusão do empresário Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter), como investigado no inquérito que apura a existência de milícias digitais antidemocráticas e seu financiamento.

Moraes disse que a medida se justifica pela "dolosa instrumentalização criminosa" da rede, em conexão com os fatos investigados nos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos.

Ao longo do fim de semana, Musk fez uma série de posts relacionados ao Brasil. Em um deles, disse que estava "levantando restrições" de sua rede impostas por decisões judiciais. Também defendeu que Moraes deveria renunciar ou sofrer impeachment.

O episódio serviu para inflamar a base bolsonarista nas redes sociais. Até o momento, não há indicação se o X chegou a descumprir alguma ordem.

Moraes decidiu ainda que o X deve se abster de desobedecer qualquer ordem judicial já proferida pelo STF ou pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O ministro também determinou a instauração de um inquérito para apurar as condutas de Musk em relação aos crimes de obstrução à Justiça, inclusive em organização criminosa e incitação ao crime, todos previstos no Código Penal.

Parlamentares de esquerda e membros do governo Lula (PT) criticaram a postura de Musk e utilizam o episódio para defender que haja regulação das redes sociais. O ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta, por exemplo, disse que o Brasil "não é a selva da impunidade e nossa soberania não será tutelada pelo poder das plataformas de internet e do modelo de negócio das big techs".

Na noite de sábado (6), menos de uma hora depois de um perfil institucional do X postar que bloqueou "determinadas contas populares no Brasil" devido a decisões judiciais, Musk retuitou mensagem em que diz que "estamos levantando todas as restrições" e que "princípios importam mais que o lucro".

"Estamos levantando todas as restrições. Este juiz aplicou altas multas, ameaçou prender nossos funcionários e bloquear o acesso ao X no Brasil", escreveu Musk.

"Como resultado, provavelmente perderemos todas as receitas no Brasil e teremos que fechar nosso escritório lá. Mas os princípios são mais importantes do que o lucro", continuou.

Em publicação neste domingo (7), Musk afirmou que Moraes deveria renunciar ou sofrer impeachment. No mesmo texto, afirma que em breve publicará tudo o que é exigido pelo ministro e "como essas solicitações violam a legislação brasileira".

Na publicação institucional, o X não diz de quando são as ordens de bloqueio.

"A X Corp. foi forçada por decisões judiciais a bloquear determinadas contas populares no Brasil. Informamos a essas contas que tomamos tais medidas", diz a publicação feita pelo X.

"Não sabemos os motivos pelos quais essas ordens de bloqueio foram emitidas. Não sabemos quais postagens supostamente violaram a lei. Estamos proibidos de informar qual tribunal ou juiz emitiu a ordem, ou em qual contexto. Estamos proibidos de informar quais contas foram afetadas. Somos ameaçados com multas diárias se não cumprirmos a ordem", continua a mensagem.

Apesar de o post da empresa não citar de onde seriam as decisões, Musk repostou a publicação com a mensagem: "Por que você está fazendo isso @alexandre", marcando o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes.

Mais cedo, também no sábado, o empresário tinha respondido em tom de crítica um post antigo feito pelo ministro Moraes.

Em publicação em que o ministro parabenizava o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, pelo seu cargo, em 11 de janeiro, o empresário questionou o porquê de "tanta censura no Brasil".

No mesmo post de Moraes, Eduardo Bolsonaro respondeu a Musk dizendo que está preparando um requerimento para promover uma audiência na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados sobre o "Twitter Files Brasil e censura", com a participação de um representante do X.

Na última quarta-feira (3), Michael Shellenberger fez um post na rede social com uma série de críticas a Moraes e à atuação do Judiciário brasileiro, sob o título "Twitter Files - Brazil" (Arquivos do Twitter, em português).

O empresário Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter) Gonzalo Fuentes - 16.jun.23/Reuters

Já a deputada federal Bia Kicis (PL-DF), que assumiu este ano a liderança da minoria na Câmara dos Deputados, disse que a liderança da oposição e da minoria da Casa têm a obrigação de apurar as denúncias apresentadas pelo X e Musk.

Na noite de sábado, sem fazer referência às últimas declarações de Musk, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) publicou vídeo de um evento de 2022 em que está ao lado do empresário. Na legenda, escreveu que Musk "é o mito da nossa liberdade".

No mesmo dia, o ex-presidente tinha divulgado convocação para um ato no Rio de Janeiro no dia 21 de abril, que seria uma continuidade ao ato que aconteceu em São Paulo em fevereiro.

Em live no YouTube na noite de domingo, Jair Bolsonaro disse que a questão do Twitter era o "assunto do momento".

Disse que iria ainda se inteirar a respeito e ver o que seria possível fazer "via Partido Liberal" para que "a nossa liberdade de expressão seja garantida".

Afirmou então que agora "nós temos agora um apoio de fora do Brasil muito forte".

"A nossa democracia está ameaçada, todo mundo sabe disso aí, a nossa liberdade de expressão nem se fala."

Nas redes, bolsonaristas passaram a relacionar os dois eventos, dizendo que Musk estava convidado para o protesto no Rio e exaltando a defesa da liberdade nas ruas.

Para o deputado estadual bolsonarista Gil Diniz (PL-SP), Musk "só está expondo ao mundo o que falamos diariamente da tribuna, nas redes e nas ruas".

Ao longo dos últimos anos, Moraes tomou várias medidas frente a perfis de redes sociais e, tanto via STF quanto via TSE (Tribunal Superior Eleitoral), determinou a suspensão de uma série de contas de alvos de investigações, inclusive de parlamentares e do PCO.

Tal atuação se intensificou em meio às eleições de 2022 e aos atos de teor golpista que se espalharam pelo país, pedindo uma intervenção militar.

Constança Rezende, Renata Galf, Priscila Camazano e Carolina Linhares

“

Estamos levantando todas as restrições (...) Como resultado, provavelmente perderemos todas as receitas no Brasil e teremos que fechar nosso escritório lá

Elon Musk
Empresário dono do X em post em rede social

Não podemos conviver em uma sociedade em que bilionários com domicílio no exterior tenham controle de redes sociais e se coloquem em condições de violar o Estado de Direito

Jorge Messias
Advogado-geral da União

Governistas reagem e defendem regulação de redes sociais

BRASÍLIA Parlamentares de esquerda e membros do governo Lula (PT) reagiram às declarações do empresário Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter), em que disse que iria descumprir decisões judiciais brasileiras e também fez ataques ao ministro Alexandre de Moraes, do STF.

O episódio serviu também para reativar a pauta dos que defendem a aprovação de uma lei criando obrigações e dando mais balizas sobre a atuação das plataformas.

Sem citar Musk, o advogado-geral da União, Jorge Messias, fez uma crítica indireta ao empresário e defendeu a regulamentação das redes, em post na noite de sábado (6).

"Não podemos conviver em uma sociedade em que bilionários com domicílio no exterior tenham controle de redes sociais e se coloquem em condições de violar o Estado de Direito, descumprindo ordens judiciais e ameaçando nossas autoridades. A Paz Social é inegociável", escreveu.

O ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta por sua vez, disse neste domingo (7) que o Brasil "não é a selva da impunidade e nossa soberania não será tutelada pelo poder das plataformas de internet e do modelo de negócio das big techs".

Já a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PR), disse em seu perfil na rede, que "patético é o menor dos adjetivos" para descrever as respostas do empresário a Moraes".

A petista afirmou que as respostas de Musk insuflam a extrema direita "ao insinuar que há censura no Brasil, ao mesmo tempo que sua rede permite discursos de ódio e propagação em larga escala de notícias falsas".

O PT emitiu uma nota oficial em seu site, em que repudia as manifestações de Musk, que considera "indevidas e abusivas".

O deputado federal Orlando Silva (PC do B-SP), que é relator do PL das Fake News, disse que vai sugerir ao presidente da Câmara que volte a colocar o projeto na pauta.

"Chegamos ao limite! Agora @elonmusk sinaliza desrespeitar Poder Judiciário. Vou sugerir ao pres. @ArthurLira pautar o PL 2630 e desenvolvermos o regime de responsabilidades dessas plataformas digitais", escreveu.

O projeto de lei em questão foi retirado da pauta de votação da Câmara em maio de 2023, após forte pressão das plataformas e oposição dos bolsonaristas.

Desde o final do ano passado, Orlando Silva, em conjunto com integrantes do governo, tem discutido com representantes das big techs mudanças no texto para reduzir a resistência das empresas.

O deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP), por sua vez, se colocou contra a regulamentação das redes.

"O Ministro da AGU do governo Lula já saiu em defesa do PL da Censura. Lutaremos para que ele não seja aprovado!", escreveu.

Musk se descreve como um "absolutista da liberdade de expressão" e desde que adquiriu a rede social, em 2022, tem enfrentado polêmicas. A plataforma reduziu as equipes de moderação de conteúdo, e usuários e especialistas apontam o crescimento do discurso de ódio e da desinformação. **CR**

Deltan dá razão ao X e é vaiado ao defender religião na política

Fernanda Perrin

CAMBRIDGE (EUA) O deputado federal cassado Deltan Dallagnol deu razão ao empresário Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter), em disputa com o STF (Supremo Tribunal Federal), e foi vaiado neste domingo (7) ao defender a fé cristã como um valor político durante um painel no MIT, nos Estados Unidos.

Questionado sobre os ataques do bilionário ao ministro do Supremo Alexandre de Moraes no X, Deltan afirmou que "existe razão sim com o Twitter".

"As contas não podem ser censuradas e conteúdos ideológicos que não são criminosos e não são ilegais não podem ser censurados. Isso vem acontecendo no Brasil, isso é absolutamente errado, equivocado, isso é um absurdo. Isso nos aproxima de países com perfil ditatorial, quando o que nós queremos é viver em uma verdadeira democracia", disse.

Neste domingo, o bilionário disse que Moraes deveria renunciar ou sofrer impeachment.

Deltan listou o cancelamento de contas de redes sociais e disse que isso constitui "uma versão moderna de você cortar a língua das pessoas".

Para ele, esse tipo de ação é uma censura prévia porque "impede as pessoas de falar aquilo que você nem sabe o que elas vão falar".

"É algo absolutamente inconstitucional, ilegal, e para além disso, esses Twitter Papers que estão vindo à tona estão revelando que para além disso existe também uma censura de conteúdo por meio de ordens que determinam a moderação e o desestímulo à difusão de determinados conteúdos que são opiniões, que não são ilegais e não são criminosas, o que também é algo absolutamente inconstitucional", completou.

Deltan Dallagnol durante evento nos EUA Volponi Mídia/Divulgação

Deltan participou de um painel sobre combate à corrupção na Brazil Conference, evento organizado por alunos brasileiros de Harvard e do MIT em Cambridge. No palco, também estava o senador Alessandro Vieira (MDB), que havia criticado misturar religião com política, sob aplausos.

A mesa estava prestes a ser encerrada, mas Deltan pediu a palavra nesse momento para justificar sua posição de tratar sua religiosidade como um princípio político.

"Defendo honestidade, competência, mas sim, levo a religião para o meu trabalho porque ela consiste nos meus compromissos últimos de vida. Você recusar isso é preconceito de natureza religiosa", disse, despertando em seguida a reação negativa do público.

As vaias se intensificaram quando ele citou sua oposição ao direito ao aborto como um exemplo de posição associada à sua religiosidade.

"Houve uma vaia quando eu mencionei que eu levo sim a minha religião para o trabalho, assim como houve um grande aplauso quando eu expliquei a Lava Jato e expliquei os abusos e arbítrios que acontecem no Supremo", afirmou o ex-procurador ao ser questionado pela **Folha** sobre a reação da plateia.

"Eu entendo sim que existe hoje um grande preconceito de natureza religiosa contra a expressão da fé no ambiente público. É um preconceito secularizante de uma perspectiva humanista que exclui a fé, mas ao mesmo tempo aceita todas as ideologias, liberalismo, socialismo, comunismo, conservadorismo, todas as ideologias que têm por base, em última análise, a fé."

Além de criticar a mistura de fé e religião, Vieira também disse no evento que o Brasil não precisa de "heróis e xerifes" no combate à corrupção.

"Corrupção não é ideológica. Nos últimos anos se permitiu uma narrativa que atribuiu a um partido específico a primazia da corrupção", disse. "Enquanto eu imagino que existe algum mega inimigo coordenando isso, quando eu demonizo algum setor da sociedade e tento canalizar a crítica, eu estou me afastando da solução", afirmou ao lado de Deltan.

Redes sociais e a saúde mental

É preciso cuidado para evitarmos criar um culpado para questões de nossa época

Deborah Bizarria

Economista pela UFPE, estudou economia comportamental na Warwick University (Reino Unido); evangélica e coordenadora de Políticas Públicas do Livres

Com o uso generalizado e quase constante de redes sociais, têm surgido debates sobre seus impactos na saúde mental, especialmente dos mais jovens.

A popularização dessas preocupações levou pesquisadores de diversas áreas a se dedicarem a compreender as nuances dessa relação. Afinal, o que revelam as evidências sobre o tema?

A pesquisa de Sumer Vaid e outros autores introduziu o conceito de "sensibilidade às mídias sociais" para explorar como a relação entre o uso de mídias sociais e o bem-estar varia entre diferentes indivíduos e contextos. O estudo revelou que na média há uma pequena associação negativa entre o uso das redes e o bem-estar subsequente. Contudo essa associação variava muito a depender de outras características dos participantes.

Por exemplo, indivíduos com disposições psicológicas vulneráveis, como depressão, solidão ou insatisfação com a vida, tendiam a experimentar uma sensibilidade negativa mais acentuada em comparação com aqueles não vulneráveis.

Além disso, certos contextos físicos e sociais de uso das redes intensificaram essa sensibilidade negativa, sugerindo que a sua influência na saúde mental é multifacetada e dependente do contexto.

Já Amy Orben e outros pesquisadores decidiram investigar como o uso de redes sociais influencia a satisfação com a vida apenas em certas fases de desenvolvimento, como a puberdade e a transição para a independência, aos 19 anos.

Isso destaca como as transformações neurocognitivas e sociais da adolescência podem intensificar o impacto das redes.

Dado o papel crucial das interações nessa idade, as redes sociais, que medem aprovação social por meio de "curtidas", podem exacerbar preocupações com autoestima e aceitação.

Apesar dessas descobertas, os autores recomendam mais estudos sobre o uso de mídias em diferentes estágios de desenvolvimento, para entender melhor essa interação e formular políticas de proteção à saúde mental dos adolescentes nesta era digital.

Nesse sentido, a psicóloga e pesquisadora Candice Odgers defende cautela para as interpretações das pesquisas que estabelecem uma ligação direta entre o uso de redes sociais e o surgimento de problemas de saúde mental.

Odgers adverte que, apesar das preocupações legítimas acerca de seus impactos adversos, as evidências científicas atuais não confirmam uma relação causal direta. Ela enfatiza a importância de distinguir entre correlação e causalidade e de considerar a influência de uma série de fatores genéticos e ambientais no bem-estar.

Então, enquanto algumas pesquisas sugerem uma associação negativa entre o uso de mídias sociais e a saúde mental, é crucial reconhecer a diversidade de experiências entre os usuários.

Fatores como disposições psicológicas, contextos de uso e a natureza interativa das plataformas sociais desempenham papéis significativos nessa equação, de acordo com ponderações desses mesmos estudos.

O fato é que as redes vieram para ficar. Até o momento, os resultados das pesquisas enfatizam a importância de adotar uma perspectiva mais abrangente e individualizada ao examinar seus impactos.

Educadores, pais, legisladores e o setor de tecnologia precisam, antes de tudo, reconhecer a complexidade envolvida para então formular estratégias que minimizem os riscos associados ao uso dessas plataformas.

No entanto, não podemos negligenciar os benefícios que elas oferecem, como a interação social com pessoas distantes e o acesso à informação, que podem ser benéficos para muitos.

Se não considerarmos esses fatores, corremos o risco de, ao buscar um culpado para os problemas de saúde mental de nossa época, ficarmos sem soluções efetivas e descartarmos o que há de bom.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | **TER. Joel Pinheiro da Fonseca** | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Sergio Moro durante sessão no plenário do Senado Jefferson Rudy- 25.set.23/Agência Senado

Veja diferenças nos votos de juízes sobre cassação de Moro

Relator votou a favor de senador, mas divergência foi aberta na sequência; outros cinco juízes vão se manifestar

Catarina Scortecci e Renata Galf

CURITIBA E SÃO PAULO Os dois juízes do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná que já votaram no julgamento que pode levar à cassação do mandato do senador Sergio Moro (União Brasil) apresentaram uma série de diferenças em seus votos.

As ações encabeçadas pelo PT e pelo PL acusam a chapa de Moro de suposto abuso de poder econômico na pré-campanha eleitoral.

Enquanto o relator do caso, Luciano Carrasco Falavinha, avalia que não houve nenhum abuso de poder econômico, o juiz José Rodrigo Sade, por outro lado, cita "gigantescos aportes de recursos" que teriam desequilibrado a disputa. Entenda, ponto a ponto, as diferenças nos argumentos dos magistrados.

O juiz Luciano Carrasco Falavinha 1º.abr.24/TRE-PR

O juiz José Rodrigo Sade 1º.abr.24/TRE-PR

Total de despesas

Uma das controvérsias ao longo do processo é a definição sobre quais despesas seriam ou não de pré-campanha, para avaliar se houve ou não desequilíbrio.

Ao contrário de Falavinha, que calcula um gasto de quase R$ 225 mil na pré-campanha de Moro, Sade leva em consideração a soma do Ministério Público, que aponta para uma quantia aproximada de R$ 2 milhões. As diferenças ocorrem porque os juízes discordam sobre diversas premissas.

Mudança de rumo da pré-campanha

Inicialmente filiado ao Podemos, Moro migrou em março de 2022 para a União Brasil e, sem respaldo da sigla para insistir na corrida ao Planalto, ficou como pré-candidato por São Paulo —ainda sem definição sobre cargo. No entanto, em junho de 2022, ao não ter autorização para trocar de domicílio eleitoral, em ação movida pelo PT, assumiu, por fim, a pré-candidatura ao Senado pelo Paraná.

Para Falavinha, não é possível, por exemplo, fazer uma soma simples dos gastos das três fases da pré-campanha de Moro. Ele defende que isso só seria possível se ficasse comprovado que Moro tinha, desde o início, a intenção de ser candidato a senador. Também entende que somente os valores empregados efetivamente na pré-campanha ao Senado paranaense devem ser computados para análise de suposto abuso.

Sade, por sua vez, afirma que a pretensão do candidato é irrelevante. "A construção de um nome a ser incutido na cabeça do eleitor não permite simplesmente apagar tudo, sendo bastante razoável concluir que a pré-campanha para presidente acabou o beneficiando quando, mudando as velas de seu barco, passou a tentar aportar no Senado", completa.

Base territorial da pré-campanha

Para Falavinha, além da intenção de Moro, outro aspecto a ser levado em conta é o local em que ocorreram os atos de pré-campanha. Ele avalia que só podem ser contabilizados para análise sobre se houve abuso de poder aqueles que ocorreram no Paraná.

Sade discorda. Para o juiz, gastos da pré-campanha realizados fora do Paraná também têm influência na eleição estadual e devem ser considerados. "Os tempos atuais são outros e, com infinito alcance das redes sociais e alta propagação das mídias tradicionais na internet, não se pode mais sequer falar em limites geográficos", argumenta.

Tipos de gastos

Além de diferenciar os cargos almejados e o local alvo dos gastos de pré-campanha, Falavinha também fez uma análise individualizada de quais despesas teriam sido, a seu ver, de caráter eleitoral. Ele excluiu, por exemplo, gastos com escolta.

"É evidente que a contratação de segurança pessoal não possui aptidão a fomentar a candidatura e atrair votos; ao revés, pode até mesmo representar obstáculo à aproximação com o eleitorado", argumenta o relator.

Sade teve entendimento distinto. O magistrado afirma que "quase R$ 600 mil de dinheiro público" com segurança acabaram viabilizando a pré-campanha do hoje senador, "benefício esse que os demais candidatos não tiveram, daí o evidente desequilíbrio".

"Há muitas despesas de índole instrumental mas que, ao fim e ao cabo, irão auxiliar no desenvolvimento da estratégia de campanha", diz Sade.

Abuso

Em 2022, o limite para a campanha presidencial foi de quase R$ 89 milhões só para o 1º turno, enquanto a da campanha ao Senado do Paraná foi de cerca de R$ 4,4 milhões.

Não há, entretanto, regras que definam o quanto pode ser gasto em pré-campanha ou mesmo a partir de quando despesas podem ser assim contabilizadas, mas levando em conta o teto da campanha oficial, Sade indica que o total injetado na pré-campanha de Moro seria desproporcional.

Chegando a cálculo bastante inferior devido à diferença de critérios, Falavinha argumentou que não houve gravidade nos atos e nas despesas que ficaram demonstradas na pré-campanha, votando, por isso, contra a cassação.

Disputa acirrada nas urnas

Os juízes também interpretam de formas distintas o resultado do pleito paranaense. Moro foi eleito com 33,5% dos votos, seguido pelo então deputado federal Paulo Martins (PL), que obteve 29,1%; e pelo então senador Alvaro Dias (Podemos), que fez 23,9%.

Para Falavinha, trata-se de uma prova de que os candidatos tinham paridade de armas, ou seja, de que os gastos de Moro não interferiram na disputa. "Nada há [na pré-campanha] que tivesse causado desequilíbrio ou vantagem, valendo anotar que a disputa no Senado no Paraná foi extremamente acirrada", diz.

Já Sade sugere o contrário: a disputa acirrada, a seu ver, indica que o tamanho da pré-campanha pode ter feito diferença no resultado. Para Sade, houve "desproporcional injeção de recursos financeiros" na pré-campanha de Moro, o que afeta um pleito "com cerca de 4% de diferença entre os dois principais candidatos".

Fama prévia de Moro

A relevância do período da pré-campanha para alguém que já era nacionalmente conhecido em função da atuação como juiz da Lava Jato também foi ponto de embate.

Para o relator, Moro já ingressou na disputa com significativo capital político. Assim, o investimento na sua pré-campanha não teria afetado a normalidade das eleições. "Até as pedras sabem que Moro não precisaria realizar pré-campanha para tornar seu nome popular, eis que notoriamente conhecido", diz Falavinha.

Já Sade afirma que tal argumentação "não passa de retórica". "Caso essa fama fosse suficiente para, por si só, alçá-lo ao cargo pretendido, não faria sentido os partidos destinarem à sua pré-candidatura a quantia absurda de dinheiro que aplicaram", argumenta. Ele afirma ainda que a fama anterior pode ser "boa e ruim" e que houve investimento para "convencer a população de que o então juiz poderia ser um bom político".

Plenário da Câmara Municipal durante votação do Plano Diretor, em 2023 Câmara Municipal no Twitter

MDB de Nunes se torna maior partido da Câmara de SP

PSDB fica sem vereadores, e sigla do prefeito cresce após janela partidária

Carolina Linhares

SÃO PAULO Após vereadores trocarem de partido para concorrer à reeleição no pleito de outubro, a Câmara Municipal de São Paulo tem uma nova configuração, com maioria do MDB, partido do prefeito Ricardo Nunes, e sem nenhum representante do PSDB, que antes detinha a maior bancada, com oito, e vive uma crise.

A legislação eleitoral estabelece uma janela de um mês para que os vereadores mudem de legenda à vontade, prazo que se encerrou no sábado (6). Fora desse período, os eleitos que trocam de legenda arriscam perder seus mandatos.

Nunes, que já angariou o apoio de ao menos outros 10 partidos na corrida para a reeleição, segue com ampla maioria na Casa —37 de 55 vereadores (67%). Além disso, o presidente da Câmara, Milton Leite (União Brasil), é aliado do prefeito e pleiteia, inclusive, ser candidato a vice em sua chapa.

Os vereadores que eram do PSDB declaram apoio a Nunes, mas a executiva municipal do partido votou para rejeitar a aliança com o prefeito, o que agravou o imbróglio na sigla. Com isso, a bancada tucana migrou para MDB, PSD, PL e União Brasil.

O MDB passou de 6 vereadores para 11, incorporando 4 dos ex-tucanos.

Presidente do MDB na capital e secretário da gestão Nunes, Enrico Misasi diz que o plano de desenvolvimento do partido foi "capaz de unir diferentes lideranças e visões políticas". Para ele, além da reeleição do prefeito, o MDB poderá garantir "forte representatividade no Poder Legislativo local".

Se Nunes tem a maior bancada da Casa, seu principal rival na eleição, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), tem o apoio da segunda maior, a do PT, com 9 vereadores —antes eram 8.

O PSOL passou de 6 para 5. A oposição de esquerda, portanto, soma 14 vereadores.

Em terceiro está a União Brasil, que se manteve com sete. O deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP) é pré-candidato à prefeitura, mas Milton Leite deve barrar a candidatura para apoiar Nunes.

O PSD, do secretário estadual Gilberto Kassab, e o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro, siglas que estão em expansão em São Paulo, dobraram para seis vereadores cada, também absorvendo o espólio tucano.

Se filiaram ao PL os dois secretários estaduais que deixaram o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) para tentarem a reeleição como vereadores, Sonaira Fernandes, que comandava a pasta de Políticas para a Mulher e estava no Republicanos, e Gilberto Nascimento Jr, que comandava o Desenvolvimento Social e estava sem partido. Bolsonarista, Sonaira é cotada para a vice de Nunes.

Em seguida, estão siglas menores —Republicanos (3), Podemos (2), PP (2) e PSB (2). Novo e PV têm um vereador cada.

O PSB lançou a deputada federal Tabata Amaral para a Prefeitura de São Paulo, enquanto o Novo tem a economista Marina Helena como candidata. Com 8% e 7% no Datafolha, respectivamente, elas ocupam o segundo escalão, sendo que Boulos (30%) e Nunes (29%) empatam na liderança.

A nova composição da Câmara reflete a instabilidade e o declínio do PSDB em São Paulo desde o último ciclo eleitoral, depois da morte do então prefeito Bruno Covas (PSDB) em maio de 2021.

Os vereadores antes tucanos deixaram a sigla com receio de não se reelegerem ante a desorganização no partido, que passou por trocas sucessivas de comando, e a diminuição do eleitorado simpático ao PSDB. Em 2022, a legenda perdeu o Governo de São Paulo e encolheu na Câmara dos Deputados.

Além disso, o PSDB está dividido na eleição municipal. Os oito vereadores ex-tucanos apoiam Nunes, assim como a bancada de deputados estaduais e boa parte da militância, que veem no prefeito a continuação de Covas. Pesa o fato de que o tucanato está abrigado na máquina municipal.

A cúpula do PSDB, no entanto, rejeita formar coligação com Nunes. Alinhado com a direção nacional do partido, o presidente municipal, o ex-senador José Aníbal, conduz negociações que podem levar a uma aliança com Tabata, o mais provável, ou ao lançamento de um candidato próprio.

Na semana passada, o PSDB filiou o apresentador José Luiz Datena, que pode ocupar a vice de Tabata ou pode concorrer à prefeitura.

O vereador João Jorge, que trocou o PSDB pelo MDB, diz que a indefinição da sua antiga sigla pesou para a debandada. "Isso incomoda muito o vereador. Quem é o candidato a prefeito [do PSDB]?", questiona, acrescentando que toda a bancada apoia Nunes, mas o partido não teve essa posição.

Ao Painel, da **Folha**, Aníbal e o presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, minimizaram a perda de todos os vereadores e atribuíram as migrações ao fisiologismo.

MDB cresce na Câmara de SP, e PSDB desaparece após janela partidária

Fonte: Câmara Municipal de SP e Justiça Eleitoral

A indefinição incomoda muito o vereador. Quem é o candidato a prefeito [do PSDB]? O PSDB está sem rumo, sem projeto. Há um desgaste do partido perante a sociedade. E não havia uma chapa de vereadores sendo montada, com as trocas no comando não havia quem montasse

João Jorge
vereador que trocou o PSDB pelo MDB

Evangélicos não são bloco único e caricatura do 'crente careta' é erro, afirma jornalista

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) Não há nada de monolítico na ascensão das igrejas evangélicas brasileiras durante as últimas décadas. Apesar da popularidade e da influência de alguns pastores mais conhecidos, trata-se de um fenômeno complexo, altamente pulverizado e em constante transformação, mostra "O Púlpito", novo livro da jornalista Anna Virginia Balloussier.

Embora a repórter da **Folha** tenha se especializado na cobertura das relações entre o movimento evangélico e os bastidores da política há mais de dez anos, a obra dá igual peso aos aspectos sociais, comportamentais e até econômicos do crescimento dessa comunidade diversa.

Com isso, caem por terra alguns estereótipos, a começar pela "caricatura do crente careta e severo, avesso a qualquer coisa que não seja a graça divina", diz ela.

Balloussier descreve as transformações no meio evangélico com bom humor e alguma dose de ironia, algo que, para a autora, é bastante comum entre os "crentes" de hoje.

"O que não pode é dar a entender que se está a rir deles, e não com eles", explica ela. "Como circulo há bastante tempo nas igrejas, posso me dar essa liberdade com pessoas mais próximas, que sei que não se incomodam, pelo contrário, são as primeiras a usar o humor para falar de si."

Essa combinação estranha, ao menos para quem está de fora, de intensa devoção ao texto bíblico, de um lado, e irreverência e flexibilidade, de outro, aparecem nos mais diversos aspectos da expansão evangélica.

Nesse cenário cabem desde a criação de produtos eróticos especialmente dedicados a apimentar o casamento (fielmente monogâmico, é claro) das "irmãs" até a disputa pelo filão das feiras de produtos religiosos, um mercado no qual há pessoas sedentas para consumir livros, moda e música pensados para a visão de mundo delas.

E acontece ainda a convergência, em diversos casos, da pregação cristã com a linguagem dos "coaches", eivada de ideias de autoajuda e busca de ascensão pessoal.

Tudo isso começa a fazer um pouco mais de sentido quando se consideram as transformações demográficas pelas quais a tradição evangélica passou conforme foi deixando de ser minoritária no Brasil, diz Balloussier.

"O perfil evangélico começou mais branco, porque era a religião dos imigrantes protestantes vindos da Europa e dos Estados Unidos. Mas a presença na população ainda era residual. Sobretudo depois do pentecostalismo, os evangélicos foram se tornando cada vez mais a cara da base brasileira", resume.

"Hoje a maioria nas igrejas é negra, feminina e vinda de classes baixas. A questão é entender por que essa religião se popularizou tanto nas periferias. Diria que tem muito a ver com os laços comunitários que fornece, e também com perspectivas de mobilidade social: com a ajuda dos irmãos, o fiel quer prosperar."

O crescimento numérico foi acompanhado de um avanço concomitante na relação com a política e a mídia, vistas com reserva ou mesmo com repulsa quando os "crentes" eram poucos em meio a um mar de católicos. A atual associação dos líderes desse avanço com o bolsonarismo foi sendo construída em etapas, segundo ela.

"Essa liderança evangélica de projeção nacional, os 'grandes nomes' que a gente tanto vê na mídia e nas redes sociais, tinha um pendor mais fisiológico no passado, se podemos colocar assim", explica Balloussier.

"Apoiavam o governante da vez argumentando que seria um dever bíblico orar e torcer por eles. Basta lembrar que, nos anos 2010, você tinha no retrato com o PT Silas Malafaia, Edir Macedo, Magno Malta, [Marco] Feliciano, para citar nomes que depois repudiaram Lula e companhia", diz a jornalista.

Mesmo dentro de um único grande "guarda-chuva" eclesial, o da Assembleia de Deus, a eleição de 2010 trouxe apoios pulverizados.

Naquele pleito, dos grandes subgrupos assembleianos, o Ministério Belém apoiou a candidatura presidencial de José Serra (PSDB), o Ministério Madureira se declarou favorável a Dilma Rousseff (PT) e o Santo Amaro endossou Marina Silva. É algo nada surpreendente no caso das igrejas evangélicas, que frequentemente não possuem nenhum tipo de autoridade central, mesmo tendo uma origem comum.

A convergência em favor do bolsonarismo, para a autora, foi um fenômeno multifatorial, favorecido pela ascensão das redes sociais e seu pendor pela polarização, a reação contra o fortalecimento dos movimentos identitários e a dificuldade da esquerda de dialogar com esse segmento do eleitorado.

"Ou vem com tutela ou com ofensa. Aí fica fácil para o outro lado."

"Como bônus, destacaria não só a maior afinidade ideológica entre esses pastores e [Jair] Bolsonaro, mas um espaço inédito para eles em Brasília. Eram convidados para o Planalto, ocuparam cargos altos. Sentiram-se prestigiados para além da conveniência eleitoreira."

O Púlpito: Fé, Poder e o Brasil dos Evangélicos
Quando: Lançamento nesta segunda (8)
Autora: Anna Virginia Balloussier
Editora: Todavia
Quanto: R$ 69,90 (208 págs.); R$ 44,90 (ebook)

mundo

Abin identifica espião russo em embaixada de Brasília

Agente atuava para cooptar brasileiros como informantes; Moscou não comenta

Fabio Serapião e Renato Machado

BRASÍLIA A Abin (Agência Brasileira de Inteligência) descobriu um espião da Rússia em atuação no Brasil que se passava por integrante do corpo diplomático da embaixada de seu país em Brasília.

Serguei Alexandrovitch Chumilov deixou o Brasil após o setor de contrainteligência da Abin identificá-lo como espião de um dos serviços russos de inteligência. Ele atuava para cooptar brasileiros como informantes.

A atividade dele foi confirmada à **Folha** por funcionários do Ministério das Relações Exteriores e de outras áreas do governo. Procurada, a Abin informou que não nega nem comenta casos de contraespionagem. O Itamaraty afirmou que monitora, mas "não comenta publicamente casos dessa natureza por seu caráter sigiloso". A embaixada da Rússia em Brasília também não comentou.

Chumilov entrou no Brasil em 2018, segundo informações do Itamaraty, para desempenhar a função de primeiro-secretário na embaixada na capital federal. Além do posto, ele se identificava como representante da Casa Russa no Brasil, ligada à agência federal russa Rossotrudnichestvo.

A Rossotrudnichestvo é a agência para "assuntos de colaboração com a comunidade de Estados independentes, compatriotas no estrangeiro e cooperação humanitária internacional". O órgão fica dentro da estrutura do Ministério de Assuntos Exteriores da Rússia. A pasta é comandada por Serguei Lavrov, que esteve no Brasil e se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em fevereiro.

A saída do espião do Brasil, em julho de 2023, ocorreu após pedido do governo russo. Os relatos obtidos pela **Folha** são de que, após a Abin descobrir sua real atividade, houve articulação diplomática para que o próprio país pedisse sua saída. Nesse caso, é comum que esse procedimento seja feito com discrição para evitar "constrangimentos diplomáticos", segundo integrantes do Itamaraty.

Nos últimos anos, o Brasil registrou ao menos três casos de espiões russos. O mais conhecido é o de Serguei Vladimirovitch Tcherkasov, preso em 2022 após utilizar identidade brasileira para se infiltrar no Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda.

Espiões que atuam como Tcherkasov são chamados de ilegais porque criam e utilizam uma identidade falsa, de outro país. Chumilov, no entanto, faz parte de um outro grupo. Ele é ligado a um serviço de inteligência da Rússia e, apesar de atuar fora da lei, utilizava a própria identidade russa, valendo-se da cobertura de diplomata para criar uma rede de fontes.

Serguei Chumilov, apontado como espião Reprodução

Seu objetivo era angariar informações sobre determinados setores ou temas do Brasil de interesse do serviço de inteligência da Rússia. Na prática, o russo estava legalmente no território brasileiro, mas se valia da condição de diplomata para desempenhar a função de espião.

A Abin, como órgão central do Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência), informou ao Itamaraty como se dava essa atuação e quais eram os alvos preferenciais. A **Folha** confirmou as tentativas de criar uma rede de informantes.

Entre os métodos empregados estava o uso de bolsa de estudos e programas de intercâmbio na Rússia, como forma de atrair estudantes e acadêmicos de determinadas áreas.

Integrantes do setor de inteligência disseram à reportagem que, nesse modelo de atuação, os alvos se tornam, muitas vezes, fontes do espião mesmo sem perceber.

A estratégia ficou explícita em eventos em que Chumilov participou para promover bolsas de estudo em universidades russas. Um exemplo é uma palestra dele em 2022 em uma faculdade de Brasília.

No encontro, ele é apresentado como representante da Casa Russa e com passagens por empresas privadas e públicas na Rússia (de 2011 a 2014), como representante comercial da Rússia no Brasil (2014 a 2017) e, depois, como titular da Rossotrudnichestvo Brasil a partir de 2018.

"Meu nome é Serguei Chumilov, sou diretor da representação da agência governamental russa, o nome é um pouco complicado para brasileiros e estrangeiros, o nome completo é Rossotrudnichestvo. Mas o segundo nome é Casa Russa. O foco principal da nossa agência é a promoção da agenda humanitária da Rússia. Então trabalhamos com promoção da cultura russa, com conteúdos russos e, também, um dos pilares principais da nossa agência é a promoção da educação", diz.

Ainda segundo ele, a Casa Russa naquele ano oferecia em média 50 bolsas para brasileiros. "Eu posso dizer que a demanda é muito alta e muitos brasileiros procuram educação na Rússia, porque a educação na Rússia é muito competitiva e nossas universidades estão na lista das melhores do mundo", disse na palestra em que apresentou as possibilidades para interessados em ir à Rússia estudar.

Como atuam visando um objetivo no longo prazo e sob a cobertura diplomática, os espiões realizam um processo que no setor de inteligência é chamado de "cultivação" das pessoas cooptadas. Em alguns casos, elas só percebem quando já estão envolvidas, o que dificulta a saída da rede.

A Abin é a responsável no Brasil por fazer o trabalho de contrainteligência de Estado com o objetivo de realizar ações para proteger "dados, conhecimentos, infraestruturas críticas — comunicações, transportes, tecnologias de informação— e outros ativos sensíveis e sigilosos de interesse do Estado e sociedade".

Em casos como o do russo, o patrocinador era um serviço de inteligência estrangeiro, e a Abin mapeou áreas de interesse em que ele buscava criar redes. As informações, porém, são mantidas em sigilo.

De acordo com funcionários do Itamaraty, a atuação de espiões utilizando cargos diplomáticos é comum em todo mundo e não se trata de uma exclusividade da Rússia.

Pela sensibilidade diplomática que o tema envolve, as autoridades brasileiras têm por método não tratar dos casos publicamente e seguir um protocolo confidencial para que o país envolvido retire o suspeito do Brasil sem maiores danos às relações entre os países.

Diplomatas do México deixam Equador após invasão de representação

SÃO PAULO Diplomatas do México no Equador retornaram a seu país de origem neste domingo (7) após a embaixada em que atuavam, em Quito, ser invadida por policiais na sexta (5).

"Nossos funcionários deixam tudo no Equador e voltam para casa com a cabeça erguida", escreveu a secretária das Relações Exteriores mexicana, Alicia Bárcena, na rede social X.

De acordo com a pasta, países aliados apoiaram o trajeto dos funcionários até o aeroporto da capital "para garantir a integridade" da delegação. "Agradecemos aos embaixadores da Alemanha, do Panamá, de Cuba e de Honduras, ao presidente da Câmara Equador-México e ao restante do pessoal diplomático por sua solidariedade com o povo do México", afirmou a secretaria pelo X.

O grupo, que segundo autoridades mexicanas é integrado por 18 pessoas, viajou em um voo comercial depois de descartar a possibilidade de usar um avião militar devido à tensão.

Na última sexta, uma invasão sem precedentes a uma embaixada na região foi o estopim da crise entre os dois países, que já se intensificava nos dias anteriores. Agentes encapuzados entraram na sede da missão mexicana para retirar à força o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas, que se refugiava no local para evitar o cumprimento de um mandado de prisão.

A operação fez o México anunciar o rompimento das relações diplomáticas com o Equador, que recebeu uma onda de repúdio de outros países da região.

Neste domingo, o secretário-geral da ONU, António Guterres, disse estar "alarmado" pela invasão e reafirmou a importância de manter a inviolabilidade de locais diplomáticos. Segundo ele, esses espaços deveriam ser respeitados "em todos os casos, em conformidade com o direito internacional".

A Convenção de Viena, assinada pelo Equador em 1961, determina que os países signatários devem tomar todas as medidas para proteger a missão diplomática de outras nações em seu território e que seus prédios e propriedades são imunes a buscas e apreensões.

"As instalações da missão serão invioláveis. Os agentes do Estado receptor não poderão entrar nelas, exceto com o consentimento do chefe da missão", diz o texto em seu artigo 22.

A tensão começou na quarta-feira (3), quando o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, afirmou que o assassinato do candidato Fernando Villavicencio, na campanha presidencial equatoriana de 2023, abriu caminhos para a vitória do atual presidente.

A administração de Noboa reagiu e expulsou a embaixadora mexicana do país. Um dia depois, o México concedeu asilo a Glas.

O ex-vice tentava fugir das autoridades equatorianas, refugiando-se na embaixada do México no Equador desde dezembro — pesam contra o político uma acusação de peculato e duas condenações por corrupção, crimes pelos quais ele já cumpriu cinco anos de prisão antes de obter liberdade condicional em 2022.

Com AFP e Reuters

Palestinos caminham em meio a destroços na cidade de Khan Yunis, em Gaza, após Israel anunciar retirada de tropas AFP

LÍBANO
SÍRIA
Mar Mediterrâneo
Tel Aviv
CISJORDÂNIA
JORDÂNIA
EGITO
ISRAEL
50 km
Faixa de Gaza
Cidade de Gaza
Khan Yunis
Rafah
ISRAEL
EGITO
5 km

Após pressão internacional, Israel diz ter reduzido tropas no sul da Faixa de Gaza

GUERRA ISRAEL-HAMAS

SÃO PAULO O Exército de Israel afirmou neste domingo (7), dia em que guerra na Faixa de Gaza completou seis meses, que reduziu a presença de suas tropas no sul do território palestino. Segundo a agência Reuters, um porta-voz militar afirmou que apenas uma brigada permanece na região.

"Hoje, domingo, 7 de abril, a 98ª Divisão de Comando das Forças de Defesa de Israel concluiu sua missão em Khan Yunis. A divisão deixou Gaza para se recuperar e se preparar para operações futuras", disse o Exército em comunicado enviado à agência AFP.

A retirada acontece no momento em que Israel sofre pressão da comunidade internacional para não invadir Rafah, próxima da fronteira com o Egito. A cidade é o último refúgio em Gaza para cerca de 1,5 milhão de palestinos — mais da metade da população total desse território devastado por bombardeios.

O jornal local Haaretz afirma, atribuindo a informação a um oficial do Exército que não quis se identificar, que a medida seria fruto do esgotamento das operações de inteligência na região, não de uma exigência do presidente americano, Joe Biden, ao premiê israelense, Binyamin Netanyahu.

Segundo esse membro do Exército, a retirada permite que parte dos abrigados em Rafah retornem para suas casas em Khan Yunis — o que já começou a acontecer. Após o anúncio, dezenas de refugiados foram vistos fazendo o caminho de volta a pé, em carros ou em carroças. Eles encontrarão, porém, uma das cidades mais atingidas pelos ataques.

Seis meses de guerra deixaram Gaza em ruínas, e a maioria dos seus 2,4 milhões de habitantes está à beira da fome, segundo a ONU.

Em todo o território palestino, mais de 88 mil edificações — cifra equivalente a cerca de 35% das construções da Faixa de Gaza — foram destruídas ou danificadas desde o início do conflito, em outubro.

Não ficou claro se a retirada atrasaria a invasão de Rafah, no sul de Gaza, que Netanyahu diz ser necessária para eliminar o Hamas, a despeito do alto custo humanitário que implicaria, segundo diversas organizações internacionais.

Questionado sobre o recuo, o chefe do Estado-Maior do Exército, o general Herzi Halevi, disse a jornalistas que Israel está adaptando seus métodos a uma guerra longa. Já o ministro da Defesa, Yoav Gallant, afirmou por meio de um comunicado de seu gabinete que as tropas estão se retirando para se prepararem para suas próximas missões, que incluem a operação em Rafah.

Nos últimos meses, a possível incursão à cidade se tornou um ponto de tensão entre Israel e alguns de seus principais aliados, incluindo os EUA. Na última quinta (4), Biden falou pela primeira vez em condicionar o apoio a Tel Aviv a uma mudança de postura do aliado na Faixa de Gaza.

Em telefonema, o americano afirmou a Bibi, como o premiê israelense é chamado, que o país precisaria adotar passos "específicos, concretos e mensuráveis" para lidar com danos a civis, sofrimento humanitário e segurança de trabalhadores humanitários em Gaza. A advertência aconteceu após um ataque de Israel a um comboio da ONG World Central Kitchen matar sete trabalhadores humanitários.

Bibi voltou a dizer que seu país está "a um passo da vitória" e insistiu que não haverá um cessar-fogo até que o Hamas libere todos os reféns.

Tanto Israel quanto o grupo terrorista confirmaram que estavam enviando delegações ao Egito para uma nova rodada de negociações. Enquanto o Hamas quer que qualquer acordo ponha fim à guerra, Tel Aviv diz que, após qualquer trégua, derrubaria a facção.

Também neste domingo, Israel disse ter concluído uma "nova fase" de preparação para o caso de uma guerra com o Líbano, onde os confrontos com o grupo extremista Hezbollah, aliado do Hamas, estão se intensificando.

Desde o início da guerra em Gaza, as hostilidades já mataram 359 pessoas no Líbano, incluindo 70 civis, de acordo com um relatório da AFP. No norte de Israel, dez soldados e oito civis foram mortos.

Com AFP e Reuters

Ruandeses seguram velas em manifestação na cidade de Kigali neste domingo (7), data que marcou os 30 anos do início de genocídio no país Luis Tato/AFP

Economia crescente, Ruanda lida com trauma 30 anos após genocídio

Ataques deixaram 800 mil mortos; país aboliu distinção entre etnias, mas governo é alvo de críticas

Manuela Ferraro

SÃO PAULO No 16 de maio de 1994, a capa da revista americana Time destacava uma reportagem sobre a matança de milhares de tutsis por hutus que se desenrolava no leste africano. Em letras garrafais sobre a foto de dois garotos negros, havia a frase de um missionário: "Não há mais demônios no inferno. Eles estão todos em Ruanda".

Passados 30 anos do genocídio, o país cresce economicamente, é exemplo de igualdade de gênero na política e atingiu bons patamares de segurança e corrupção quando comparado a seus vizinhos. Mas os demônios do massacre ainda se fazem presentes.

A distinção entre as etnias em Ruanda existia desde antes da era colonial africana. Tutsis formavam uma elite de administradores e pastores de gado, enquanto hutus, a maioria da população, cuidavam da agricultura. Twas eram uma pequena minoria de caçadores-coletores.

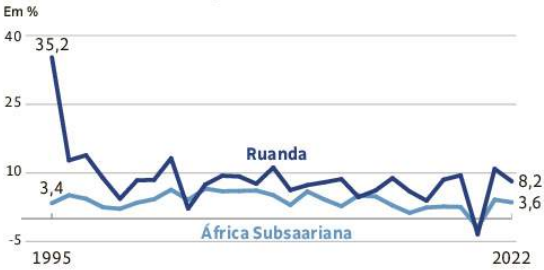
O domínio belga fixou as etnias em documentos de identidade, privilegiou tutsis e acirrou tensões. A independência, em 1962, colocou hutus no poder e forçou a migração de milhares de tutsis aos países vizinhos. Ciclos de violência entre tutsis exilados que buscavam voltar ao país e forças hutus de Ruanda continuaram nas décadas seguintes e culminaram numa guerra civil de 1990 a 1993.

Em 6 de abril de 1994, um cessar-fogo foi quebrado após o avião que levava o então presidente ruandês, Juvenal Habyarimana, ser abatido perto da capital, Kigali. Foi o estopim para o genocídio perpetrado pelas forças do governo e milícias hutus. Estima-se que 800 mil tutsis e hutus moderados tenham sido massacrados em cem dias e que cerca de 250 mil mulheres tenham sido estupradas.

Após o genocídio, a Frente Patriótica de Ruanda (RPF), organização militar e política nascida no exílio e que desarticulou os extremistas hutus, passou a ambicionar uma "união nacional". Um hutu membro da RPF assumiu a Presidência, com o tutsi Paul Kagame na vice-liderança.

Em 2000, após conflito com o vice, o presidente renunciou, e Kagame assumiu o poder. Desde então, ele tem sido reeleito com mais de 90% da preferência dos eleitores.

Economia de Ruanda pós-genocídio

PIB do país tem mantido crescimento acima da média da região

Raio-X de Ruanda

Área: 26.338 km² (semelhante à de Alagoas)

População: 14,1 milhões (similar à da Bahia)

PIB (nominal): US$ 13,3 bi (ante US$ 1,9 tri no Brasil)

PIB per capita*: US$ 2.793,2 (ante US$ 17.827,6 no Brasil)

IDH: 161ª posição no ranking de 193 países (Brasil é o 89º)

* Com paridade de poder de compra
Fontes: CIA World Factbook, IBGE, ONU, Banco Mundial e PNUD

Sob sua tutela, Ruanda aboliu as distinções entre etnias em documentos e conquistou números que impressionam especialistas. É, por exemplo, o país com maior número de mulheres no Parlamento. No ranking mundial de percepção da corrupção da ONG Transparência Internacional, ocupa a 54ª posição, a melhor entre os países africanos. Segundo dados do Banco Mundial, registrou 4 homicídios intencionais a cada 100 mil habitantes em 2022 (ante 22 a cada 100 mil no Brasil).

Na economia, segundo o Fundo Monetário Internacional, embora ainda enfrente alto nível de desigualdade, desemprego e pobreza, o PIB cresce a uma taxa estável de 8,5% desde 1995, resistindo a choques externos como a pandemia e a Guerra da Ucrânia.

Por outro lado, Kagame é criticado por permitir pouca abertura política e acusado de perseguir jornalistas e opositores. "Kagame é conhecido, talvez por causa de seu passado militar, como rigorosamente disciplinador e até intransigente", afirma David Kiwuwa, professor de Estudos Internacionais da Universidade de Nottingham e pesquisador de sistemas políticos africanos.

"Ele é amado e temido ao mesmo tempo. Faz encontros mensalmente com seus ministros para que eles relatem suas ações e não tem medo de demiti-los. Mas criticismo é pouco bem-vindo, e há um número considerável de ex-membros do governo que estão na cadeia por infrações disciplinares e acusações de corrupção", diz Kiwuwa.

A tensão política corre ao lado de queixas sobre o processo de justiça em relação aos massacres. Cerca de 10 mil perpetradores foram julgados pelos tribunais convencionais ruandeses. Para julgar líderes políticos, militares, religiosos, além de donos de meios de comunicação e empresários responsáveis por planejar e incentivar o extermínio, as Nações Unidas criaram uma instância específica para o caso de Ruanda, que indiciou 93 pessoas.

No âmbito internacional, a corte das Nações Unidas estabeleceu marcos em relação a genocídios. Foi a primeira vez, por exemplo, em que um chefe de governo foi julgado por esse tipo de crime.

Para dar conta, entretanto, da quantidade de assassinatos cometidos por cidadãos comuns, Ruanda estabeleceu de 2005 a 2012 as chamadas cortes gacaca (lê-se gachacha). Tribunais ao ar livre, cujos juízes eram líderes comunitários, tinham por objetivo, além de fixar sentenças, esclarecer a verdade.

Nas mais de 12 mil cortes gacaca, foram julgados cerca de 1,2 milhão de casos. Com frequência, prisioneiros que confessavam seus crimes podiam voltar para casa sem penas ou podiam pagá-las com serviços comunitários. Assim, vítimas podiam saber o que tinha acontecido com parentes, e os criminosos tinham a oportunidade de mostrar arrependimento e pedir perdão.

"Esse sistema permitiu que se falasse sobre o genocídio, que as disputas fossem resolvidas dentro das comunidades e que as tensões não escalassem como no passado", diz Phil Clark, professor de política internacional da Universidade de Londres, especialista em justiça de transição e autor de livros sobre Ruanda.

Ele diz, porém, que há insatisfações de ambos os lados. "Muitos sobreviventes defendem que a justiça não foi suficiente. Há reclamações na comunidade hutu de que todos eles teriam sido retratados da mesma maneira, embora uma pequena minoria tenha cometido os massacres".

"É admirável, porém, que perpetradores tenham voltado para suas comunidades e vivam lado a lado com sobreviventes, e o país tenha permanecido seguro e estável. Uma grande conquista", afirma Clark. Ainda que alguns demônios continuem por lá.

Justiça é processo contínuo, afirma mulher que sobreviveu a massacre em país africano

SÃO PAULO Na infância, Beatha Uwazaninka ouvia sua avó falar sobre planos de deixar Ruanda e ir viver com seus outros filhos em Uganda. Quando tinha 7 anos, em 1987, a mãe de sua mãe chegou a vender a terra em que elas viviam na cidade de Bugesera para partir.

Numa noite, porém, ela acordou com pessoas invadindo a casa. Sua avó foi morta com golpes de martelo. Pela manhã, procurou vizinhos e, com eles, achou o corpo da anciã numa vala.

Uwazaninka entendeu o que significava ser tutsi, minoria étnica de Ruanda que anos depois seria alvo de genocídio.

Embora as etnias existissem na região desde antes da era colonial, a administração belga fixou a diferenciação entre os grupos tutsi, hutus e twas em documentos de identidade, privilegiou os primeiros e acirrou ressentimentos. Hutus tomaram o poder no processo de independência, e ondas de conflitos continuaram nas décadas seguintes.

Os planos da avó de mudar para Uganda faziam parte da vontade de fugir da discriminação e da violência. Vez ou outra, tutsis apareciam mortos, e a impunidade era regra.

Na escola primária, Uwazaninka lembra que, nas aulas de história, professores pediam que tutsis ficassem em pé, para logo em seguida demandarem que hutus fizessem o mesmo. Era ensinado que tutsis eram maus. No fim do dia, as crianças brigavam umas com as outras, replicando conflitos étnicos.

Em 1994, ela soube apenas no dia 7 de abril, pelo jornal, que o avião do presidente hutu Juvenal Habyarimana havia sido abatido na véspera. Na semana anterior, havia ouvido pela Rádio Libre des Milles Collines (estação que incitava o extermínio de tutsis) que algo grande aconteceria. Era o início do genocídio.

Ela estava na capital, Kigali, na casa de um tio. Barricadas foram montadas por toda a cidade. Extremistas hutus iam de casa em casa, matando tutsis. Até que apareceram na casa de seu tio, que foi assassinado junto com os outros familiares. Ela escapou pelo jardim dos fundos.

Para Uwazaninka, foram cem dias fugindo da morte. Às vezes, quando saía para buscar água ou comida, precisava se esconder entre os corpos nas ruas. Viu pessoas cavando as próprias covas.

A ruandesa Beatha Uwazaninka Arquivo pessoal

Ela lembra com carinho de um homem hutu, chamado Yahaya, vizinho da casa onde ficou hospedada durante o genocídio. Uma vez, quando Uwazaninka fugia da milícia, Yahaya se colocou na frente dela e disse que o extremista teria que matá-lo primeiro antes de fazer mal à garota.

Yahaya ficou conhecido em Ruanda por esconder 30 tutsis em sua casa durante o massacre. Após o genocídio, Uwazaninka nunca mais viu sua mãe, de quem se separara pouco antes do genocídio para passar um tempo na casa do tio. Ela perdeu aproximadamente 80 membros de sua família.

Passados 30 anos, Uwazaninka diz que Ruanda é um país bem diferente. "O que sentimos hoje é a segurança, sentimos que temos um país que protege os sobreviventes, que faz o possível para melhorar a vida da população."

Ela vive hoje em Nottingham, na Inglaterra, tem um casal de filhos e trabalha no serviço público, mas visita a terra natal com frequência. Não sabe dizer se ruandeses se sentem felizes, já que o trauma ainda é presente.

Ela não sente que o processo de reconciliação tenha terminado e defende que a justiça é um processo contínuo. "Nós ainda estamos descobrindo restos mortais do nosso povo. Enfrentamos a última fase de um genocídio, que é o negacionismo. Há perpetradores que fugiram e vivem na Europa, nas Américas, em todo o lugar", diz.

O que sobreviventes mais necessitavam, afirma Uwazaninka, era a verdade sobre o que havia ocorrido.

"Eu ainda tenho esperança de que um dia alguém me conte o que minha mãe disse antes de morrer, ou como ela se sentiu. Eu queria que alguém me contasse. Um dia vou conseguir essa justiça? Eu duvido." **MF**

entrevista da 2ª

Zeina Latif

Lidamos hoje com uma mão de obra mal preparada e infeliz

Sonho prometido à nova classe média não foi entregue, e frustração do jovem que não vê retorno do tempo investido na escola afeta produtividade, diz ex-economista-chefe da XP

MERCADO

Alex Sabino

SÃO PAULO Zeina Latif não deseja passar imagem de ingratidão. Diz ter sido feliz como gestora no mercado financeiro, mas chegou o momento em que o curto ou curtíssimo prazo de carteiras de investimentos não a satisfazia. Ela queria mais.

Uma das poucas mulheres em cargos de chefia nas finanças, ela deixou a XP, onde era economista-chefe, em 2020. Foi secretária de Desenvolvimento Econômico do estado de São Paulo por seis meses em 2022 até se tornar sócia-diretora da Gibraltar Consulting.

É onde tenta achar o consenso entre economia, demandas sociais e, principalmente, educação em um mundo que, ela mesmo concorda, é cada vez mais complicado.

"Hoje lidamos com uma sociedade com uma mão de obra mal preparada e infeliz. Muitas vezes, os jovens que vão para a escola não veem o retorno daquele tempo investido, e isso afeta a produtividade, a mão de obra e a cidadania", disse ela à **Folha** antes de palestra sobre o cenário econômico e o impacto na educação, na posse, em março, de Lúcia Teixeira na presidência do Semesp, entidade que representa instituições de ensino superior no Brasil.

Para a doutora em economia pela USP (Universidade de São Paulo), a maior ameaça ao crescimento do Brasil está em uma cisão que provoca um clima de desconfiança generalizada. Algo que pode chegar ao "ponto de não retorno", como define. Especialmente em como pobres e ricos enxergam uns aos outros.

*

Eduardo Knapp/Folhapress

Zeina Latif, 56
Nascida em Campinas, interior de São Paulo, é doutora em Economia pela USP (Universidade de São Paulo). Atualmente, é diretora da Gibraltar Consulting. Foi professora e pesquisadora antes de entrar no mercado financeiro em 2000. Ocupou o cargo de economista-chefe em diferentes bancos. O último deles foi a XP Investimentos. Foi secretária de Desenvolvimento Econômico do estado de São Paulo em 2022. É autora do livro "Nós do Brasil: Nossas Heranças e Nossas Escolhas", lançado pela Record

Em 2022, a sra. publicou o livro "Nós do Brasil: Nossa Herança e Nossas Escolhas", que fala sobre questões históricas e como elas se relacionam no histórico de subdesenvolvimento nacional. O país mudou desde então? Do que escrevi, reafirmo a convicção de ver um país que aos poucos amadurece. Preocupa o ritmo lento. Nós temos situações muito preocupantes na parte da educação, dos indicadores sociais, no meio ambiente, da violência.

A preocupação dos economistas é que vamos muito devagar nesses avanços, e isso gera pontos de não retorno.

Um ponto de amadurecimento é ter concorrência na política. A gente pode gostar ou não de um lado ou se decepcionar com um político ou outro, mas o fato é que temos hoje um país com visões da sociedade que se refletem na política.

Mas não há também um clima de decepção quanto ao crescimento da economia? A gente tem, desde os protestos de 2013, uma sociedade que se tornou mais exigente. Aquele fenômeno da nova classe média é um grupo que está frustrado. O sonho prometido não foi entregue.

Nós tivemos uma recessão gravíssima no país. Ainda não houve a volta para os patamares pré-recessão. Por exemplo, nos bens de consumo, não retornamos ao nível pré-crise, sendo que a nova classe média vinha em uma rampa de crescimento.

Ao mesmo tempo, esta é uma sociedade mais vibrante. Ficaria preocupada em ter um quadro econômico como esse em uma sociedade apática.

É mais difícil encaixar uma política econômica em sociedade polarizada com anseios opostos? A maioria dos países ricos é democrática. O que temos é de reforçar os canais de comunicação. E aqui vou além da economia. Quanto mais a gente tiver um sistema que consegue traduzir esses anseios dos diferentes grupos na agenda pública, mais maduro está ao país.

Hoje em dia não vejo políticos desconectados da sociedade. A grave recessão de 2014 a 2016 foi fruto de uma desconexão da classe política com os problemas econômicos do país. Houve muitos erros de política econômica apesar dos alertas.

A sra. percebe um descontentamento com os rumos dos últimos anos? É para ter descontentamento mesmo porque a gente está falando de um país que, se por um lado tem algum crescimento da economia, por outro cresce de forma muito desigual. Isso reforça a necessidade de acelerar a reforma do Estado.

A gente falha miseravelmente na questão da igualdade de oportunidades. Criamos uma cisão na sociedade, e o aspecto que me preocupa mais é a sensação de pobre contra rico.

Preocupa a desconfiança das classes mais populares em relação à elite. Ninguém confia no governo, o pobre não confia no rico, que não confia nas instituições. Isso é um problemão, é uma falha do Estado na provisão de serviços públicos de qualidade de forma acessível.

Por isso, a gente precisa acelerar as reformas para ter uma ação estatal mais justa.

Por isso que a sra. escreveu que o pecado original foi negligenciar a educação? Ah, foi. Historicamente a nossa elite não valorizou a educação. Isso desde a forma como o país nasceu como nação e que teve uma escravidão tão longa.

Não havia interesse do proprietário rural porque não queria perder essa mão de obra, o olhar racista de que não era preciso cuidar do negro depois de ele ser liberto. No dia seguinte [ao fim da escravidão], ninguém lembrou que tinha uma sociedade a ser cuidada. Os EUA têm racismo? Têm racismo, mas o país cuidou da educação dos libertos.

Uma coisa é universalizar a educação, outra é conseguir ensino de qualidade. Ensino de qualidade não é só pôr recurso. Você tem uma questão de gestão, tem de enfrentar sindicatos, precisa ter uma sofisticação institucional muito maior.

A gente, na prática, não conseguiu ainda universalizar, né? Se essa é a melhor forma de ascensão, se é a melhor forma de distribuição de renda, a gente tem falhado muito.

Hoje lidamos com uma sociedade com uma mão de obra mal preparada e infeliz. Muitas vezes, os jovens que vão para a escola não veem o retorno daquele tempo investido, e isso afeta a produtividade, a mão de obra e a cidadania.

Se a sociedade não teve acesso à educação de qualidade, cai em discursos populistas, não consegue ter uma visão crítica.

Por isso que a sra. disse que, apesar de ser considerado um país emergente, o Brasil, na prática, não é? O Brasil é um país emergente. Mas, em relação ao grupo dos demais chamados emergentes, temos um desempenho muito pior. Somos emergentes no sentido da renda média. Mas naquela ideia de país emergente que exibe altas taxas de crescimento, da acumulação de capital, não somos. Não exibimos o desempenho esperado de um país emergente.

A sra. é um caso de sucesso, mas há uma pesquisa do ano passado da Fesa Group mostrando que apenas 17% dos cargos de liderança no mercado financeiro são ocupados por mulheres. O mercado financeiro é um capítulo à parte. Só 27% das cadeiras nas faculdades de economia são ocupadas por mulheres. Depois, quando vai para a pós-graduação, se torna um funil. São menos mulheres fazendo mestrado e doutorado.

O fato de as mulheres estarem menos presentes nas carreiras ligadas a exatas afeta a participação feminina no mercado financeiro. Melhorou muito, mas há uma barreira.

A gente precisa entender por que as mulheres procuram menos esses cursos. E não é só algo do Brasil. Tem alguma coisa ali atrapalhando as mulheres, e não sei dizer se é cultural ou se não damos os incentivos corretos para as meninas quando são jovens. Mas é claro que a participação tem crescido, e isso gera uma dinâmica favorável para as mulheres.

> “O Brasil é um país emergente. Mas, em relação ao grupo dos demais chamados emergentes, temos um desempenho muito pior. Somos emergentes no sentido da renda média. Mas naquela ideia de país emergente que exibe alta as taxas de crescimento, da acumulação de capital, não somos

> O fato de as mulheres estarem menos presentes nas carreiras ligadas a exatas afeta a participação feminina no mercado financeiro. Melhorou muito, mas há uma barreira

Quando você está no ambiente masculino, pode ser difícil distinguir o que é machismo, o que é preconceito, o que é o estranhamento do ambiente. Eu passei por algumas situações que foram nitidamente machistas. Mas passei por outras em que havia um estranhamento da presença da mulher.

A sra. se refere a comentários que escutou? Comentários, atitudes, não ser chamada para reuniões. Passei por tudo isso.

A mulher tem um olhar diferente para as coisas também no mercado financeiro? No geral, a gente tem uma forma mais ampla de ver os problemas. Os homens costumam focar um determinado assunto. As mulheres conseguem ter olhar mais amplo, mais rico nesse aspecto. Na pandemia, países dirigidos por mulheres se saíram melhor, eu acho que essa é uma característica feminina, de olhar o problema por vários aspectos.

Isso tem melhorado e vai além da presença feminina. Vale também para diferentes etnias, orientações sexuais. Enfim, a gente está falando de um mundo muito mais complexo.

Não é mais "business as usual". Cada hora é um tema novo que aparece de saúde, de geopolítica e de uma sociedade muito mais complexa. Ter a diversidade nos seus vários aspectos fortalece.

Mas ao mesmo tempo construir um consenso nesse cenário é muito mais difícil? Muito mais. Construir consensos com o grupo diferente dá mais trabalho. Só que ainda é a melhor forma de lidar com esse mundo mais complexo porque, diante de um problema, são olhares diferentes para a mesma questão.

Cada hora é uma coisa nova a que as empresas têm que se adaptar. É preciso monitorar o que acontece nas redes sociais, monitorar o ambiente de trabalho... São muitas variáveis. Mesmo que seja mais trabalhoso, é o melhor caminho.

Economistas podem ter uma visão muito mais financista do mundo, de "business as usual". A sra. tem uma perspectiva um pouco diferente, mais guiada para o lado social na economia. É um pouco difícil conciliar a sua visão com a do mundo empresarial, mais pragmática? Mercado financeiro é muito focado no curto prazo. É um ambiente extremamente competitivo. Não é mais o meu dia a dia porque trabalho como consultora. Mas é um local com grau de ansiedade muito grande porque você não tem bola de cristal, mas precisa construir cenários o tempo todo.

Se você erra e o teu concorrente acerta... É uma vida dura ali, entendeu? Se errar um cenário e por causa disso o rendimento daquela aplicação financeira frustrar o cliente, você vai perdê-lo. Todo o mundo quer olhar sua carteira no fim do dia e falar: "Nossa, foi bom investimento". E esquece o resto. O mercado financeiro está ali analisando as questões que vão impactar os investimentos. Não está discutindo o racismo, não está discutindo questões identitárias.

Para mim, foi um ciclo que completou, eu fui buscar outras coisas.

Para os bancos, também? As instituições financeiras, olhando de uma forma geral, cada vez mais têm olhar para outros temas. Por exemplo, carteiras relacionadas a projetos sustentáveis.

Há um tema que é hoje cada vez mais dos bancos centrais: como fatores climáticos podem gerar choques na economia. Para a economia, o mundo é cada vez mais complicado. Às vezes, se espera demais no mercado financeiro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Fernando Haddad (Fazenda), em cerimônia do programa Mover Gabriela Biló - 26.mar.24/Folhapress

Lula bate cabeça na definição de futuro de Prates na Petrobras

Haddad antecipa ida de SP a Brasília, mas presidente cancela reunião

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) bate cabeça na definição do futuro do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. Uma reunião convocada para debater a crise na petroleira, na noite deste domingo (7), foi cancelada horas depois.

Lula chamou ministros para o encontro no Palácio da Alvorada —entre eles Fernando Haddad (Fazenda). O chefe da área econômica, que estava em São Paulo, onde teria agenda nesta segunda-feira (8), viajou para Brasília.

A divulgação da reunião desagradou o presidente, que desistiu de receber os auxiliares.

Aliados de Lula afirmam, sob reservas, que o destino de Prates está selado. Para esses interlocutores, a demissão é questão de tempo.

A expectativa, porém, é que Haddad interceda em favor da manutenção de Prates por temer impacto na economia e também sob o argumento de não haver justificativas técnicas para a exoneração do presidente da Petrobras, à exceção de sua personalidade e de seus rompantes nas redes sociais.

Outro argumento em prol da permanência de Prates seria o de que ele estava certo ao propor a distribuição de dividendos extraordinários aos acionistas da empresa, o que poderá ocorrer, ao menos parcialmente, no próximo mês.

Apesar dessas ponderações, colaboradores do presidente minimizam —embora não descartem totalmente— a possibilidade de dissuasão de Lula. Auxiliares do mandatário que esperam a saída de Prates ainda nesta semana dizem que não se pode duvidar do poder de convencimento de Haddad.

Em uma de suas publicações na internet, Prates atribuiu ao governo a decisão de não distribuir dividendos extras aos acionistas da empresa —medida que provocou perdas à Petrobras.

No entanto, o presidente estaria descontente com Prates desde o anúncio de investimentos em energia eólica no país.

Segundo colaboradores de Lula, Prates deverá ser substituído pelo presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloysio Mercadante, com quem o petista já conversou sobre a sucessão durante uma de suas recentes viagens ao Rio de Janeiro.

Mercadante avisou a Prates e integrantes do governo que tinha sido sondado por Lula, mas sem que tenha sido formalmente convidado para a presidência da Petrobras.

Lula também já tinha manifestado a aliados a disposição de substituir Prates e vinha amadurecendo a ideia desde o mês passado.

Há, também entre interlocutores do presidente, quem defenda que a exoneração não ocorra em meio à fritura de Prates, que trava um embate público com os ministros das Minas e Energia, Alexandre Silveira, e da Casa Civil, Rui Costa.

Nas palavras de um influente dirigente petista, demitir Prates no calor da fritura significaria dar legitimidade para uma prática nefasta. Tem pesado, no entanto, que seria recomendável encerrar a polêmica já.

Rumores envolvendo a demissão de Prates ganharam força após entrevista de Silveira à **Folha**, que admitiu haver conflito entre o seu papel e o do presidente da empresa.

Ele foi questionado e evitou avaliar se Prates estaria fazendo um bom trabalho. "A avaliação da gestão do presidente da Petrobras eu deixo a cargo do presidente da República", afirmou.

O presidente da Petrobras então teria pedido uma audiência com Lula para conversar sobre o bombardeio disparado contra ele por pessoas do próprio governo nos últimos dias.

A iniciativa foi vista por auxiliares do Planalto como um ultimato e acabou desagradando. Prates não está disposto a entregar o cargo.

Em sua defesa, assessores destacam mudanças promovidas pelo executivo na política de preços dos combustíveis e na política de dividendos, que atenderam a anseios do governo sem grandes impactos nas ações.

Agora, após a mais nova crise envolvendo os recursos devidos aos acionistas, Lula, que participou das discussões na época para retê-los, deve voltar a analisar um possível pagamento dos valores.

A avaliação na Petrobras é que o recuo na retenção dos dividendos em meio à queda das ações após rumores da saída de Prates comprova a tese da fabricação deliberada de uma crise.

Segundo essa tese, ao defender a retenção do dinheiro, em março, os ministérios de Minas e Energia e da Casa Civil ofuscaram a divulgação do balanço de 2023 da Petrobras, no qual a empresa registrou o segundo maior lucro da sua história.

Além de tentar evitar que a crise na petroleira cause mais danos políticos e econômicos à sua gestão, Lula cogita uma reforma ministerial, que não estava programada, para conter problemas de governabilidade.

No momento, a gestão petista vive uma tentativa de reverter a tendência de queda na aprovação de Lula, que busca soluções para ajustar uma comunicação criticada e tem pressionado ministros pela entrega de resultados.

Na semana passada, a **Folha** ouviu oito ministros e três secretários, que relataram fissuras entre os integrantes do governo nos últimos dias.

O chefe da Casa Civil figura entre os mais criticados e foi apontado por colegas da equipe ministerial como a origem de vazamentos na Esplanada. Mas as divergências e disputas vão além.

Incitado a tecer comentários sobre a coordenação do governo, a cargo da Casa Civil, um ministro chegou a afirmar, sob reserva, que a reportagem seria uma folha em branco se esse fosse o tema principal. Na sua opinião, não existe gestão de governo.

A falta de contato de ministros com Lula aumentou as queixas na Esplanada, com vários deles criticando o fato de que suas propostas param no Palácio do Planalto, sem que seja possível recorrer ao presidente.

+ O desgaste de Prates na estatal

21.nov.23: Funcionários da Petrobras dizem que estatal sofre pressões de políticos que buscam poder

24.nov.23: 'Em nenhum momento me senti ameaçado', diz presidente da Petrobras sobre pressões

30.jan.24: Em evento em Nova York, Petrobras sinaliza a investidores 'retornos consistentes'

7.mar.24: Ao divulgar balanço, empresa anuncia decisão de reter dividendos extraordinários

13.mar.24: Prates diz que orientação para reter dividendos da Petrobras veio do governo

3.abr.24: em entrevista à **Folha**, Silveira reconhece conflito com Prates

5.abr.24: Cúpula da Petrobras vê crise fabricada contra Prates

7.abr.24: Lula convoca reunião para tratar do futuro da petroleira

Helder Barbalho diz que Pará fará 1ª emissão de créditos de carbono e critica petroleira

Fernanda Perrin

CAMBRIDGE (EUA) O Pará deve anunciar a conclusão de sua primeira emissão de créditos de carbono no final de junho, durante a Semana da Ação do Clima em Londres, afirmou à **Folha** o governador Helder Barbalho (MDB).

Segundo ele, a operação envolve 1 milhão de créditos de carbono. O valor e a empresa parceira ainda não podem ser divulgados.

O estado calcula possuir uma carteira total de 156 milhões de certificados do tipo.

O potencial financeiro é calculado acima dos R$ 10 bilhões, o que colocaria a fonte de recursos no mesmo nível de importância dos setores de mineração e agronegócio na economia paraense, disse Barbalho no sábado (6), em Cambridge, nos Estados Unidos, onde participou da Brazil Conference.

A ideia é que essa primeira emissão funcione como um chamariz para a atração de novos interesses do setor privado.

"Quando a gente pega o estoque florestal e transforma isso em uma receita, obviamente que isso traz uma cadeia de atividades oriundas da floresta, e aí eu estou falando de financiamento em bioeconomia, de outras atividades produtivas que já compõem a nossa estratégia dos sistemas agroflorestais, da migração de atividades de pecuária, por exemplo, para atividades de cultivo que restauram", afirmou.

Em sua visão, o estoque florestal é o diferencial da agenda brasileira de transição ecológica em face da competição com outras economias, seja o programa trilionário adotado pelos EUA durante o governo Biden, sejam outros países do Sul global que sofrem com instabilidade institucional.

"Isso não nos exime da responsabilidade de combater o desmatamento, de reduzir emissões. Pelo contrário, nós temos que fazer cada vez mais, porque nós estamos falando de um ativo que precisa parar de ser destruído para continuar sendo um ativo", disse.

Ao mesmo tempo, ele diz que o Brasil não pode ser responsável sozinho pela preservação da floresta e cobra que "o mundo seja responsável por fazer com a que a floresta seja a solução econômica e social do Brasil".

"Se não, nós ficamos só com o ônus, mas e como ficam as pessoas? Temos 29 milhões de brasileiros que vivem na região, e nosso IDH [índice de desenvolvimento humano] é um dos piores do Brasil", apontou.

Questionado se a preponderância da mineração e do agronegócio da economia estadual poderia ser um problema para a atração de investidores, Barbalho afirma que o estado tem combatido atividades ilegais e que está implementando um processo de rastreabilidade individual da pecuária.

O governador defende que minérios também sejam rastreados —algo que ele admite não conhecer um modelo do tipo no mundo. "Mas entendo que não é algo complexo, porque quando você tem uma autorização de exploração de lavra, uma licença ambiental, uma nota fiscal, você cruza as informações e você obriga que haja rastreabilidade", diz.

O governador do Pará minimizou a declaração recente do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que disse em entrevista à **Folha** que o país deve explorar petróleo e gás até conseguir ter o mesmo nível de países desenvolvidos.

Questionado se a visão não contraria o discurso que o Brasil tem feito como sede da COP30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), que acontece em Belém no próximo ano, e como presidente do G20, Barbalho diz que Silveira fez a análise "de um ângulo setorial" e que "certamente a ministra do Meio Ambiente terá outra fala".

Ao mesmo tempo, ele afirma que "qualquer proposta que vise só a segurança energética sem responsabilidade ambiental está equivocada".

Nesse sentido, o governador criticou a Petrobras no debate envolvendo a exploração de petróleo na margem equatorial, especialmente na foz do Amazonas —alvo de oposição de ambientalistas. Na última segunda (1º), a empresa anunciou uma expedição científica para pesquisar a região, que vai do litoral do Rio Grande do Norte até o Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa.

"Acho que a Petrobras erra quando não apresenta uma participação ativa e de liderança na construção das soluções para esse novo olhar sobre a Amazônia", disse.

Nas últimas semanas, o governo Lula vem avaliando nos bastidores desidratar a COP30, com a realização de parte dos eventos em outras cidades, como Rio e São Paulo.

O temor é que Belém não consiga oferecer até novembro do próximo ano uma estrutura suficiente para acomodar o encontro, que deve reunir milhares de delgados e outros participantes de 195 países.

Questionado sobre essa possibilidade, Barbalho é categórico: "o governo federal já se manifestou. A COP está decidida".

Ele afirmou que o formato do evento será o mesmo que ocorreu em outros locais que o receberam: "a cidade sede acomoda todos os eventos".

"Em entendo aqueles que especulam. Todos gostariam de ter a oportunidade de que Belém está tendo", disse.

> Quando a gente pega o estoque florestal e transforma isso em uma receita, obviamente que isso traz uma cadeia de atividades oriundas da floresta, e aí estou falando de um financiamento em bioeconomia, de outras atividades produtivas que já compõem a nossa estratégia dos sistemas agroflorestais
>
> **Helder Barbalho (MDB)**
> governador do Pará

Desigualdade do saneamento faz atendimento de esgoto no Brasil ir de Cuba a Suécia

Levantamento feito pela Folha compara dados de esgotamento sanitário do Censo com números globais do Programa Conjunto de Monitoramento do Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene da OMS/Unicef

Fonte: IBGE e OMS/Unicef

Desigualdade faz atendimento de esgoto no Brasil ir de Cuba a Suécia

Comparação entre indicadores de estados e países mostra discrepâncias em serviços prestados

Diana Yukari e Thiago Amâncio

SÃO PAULO Os sistemas de esgoto no Brasil comportam modelos comparáveis a países tão diferentes quanto Cuba e Suécia, mostra cruzamento de dados do Censo e da ONU (Organização das Nações Unidas) feito pela **Folha**.

Apenas 39,4% dos moradores de Rondônia têm um serviço de esgoto considerado adequado, índice comparável a Cuba e Djibouti, país na região do Chifre da África.

Já São Paulo, na outra ponta da tabela, com 94,5% da população com esgoto adequado, tem níveis comparáveis aos de Austrália, Bélgica, Chile, Israel, Quirguistão, Lituânia, Luxemburgo, Portugal e Suécia.

A reportagem considerou como esgotamento adequado o critério utilizado pelo próprio IBGE, com base no Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico), que inclui duas categorias: população em domicílios particulares com acesso à rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede; e fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede.

Os dados foram coletados no último Censo, de 2022, e divulgados em fevereiro deste ano.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 75,7% da população tem acesso a um nível adequado de esgoto —62,5% ligada à rede e 13,2% com fossas sépticas.

Para comparar com outros países, a reportagem utilizou dados do Programa Conjunto de Monitoramento do Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene da OMS (Organização Mundial de Saúde) e do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

O critério adotado pela reportagem foi a porcentagem da população atendida por esgoto "gerenciado com segurança", nível que o estudo considera adequado.

A reportagem considerou apenas países e territórios com mais de 100 mil habitantes, o que exclui nações mínimas como Tuvalu e Mônaco; e os que têm dados atualizados até 2022, mesmo ano do Censo.

A comparação inclui uma margem de dois pontos percentuais.

Isso significa que um estado como Alagoas, que tem apenas 48,5% da população atendida com esgotamento adequado, foi comparado a Fiji, com 48,8% e também a Lesoto, com 47,5%.

Já Pernambuco, com 65,5%, tem esgotamento similar ao de Mongólia (66%), China (67,2%) e Egito (67,2%).

Entre os dez estados com melhor esgotamento do país, estão todos os da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), todos do Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná) e três unidades do Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul).

Já entre os dez com o pior atendimento de esgoto, há seis dos sete estados da região Norte (Rondônia, Pará, Acre, Amazonas, Amapá e Tocantins), três do Nordeste (Maranhão, Piauí e Alagoas) e um do Centro-Oeste (Mato Grosso).

"Saneamento é uma política pública de médio e longo prazo. Uma diferença tão grande de estados da região Norte para a região Sudeste mostra a importância da priorização do tema ao longo do tempo", diz Luana Pretto, presidente do Instituto Trata Brasil.

No Norte, menos da metade da população vive em condições consideradas adequadas de esgotamento sanitário: 46,4%. Já no Sudeste, esse porcentual salta para 90,7%, seguido pelo Sul (83,9%).

São Paulo, diz Pretto, investiu por anos mais de R$ 150 por habitante em saneamento. Enquanto o Acre investiu R$ 3. O estado da região Norte, com 46,6% da população atendida por esgotamento adequado, tem níveis comparados aos de Lesoto e Maláui.

"Saneamento precisa ser visto como um ativo político. Estamos em ano eleitoral, é importante que os candidatos a prefeito também se comprometam com isso, entendendo que, mesmo que sejam obras com resultados de médio e longo prazo, é algo que se faz pensando nas futuras gerações", afirma.

O Marco Legal do Saneamento estabelece como meta para universalização do saneamento coleta e tratamento de esgoto de 90% da população.

Os dados do IBGE não avaliam a qualidade do tratamento de esgoto, apenas a qualidade do atendimento de esgoto dos domicílios particulares.

Estudo recente do Trata Brasil, com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento de 2022 do Ministério das Cidades, apontou que apenas 40 das 100 maiores cidades do Brasil tem mais de 90% da população com coleta e tratamento de esgoto.

Governo de SP deve anunciar detalhes da privatização da Sabesp

Thiago Amâncio e Thiago Bethônico

SÃO PAULO O Governo de São Paulo deve definir nos próximos dias como será a oferta de privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

Pessoas familiarizadas com o processo ouvidas pela reportagem afirmam que a modelagem da venda de ações já chegou à mesa do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e que o anúncio dos detalhes da privatização pode ser feito entre os próximos dias 10 e 17 de abril.

Isso inclui informações como a quantidade de ações que o estado colocará à venda, o valuation (avaliação de valor da empresa) e o porcentual da redução da tarifa prometida pelo governo.

A modelagem da privatização, como é chamada esta etapa, precisa antes ser aprovada pelo CDPED (Conselho Diretor do Programa de Desestatização). Com o martelo batido, Tarcísio deve convocar uma entrevista coletiva para anunciar os detalhes.

De acordo com pessoas ouvidas pela **Folha**, após a divulgação, o governo já pode fazer a oferta de ações em Bolsa em 30 dias. A expectativa, contudo, é que o leilão de privatização ocorra até julho.

A ideia é que o Governo de São Paulo venda 30% da Sabesp, o máximo previsto em lei aprovada pela Assembleia Legislativa no ano passado. Atualmente, o estado possui 50,3% da companhia.

No entanto, segundo pessoas que acompanham as negociações, essa parcela de venda pode diminuir. Isso porque os papéis da Sabesp têm se valorizado muito nos últimos tempos, o que faz a compra ficar mais cara. A ação da companhia fechou na semana passada negociada a R$ 84. Há duas semanas, estava cotada a R$ 76.

Entre os detalhes que também podem ser definidos na modelagem está o novo estatuto da Sabesp, que estabelecerá, por exemplo, como será a composição do conselho e limite de votos.

O documento também deve manter o Governo de São Paulo como maior acionista, colocando uma trava —chamada no mercado de "poison pill"— que estabelece um valor impraticável para as ações de algum comprador que tente ter fatia majoritária na Sabesp.

O novo estatuto estabelecerá o encarregado de escolher o CEO. Uma possibilidade é que essa prerrogativa fique com o acionista de referência, enquanto o estado será responsável por nomear o diretor financeiro (CFO).

Esse novo estatuto precisa ser aprovado em assembleia, mas não deve haver entraves já que o governo tem hoje a maior parte das ações.

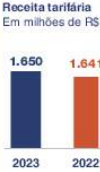
A figura do acionista de referência é um desejo do governo de São Paulo para que haja um grupo estratégico comprometido com a empresa no médio prazo.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO | METRÔ

CNPJ Nº 62.070.362/0001-06

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
A íntegra do material pode ser acessada no site https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/, no site de Relações com Investidores do Metrô https://ri.metrosp.com.br/, e no site da CVM https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=27065.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A busca pelo aumento da eficiência norteou as ações do Metrô ao longo de 2023. O ano fica marcado como o de maior investimento do Governo do Estado de São Paulo na expansão e modernização da rede, quando projetos liderados pela Companhia obtiveram seu maior índice de execução orçamentária.
A eficiência se mostra presente na ampliação da malha metroviária, com destaque para a Linha 2-Verde, que é uma das maiores obras de infraestrutura da América Latina e teve 94% de orçamento aplicado. Houve também a retomada da Linha 17-Ouro, após desembaraços contratuais que preservaram a segurança jurídica da empresa em suas relações na defesa dos interesses da população de São Paulo. Estes investimentos somaram mais de R$ 2,7 bilhões em 2023.
Bons níveis de execução orçamentária demonstram o alto planejamento envolvido para a coordenação de inúmeras etapas de construção de uma linha. Ainda nessa seara, o Metrô avançou na elaboração de estudos para a implantação das futuras linhas 16-Violeta, 19-Celeste, 20-Rosa e 22-Marrom. Outro marco foi a antecipação da Pesquisa Origem e Destino - referência do estrito planejamento promovido pelo Metrô -, para entender os impactos da pandemia da Covid-19 nos deslocamentos das pessoas, estabelecendo o diagnóstico padrão de viagens na Região Metropolitana.
Novos caminhos são buscados pelos projetos de linhas e para a inovação na obtenção de novas receitas e serviços aos passageiros. A infraestrutura de telecomunicação do Metrô foi concedida para a implantação de sinal de telefonia 5G e internet Wi-Fi gratuita nas estações e trens.
A sustentabilidade é outro pilar que guia as ações do Metrô. Em 2023, as iniciativas para promoção da eficiência energética, aliadas ao aumento da participação de energias renováveis na composição da matriz energética brasileira, resultaram em uma redução de 4% nas emissões totais de gases do efeito estufa da Companhia, em relação a 2022.
O Metrô segue firme em sua estratégia de imprimir mais eficiência no atendimento ao passageiro e na modernização de sua estrutura, avançando na instalação de portas de plataforma e do Sistema de Monitoramento Eletrônico com inteligência artificial nas estações, além de novos equipamentos que otimizam os processos de operação e manutenção.
As ações da empresa correm sempre em prol do melhor atendimento ao passageiro, por meio da busca pelas melhores práticas. Essa preocupação resultou na conquista do título de Melhor Serviço Público de São Paulo, pelo sexto ano consecutivo, em levantamento realizado pelo Datafolha para a Folha de São Paulo. Ao longo de 2023, foram outros oito prêmios e reconhecimentos que evidenciam o trabalho da Companhia em temas como sustentabilidade, inclusão, inovação e comunicação.
Os resultados de 2023 apontam os caminhos do Metrô em direção à modernização da Companhia, de acordo com os parâmetros do mercado e a realidade pós-pandemia. A empresa se reestrutura rumo à maior eficiência e otimização de recursos em favor da sustentabilidade buscada frente a seus novos e contínuos desafios.

Desempenho econômico-financeiro

O Metrô de São Paulo reportou, no período, prejuízo de R$ 900 milhões, ante R$ 1.167 milhões em 2022, redução de 22,9% em relação ao período comparativo. A receita operacional líquida foi de R$ 2.320 milhões no acumulado de 2023, aumento de 7,2%, comparado a 2022 que alcançou R$ 2.164 milhões.

O principal fator para o aumento na receita operacional líquida foi o aumento no volume de passageiros transportados no período.

A receita não tarifária também apresentou aumento no período comparativo com 2022, alcançando R$ 294 milhões em 2023, ante R$ 266 milhões em 2022, devido a retomada da atividade comercial após as restrições impostas pela pandemia da COVID-19.

As despesas de pessoal tiveram um aumento de 8,3%, alcançando R$ 1.917 milhões ante R$ 1.770 milhões em 2022, principalmente devido ao dissídio coletivo de 4,52% aplicado a partir de maio/23, e devido os custos associados ao desligamento de 209 empregados do PDI ao longo de 2023. Além disso, houve um aumento de 15,5% em serviços, alcançando R$ 331 milhões ante R$ 286 milhões em 2022.

A principal fonte de recursos da Companhia proveniente da atividade operacional é a prestação de serviço de transporte de passageiros, composta por receita tarifária e ressarcimento de gratuidade. Esta representou 88% da receita operacional bruta de 2023.

Passageiros transportados no sistema de transporte na RMSP 2022 e 2023[1]

	Passageiros 2022 (milhões)	(%)	Passageiros 2023 (milhões)	(%)
Transporte sobre trilhos	**1.745,1**	35,7	**1.882,6**	36,9
Metrô de São Paulo	794,2	16,3	851,2	16,7
ViaQuatro[2]	166,8	3,4	190,4	3,7
ViaMobilidade Linha 5[2]	143,2	2,9	154,9	3,0
ViaMobilidade Linhas 8 e 9[3]	199,5	4,1	228,7	4,5
Trem Metropolitano - CPTM[3]	441,4	9,0	457,4	9,0
Transporte sobre pneus	**3.133,0**	64,3	**3.226,8**	63,1
Ônibus Municipal - SPTRANS[4]	2.048,9	42,0	2.080,1	40,7
Ônibus Intermunicipal - EMTU[5]	401,7	8,3	424,9	8,3
Aeroporto e Corredor (Trólebus e Diesel)	68,2	1,4	71,3	1,4
Empresas particulares (serviço comum e seletivo)	333,5	6,9	353,6	6,9
Ônibus - Outros Municípios[6]	682,4	14,0	721,8	14,1
Total de Transportes	**4.878,1**	100,0	**5.109,4**	100,0

[1] Inclui transferência e gratuitos. Não inclui ônibus escolar e fretamento.
[2] Fonte: CMCP - Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões.
[3] Fonte: STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo.
[4] Fonte: SPTRANS - São Paulo Transportes S.A.
[5] Fonte: EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - dados estimados de nov e dez/23.
[6] Estimativa com base nas viagens dos demais municípios na RMSP, em relação às viagens intermunicipais apontadas na Pesquisa Origem Destino 2017.

Rede Metroviária

	2022	2023
Rede Metroviária (Metrô de São Paulo, Via Quatro e Via Mobilidade)		
km de extensão	104,2	104,2
nº de estações	91,0	91,0
nº de linhas	6,0	6,0
Linhas Operadas pelo Metrô de São Paulo		
km de extensão	71,4	71,4
nº de estações	63,0	63,0
nº de linhas	4,0	4,0
Passageiros Transportados pelo Metrô de São Paulo		
Média nos dias úteis (milhão)	2,6	2,9
Total anual (bilhão)	0,8	0,9

Estratégia de longo prazo

Para cumprir a missão de "Conectar pessoas e lugares por meio de uma rede de mobilidade sustentável gerando qualidade de vida", a Companhia estabeleceu sua estratégia de Longo Prazo 2024-2028 e Plano de Negócios 2024. Os temas percebidos como mais importantes para o Metrô foram traduzidos em objetivos estratégicos e foram inseridos no novo Mapa Estratégico.

1) Perspectiva Sustentabilidade Financeira, Social e Ambiental
- Aumentar as receitas tarifárias
- Aumentar as receitas não-tarifárias
- Utilizar os recursos de investimento para expansão e modernização da rede metroviária
- Ampliar os benefícios socioambientais

2) Perspectiva Mercado e Sociedade
- Oferecer um serviço competitivo alinhado às expectativas dos passageiros
- Ampliar os negócios
- Expandir a rede metroviária

3) Perspectiva Processos Internos
- Melhorar o desempenho, a eficiência e a segurança operacional
- Aumentar a produtividade
- Reduzir os custos e as despesas
- Assegurar a comunicação e o relacionamento com as partes interessadas

4) Perspectiva Aprendizagem e Crescimento
- Inovar com foco em eficiência e ganho de escala
- Aperfeiçoar a gestão de pessoas e equipes para atender às demandas internas e externas
- Aperfeiçoar a gestão do conhecimento
- Promover a diversidade

Nosso programa de investimento prevê as seguintes ações

O programa de Investimentos para 2024 para a Expansão, Recapacitação e Modernização das linhas metroviárias prevê os seguintes valores:
Com base nos valores publicados na Lei Orçamentária Anual nº 17.863 de 22 dezembro de 2023 e na Dotação Orçamentária e Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, a Companhia espera investir cerca de R$ 5,0 bilhões. Os maiores volumes de investimentos são previstos na expansão nos seguintes projetos:
- Linha 2- Verde - Extensão Vila Prudente - Dutra - R$ 1,8 bilhão;
- Linha 15 - Prata - R$ 1,1 bilhão; e
- Linha 17 - Ouro - R$ 1,3 bilhão.

Relacionamento com Auditores Externos

A auditoria de nossas demonstrações financeiras e a revisão das informações trimestrais são realizadas por auditores externos independentes, visando garantir a confiabilidade dos dados apresentados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo, respeitando os princípios que preservam a independência destes profissionais, a saber: i) não auditar seu próprio trabalho; ii) não exercer funções gerenciais; iii) não advogar pelo seu cliente.
O Comitê de Auditoria, em linha com nosso Estatuto Social, é responsável pela avaliação das diretrizes que orientam a contratação e a prestação de serviços dos auditores externos. Também cabe ao Comitê recomendar ao Conselho de Administração a contratação e a destituição da auditoria externa, além do dever de se manifestar antes da contratação de outros serviços prestados por ela, ou por empresas vinculadas a ela, que não caracterizem atividades da sua alçada.
Em 2023, a Mazars Auditores Independentes, prestou serviço de auditoria à Companhia, e o montante total pago pelos serviços de auditoria de demonstrações financeiras no exercício de 2023, foi de aproximadamente R$ 185 (R$ 109 em 31 de dezembro de 2022).
A Mazars Auditores Independentes não prestou, durante o período de atuação na Companhia, serviços não relacionados a auditoria externa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**307.497**	362.566
Títulos e valores mobiliários		**4.919**	5.825
Contas a receber	5	**494.719**	149.344
Estoques	6	**208.417**	234.214
Tributos a recuperar		**6.651**	3.549
Outros ativos		**31.458**	26.049
		1.053.661	781.547
Ativos mantidos para venda	7	**8.388**	12.015
		1.062.049	793.562
Não circulante			
Contas a receber	5	**5.443**	8.241
Caixa restrito	8	**45.879**	27.567
Depósitos judiciais	9	**197.988**	250.972
Outros ativos		**64.765**	31.126
Investimentos	10	**67.966**	14.464
Imobilizado	11	**39.598.762**	37.702.973
Intangível	12	**46.089**	34.826
		40.026.892	38.070.169
Total do ativo		**41.088.941**	38.863.731

Passivo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	14	**569.318**	473.132
Debêntures	15	**113.181**	29.999
Impostos e contribuições a recolher	16	**69.116**	63.075
Remunerações e encargos a pagar	17	**254.247**	198.838
Adiantamento de clientes	18	**410.048**	418.346
Partes relacionadas	19	**32.672**	27.940
Outras contas e despesas a pagar		**5.032**	5.078
		1.453.614	1.216.408
Não circulante			
Debêntures	15	**262.457**	374.938
Impostos e contribuições a recolher	16	–	88.323
Remunerações e encargos a pagar	17	**30.124**	325
Adiantamento de clientes	18	**438.204**	143.953
Plano de previdência suplementar	20.2	**60.244**	9.196
Provisão para processos judiciais	21	**1.533.600**	1.501.750
Partes relacionadas	19	**240.293**	218.913
Outras contas e despesas a pagar		**3.471**	3.471
		2.568.393	2.340.869
Patrimônio líquido			
Capital social	22.2	**48.404.386**	45.690.396
Ações em tesouraria		**(16)**	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		**99.524**	152.858
Prejuízos acumulados		**(11.436.960)**	(10.536.784)
		37.066.934	35.306.454
Total do passivo e patrimônio líquido		**41.088.941**	38.863.731

Demonstrações de resultados

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	23	**2.319.588**	2.164.379
Custo dos serviços prestados	24	**(2.617.881)**	(2.421.743)
Prejuízo bruto		**(298.293)**	(257.364)
Receitas (despesas) operacionais	24		
Despesas com vendas		**(47.172)**	(27.397)
Despesas gerais e administrativas		**(886.579)**	(997.613)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**396.200**	144.285
		(537.551)	(880.725)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(835.844)**	(1.138.089)
Resultado financeiro, líquido	25		
Receitas financeiras		**26.775**	34.523
Despesas financeiras		**(97.638)**	(71.296)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		**(3.339)**	7.715
		(74.202)	(29.058)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(910.046)**	(1.167.147)
Imposto de renda e contribuição social			
Diferidos	26	**9.870**	–
Prejuízo do exercício		**(900.176)**	(1.167.147)
Prejuízo do exercício por ação (em R$)			
Básico - ON	27.1	**(98,81)**	(137,90)

Demonstrações dos resultados abrangentes

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(900.176)**	(1.167.147)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	**(906)**	(256)
Ganho/perda atuarial	**(52.428)**	74.998
Total do resultado abrangente	**(953.510)**	(1.092.405)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	43.307.459	(16)	78.116	(9.369.637)	34.015.922
Prejuízo do exercício	–	–	–	(1.167.147)	(1.167.147)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	–	–	(256)	–	(256)
Ganho atuarial	–	–	74.998	–	74.998
Integralização de capital	2.382.937	–	–	–	2.382.937
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.690.396	(16)	152.858	(10.536.784)	35.306.454
Prejuízo do exercício	–	–	–	**(900.176)**	**(900.176)**
Valor justo de títulos e valores mobiliários	–	–	**(906)**	–	**(906)**
Perda atuarial	–	–	**(52.428)**	–	**(52.428)**
Integralização de capital	**2.713.990**	–	–	–	**2.713.990**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**48.404.386**	**(16)**	**99.524**	**(11.436.960)**	**37.066.934**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(900.176)**	(1.167.147)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	**730.580**	741.157
Resultado na venda de investimentos	**(77.695)**	(124.328)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	**(6.111)**	141
Juros sobre debêntures	**70.940**	47.910
Impostos diferidos	**(9.870)**	–
Juros sobre passivo atuarial	**(1.380)**	5.638
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	**31.850**	165.346
Constituição de perda de crédito esperada	**79.270**	24.812
Provisão participação nos resultados	**41.033**	–
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	**(375)**	(222)
Resultado líquido ajustado	**(41.934)**	(306.693)
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	**(421.847)**	22.848
Estoques	**(2.508)**	4.370
Tributos a recuperar	**(3.102)**	15.838
Depósitos judiciais	**52.984**	(78.326)
Outros ativos	**(39.048)**	(28.098)
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores	**125.900**	162.499
Remunerações e encargos a pagar	**54.045**	(61.660)
Impostos e contribuições a recolher	**(82.282)**	48.088
Adiantamento de clientes	**285.953**	(74.189)
Partes relacionadas	**26.112**	(69.636)
Outras contas e despesas a pagar	**(46)**	1.097
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(45.773)**	(363.862)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	**(2.655.352)**	(2.322.438)
Aquisição de intangível	**(27.096)**	(30.006)
Alienação de ativos	**77.713**	168.991
Caixa restrito	**(18.312)**	(27.567)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(2.623.047)**	(2.211.020)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	**2.713.990**	2.382.937
Debêntures, líquidos de custo de captação	–	390.979
Amortização do principal sobre debêntures	**(19.048)**	–
Pagamento de juros sobre debêntures	**(81.191)**	(33.951)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**2.613.751**	2.739.965
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(55.069)**	165.083
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**362.566**	197.483
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**307.497**	362.566
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(55.069)**	165.083
Transações que não afetaram o caixa		
Redução de fornecedores, em decorrência da extinção da obrigação com fornecedor através de ajuste no custo do imobilizado operacional	**29.714**	17.183

Demonstrações dos valores adicionados

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	**2.388.823**	2.228.644
Outras receitas	**123.365**	159.934
Constituição/(reversão) de perda de crédito esperada, líquida	**(71.214)**	(19.984)
	2.440.974	2.368.594
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	**(441.584)**	(401.318)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(445.622)**	(462.994)
Perdas com ativos	**(22.079)**	(5.387)
	(909.285)	(869.699)
Valor adicionado bruto	**1.531.689**	1.498.895
Depreciação e amortização	**(730.580)**	(741.157)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**801.109**	757.738
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros, lucros e dividendos sobre ações	**1.048**	281
Receitas financeiras	**32.467**	46.807
Receitas de subvenção	**317.976**	–
	351.491	47.088
Valor adicionado total a distribuir	**1.152.600**	804.826

	31/12/2023	31/12/2022
Empregados		
Remuneração Direta	**1.182.791**	1.117.312
Benefícios	**378.236**	308.057
F.G.T.S.	**112.128**	111.302
Outros	**173.061**	159.767
	1.846.216	1.696.438
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	**228.337**	188.242
Estaduais	–	67
Municipais [a]	**(143.965)**	(211)
	84.372	188.098
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	**105.775**	66.526
Aluguéis	**16.413**	20.911
	122.188	87.437
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	**(900.176)**	(1.167.147)
	(900.176)	(1.167.147)
Valor adicionado total distribuído	**1.152.600**	804.826

[a] Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reverteu a provisão para IPTU dos imóveis destinados as atividades de Shoppings e Terminais rodoviários, em decorrência de decisão judicial favorável em ação judicial declaratória de imunidade envolvendo tais imóveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo - SP na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 97,77% das ações ordinárias. A Companhia obteve em 6 de janeiro de 2023, o registro de Companhia Aberta - Categoria B, de acordo com a Resolução nº 80 da Comissão de Valores Mobiliários "CVM". Nesta condição, a Companhia está autorizada apenas a emitir títulos de valores mobiliários, não podendo negociar suas ações em Bolsa de Valores.
A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo - RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Relatório Integrado 2023 da Companhia do Metrô encontra-se disponível em: https://www.metro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-integrado-2023.pdf

continua ★

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO | METRÔ

CNPJ Nº 62.070.362/0001-06

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 - Azul (Jabaquara - Tucuruvi), Linha 2 - Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 - Vermelha (Corinthians-Itaquera - Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 - Prata (Vila Prudente - Jardim Colonial). Estas linhas operam de forma integradas e, conjuntamente, cobrem 71,4 quilômetros de extensão (não auditado) e transportaram a média de 2,86 milhões de passageiros (não auditado) nos dias úteis em 2023.

Dependência orçamentária do Governo do Estado de São Paulo:

À edição da Lei estadual nº 17.863 de 22 de dezembro de 2023, que orça a receita e fixa despesa do Estado para o exercício de 2024 (LOA 2024), caracteriza a Companhia, no exercício de 2024, na condição de empresa estatal dependente, nos termos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria nº 589, de 27 de dezembro de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional qualificando a Companhia na condição de dependente orçamentária do Governo do Estado de São Paulo - GESP a partir do exercício social de 2024.

A condição de dependente decorre do recebimento de subvenção para custeio das atividades operacionais no exercício de 2023, e devido à inclusão de despesas operacionais da Companhia no orçamento do Estado, aprovado na Assembleia Legislativa (LOA) em 22 de dezembro de 2023. Dessa forma, a condição de empresa dependente não afeta a capacidade de liquidez da Companhia, mas sim a necessidade de obtenção de aprovações prévias do acionista para certas contratações, entretanto, com recursos financeiros garantidos pelo Estado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- Títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

2.3 Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de março de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Milton Frasson

Membros:

Antonio Julio Castiglioni Neto
Carlos Roberto de Albuquerque Sá
Cleyton Ricardo Batista
Daniel Rodrigues Aldigueri
Fabiano Martins de Oliveira
Gustavo Villaça Vargas Sampaio Braga
Mauro Antônio Gumiero Voltarelli
João Jorge Fadel Filho
Rodrigo Bezerra da Silva
Wagner Fajardo Pereira

DIRETORIA EXECUTIVA

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente

Alfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e Diretor Comercial

Milton Gioia Júnior
Diretor de Operações

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Planejamento

Mônica Gomide Mendes Eher
Gerente de Controladoria e Contadora - CRC 1SP-251.629/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ**, dentro de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e da proposta de destinação dos resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes - MAZARS Auditores Independentes SS, sem ressalvas, e o Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 14 de março de 2024

Adolfo Cascudo Rodrigues - Conselheiro Fiscal
Átila Sarkozy - Conselheiro Fiscal
Luciano Garcia Miguel - Conselheiro Fiscal
Tzung Shei Ue - Conselheiro Fiscal
Vinicius Mendonça Neiva - Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2023

CNPJ/MF nº 62.070.362/0001-06 NIRE nº 3530003343-4

Aos Conselheiros de Administração da
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê ou CAE) da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô **(METRÔ ou Companhia)** foi implementado na Reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2018, e é órgão **estatutário técnico de auxílio permanente do Conselho de Administração da Companhia**, regido pela Lei nº 13.303/2016, Estatuto Social e Regimento Interno. Atualmente, o CAE é composto por quatro membros independentes: Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Conselheiro de Administração independente e Coordenador do CAE, sendo o especialista financeiro e de contabilidade societária, conforme previsto na legislação brasileira, além de Alexandre Akio Motonaga, Cintya Cristina Ferreira Marques Pinto e Marcelo Cardona Sobral, sendo que todos atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, no § 2º do artigo 31-C da Resolução CVM Nº 23/2021, bem como aos critérios de independência exigidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. No cumprimento de suas responsabilidades descritas em seu Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

Ao Comitê compete, principalmente (i): zelar qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) supervisionar a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e externa, (iii) zelar pelo padrão dos processos de controles internos e de avaliação de riscos, e (iv) zelar pelo Código de Conduta e Integridade.

Toda a análise e manifestação do Comitê baseia-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 23 de março de 2023 (primeira reunião do CAE após a apreciação das Demonstrações Financeiras de 2022) até 12 de março de 2024, o Comitê realizou 27 reuniões, em sua maioria virtual, que envolveram Diretores, Gerentes e outros colaboradores da Companhia, além de eventuais convidados externos e prestadores de serviços. Destaca-se que foram realizadas 04 reuniões que contaram com a participação dos membros do Conselho Fiscal e representantes dos Auditores Independentes.

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram:

- ✓ Revisão, aprovação, supervisão do Plano de Trabalho da Auditoria Interna - PAINT 2023 e PAINT 2024 e análise dos relatórios das atividades realizadas, inclusive as feitas no instituto de previdência que a Companhia é patrocinadora;
- ✓ Avaliação dos parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais dos Planos de Benefícios I e II da Previdência Suplementar mantidos pelo METRUS - Instituto de Seguridade Social e os respectivos resultados atuariais dos planos;
- ✓ Revisão das Informações Trimestrais - ITRs e das Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31.12.2023;
- ✓ Acompanhamento de assuntos contábeis, dentre eles: revisão da vida útil do ativo imobilizado, teste de *impairment*, revisão da PDD, provisão para processos judiciais, e principais ações da companhia para fins de viabilizar a avaliação e monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas;
- ✓ Monitoramento das provisões e contingências judiciais;
- ✓ Acompanhamento do fluxo de caixa e evolução da demanda de passageiros transportados a fim de acompanhar os impactos econômico-financeiros na Companhia pós-pandemia da COVID-19;
- ✓ Discussão com Auditoria Interna, Gerência de Gestão de Riscos Corporativos e Conformidade e Auditoria Independente sobre a Carta de Controles Internos;
- ✓ Conhecimento e acompanhamento do planejamento da Auditoria Independente sobre as demonstrações contábeis;
- ✓ Apresentação sobre os Sistemas de Arrecadação Tarifária;
- ✓ Acompanhamento trimestral das atividades da área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno previstas em plano anual, incluindo desenvolvimento do Plano Anual de Riscos Corporativos, do Mapa de Riscos Corporativos e a evolução dos planos mitigatórios dos riscos corporativos e riscos cibernéticos, análise das propostas de revisão de normas para posterior aprovação no Conselho de Administração (Regulamento do Programa de Integridade, Código de Conduta e Integridade e Regulamento do Comitê de Ética;
- ✓ Acompanhamento das Políticas da Lei de Proteção de Dados e conhecimento dos Riscos da LGPD, dos Impactos à Proteção da Dados - Pesquisa Origem e Destino, do Treinamento da LGPD e do Teste de legítimo interesse;
- ✓ Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias e incluindo reuniões com o Comitê de Ética e Ouvidoria, bem como ações relativas à campanha de conscientização sobre o Código de Conduta e Integridade e respectivo treinamento;
- ✓ Conhecimento: da Análise de Atendimento a Metas e Resultados na Execução do Plano de Negócios 2022; do Plano de Negócios 2023 e do Plano de Negócios de 2024;
- ✓ Acompanhamento da execução orçamentária financeira e demonstração de resultados.

Além disso, o Comitê, mediante informações das diversas áreas, acompanhou: • assuntos contábeis, dentre eles a revisão da vida útil do ativo imobilizado, o teste de *impairment*, a revisão da PDD, a provisão para processos judiciais, e principais ações da Companhia para fins de viabilizar a avaliação e monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas; • o fluxo de caixa e evolução da demanda de passageiros transportados a fim de acompanhar os impactos econômico-financeiros da pós-pandemia COVID-19 na Companhia; • implantação de ações da Política de Proteção de Dados Pessoais e cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) pela Companhia.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS E DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

A avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e riscos corporativos está em permanente processo de evolução visando o aperfeiçoamento dos controles internos pela Administração do Metrô, de modo a conferir segurança e efetividade das informações contábeis com aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna bem como pela área de Gestão de Riscos Corporativos e Conformidade, convidando os responsáveis a participar de reuniões específicas do CAE, além de interlocução direta com o Coordenador, quando necessário. Igualmente, o Comitê supervisionou as atividades da Auditoria Independente, por meio da realização de reuniões, análise e revisão dos relatórios emitidos.

O Comitê mantém comunicação com os auditores internos e independentes - Mazars Auditores Independentes SS, promovendo discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis, da metodologia aplicada e de controles internos relevantes. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos Auditores Independentes e/ou a autonomia dos Auditores Internos.

4. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras do Metrô, em observância à legislação societária e práticas contábeis.

As demonstrações financeiras trimestrais e anual do exercício social de 2023 - abordando as principais práticas contábeis adotadas, as estimativas contábeis efetuadas, bem como as apresentações da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e das notas explicativas às demonstrações contábeis - envolveram, além da Auditoria Independente, também as seguintes áreas: Jurídico, Controladoria, Conformidade (Controles Internos) e Auditoria Interna, conforme reuniões realizadas com o Comitê.

Ao final, foi discutido com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalva. Os principais pontos discutidos também se relacionam com as práticas contábeis adotadas, e, ainda, com recomendação e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O CAE verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, considerados os assuntos enfatizados no Relatório dos Auditores Independentes.

5. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

As reuniões contaram com a participação dos gestores das áreas relacionadas da Companhia, tendo sido prestadas diversas informações e esclarecimentos que resultaram solicitações/demandas, orientações, sugestões e recomendações que são evidenciadas nas atas e são acompanhadas no decorrer das reuniões, conforme prazos pactuados. O acompanhamento do atendimento às orientações feitas pelo CAE é feito regularmente, com registro nas atas de reuniões.

6. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES E SOLICITAÇÕES AOS GESTORES

O Comitê de Auditoria Estatutário efetuou diversas recomendações de aperfeiçoamento de processos de gestão e de controles, assim como demandou diversas ações dos gestores, para esclarecimentos, complementos e eventuais retificações de informações apresentadas nas reuniões realizadas nesse período.

7. EVENTO RELEVANTE

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia do Metrô foi enquadrada na condição de empresa estatal dependente, conforme publicação da Lei Estadual nº 17.863, de 22 de dezembro de 2023, que Orça a Receita e fixa Despesa do Estado para o exercício de 2024" (LOA 2024), o que deve impactar na agenda temática do Comitê de Auditoria, a qual deverá ser revisto nos próximos meses para avaliar a necessidade de adequações.

8. CONCLUSÕES

Considerando os trabalhos conduzidos pelo CAE, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, baseado em todos os assuntos e documentos que lhe foram dados a conhecer incluindo o relatório dos auditores independentes, Mazars Auditores Independentes, sem ressalva, e nas análises efetuadas nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social em questão, o Comitê julga e recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e delibere sobre o conjunto das Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2023.

São Paulo, 12 de março de 2024

Carlos R. de Albuquerque Sá
Conselheiro de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Cintya Cristina F. Marques Pinto
Membra do Comitê de Auditoria Estatutário

Alexandre Akio Motonaga
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Marcelo Cardona Sobral
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 14 de março de 2024

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente

Alfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e Diretor Comercial

Milton Gioia Júnior
Diretor de Operações

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Planejamento

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 14 de março de 2024

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente

Alfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e Diretor Comercial

Milton Gioia Júnior
Diretor de Operações

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Planejamento

RESUMO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

É importante destacar que a publicação de um "extrato das informações relevantes do relatório" consiste na inclusão de uma declaração sobre o conteúdo do relatório e não se confunde com a publicação de partes do relatório, nem consiste em opinião sobre as demonstrações financeiras resumidas que estão sendo publicadas.

Extrato - Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações completas sem modificação com as ênfases abaixo:

Parágrafo de Ênfase

Dados da Ênfase 1: O Ministério Público Federal celebrou a delação premiada do ex-diretor da Companhia como parte de denúncias envolvendo o Metrô sobre Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras Operação Lava Jato. A Companhia optou por propor ação judicial indenizatória por ato de improbidade contra o ex-diretor objeto da delação premiada. Com base no estágio atual das causas judiciais e baseado no conhecimento dos assuntos pela Companhia, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras anuais por não haver até o momento um processo formal pelo judiciário. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Dados da Ênfase 2: A Companhia incorreu no prejuízo de R$ R$ 900.176.000 durante o exercício. Naquela data, o passivo circulante da Companhia, desconsiderando os ativos mantidos para venda, excedeu o ativo circulante em R$ 399.953.000, causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante de fornecedores, adiantamento de clientes e remunerações e encargos a pagar no montante de R$ 1.233.613.000. Adicionalmente, a edição da Lei estadual, 17.863/23 caracteriza a Companhia como empresa estatal dependente e tem suas receitas orçadas e suas despesas fixadas por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) a partir do exercício de 2024. Esses eventos e condições juntamente com outros assuntos descritos e mencionados em notas explicativas, demonstram a dependência econômica do acionista controlador. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 14 de março de 2024

mazars

Mazars Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP023701/O-8

Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

O Relatório Integrado 2023 da Companhia do Metrô encontra-se disponível em: https://www.metro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-integrado-2023.pdf

CASA DA MOEDA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA CASA DA MOEDA DO BRASIL, RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2023

Avisos

O relatório da administração e as demonstrações financeiras apresentadas a seguir são informações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Casa da Moeda do Brasil demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. O relatório da administração, assim como as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão sendo publicados na íntegra, nesta data, na página do jornal Folha de São Paulo na internet, no endereço eletrônico https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/, além de estar disponível também no seguinte endereço eletrônico:

a) https://www.casadamoeda.gov.br/portal/a-empresa/demonstracoes-financeiras/demonstracoes-financeiras.html

Relatório da Administração

O Relatório da Administração da Casa da Moeda do Brasil relativo ao Exercício 2023, aprovado pelo Conselho de Administração, em 06 de março de 2024, encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.casadamoeda.gov.br/portal/a-empresa/governanca-corporativa/relatorios-da-administracao.html, assim como as demonstrações financeiras completas e auditadas. No referido relatório são apresentados os seguintes capítulos: (1) Mensagem da Administração; (2) Atuação da Casa da Moeda do Brasil; (3) Estrutura Organizacional; (4) Gestão Estratégica; (5) Conjuntura e Dados de Mercado; (6) Desempenho Econômico-Financeiro; (7) Gestão de Pessoas; e (8) Ações ASG (Ambiental, Social e Governança).

BALANÇO PATRIMONIAL (RESUMIDO)
(E M R$ MIL)

ATIVO	31.12.2023	31.12.2022	PASSIVO	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE	**1.325.056**	**1.336.849**	**CIRCULANTE**	**402.247**	**422.449**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	612.234	646.286	FORNECEDORES	110.430	185.591
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO	302.001	381.659	EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.415	20.253
ESTOQUES	410.493	308.487	PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	14.800	7.680
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	328	417	DIVIDENDOS A PAGAR	48.102	5.546
			IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	15.972	11.563
			OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	188.528	191.816
NÃO CIRCULANTE	**1.410.479**	**1.299.865**	**NÃO CIRCULANTE**	**584.388**	**582.881**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	944.668	826.239	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	71.179	39.498
INVESTIMENTOS	498	502	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	15.419	14.526
IMOBILIZADO TÉCNICO	462.616	469.417	PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS	273.629	285.748
INTANGÍVEL	2.697	3.707	OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	224.161	243.109
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.748.900**	**1.631.384**
			CAPITAL SOCIAL	1.360.678	1.360.678
			RESERVAS DE LUCRO	388.222	270.706
			RESERVA LEGAL	31.382	21.256
			RESERVA PARA INVESTIMENTOS	230.249	230.249
			LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	144.307	-
			SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA	(17.716)	19.201
TOTAL	**2.735.535**	**2.636.714**	**TOTAL**	**2.735.535**	**2.636.714**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (RESUMIDA)

DESCRIÇÃO	EM R$ MIL	
	31.12.2023	31.12.2022
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	**1.368.600**	**1.337.735**
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	**(907.095)**	**(864.832)**
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**461.505**	**472.903**
IV - DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS	**(366.179)**	**(563.358)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(326.608)	(314.857)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(26.860)	(30.342)
OUTRAS DESPESAS / RECEITAS - LÍQUIDAS	(12.711)	(218.159)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	**95.326**	**(90.455)**
VI - RESULTADO FINANCEIRO	**107.210**	**113.807**
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**202.536**	**23.352**
VIII - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	-	-
IX - PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
X - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**202.536**	**23.352**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (RESUMIDA)
(EM R$ MIL)

MÉTODO INDIRETO		
	31.12.2023	**31.12.2022**
CAIXA LÍQUIDO GERADO / (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**76.026**	**39.404**
CAIXA LÍQUIDO GERADO/ (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(104.532)**	**(32.610)**
CAIXA LÍQUIDO GERADO/ (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(5.546)**	**(21.470)**
VARIAÇÃO LIQUIDA DO CAIXA	**(34.052)**	**(14.676)**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA		
DESCRIÇÃO	**R$**	
SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	646.286	660.962
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	612.234	646.286
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	**(34.052)**	**(14.676)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (RESUMIDA)
(EM R$ MIL)

D E S C R I Ç Ã O	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS					LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
		LEGAL	INVESTIMENTOS	ESPECIAL	LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL		
SALDO EM 31/12/2021	**1.360.678**	**20.088**	**213.611**	**14.292**	**-**	**377**	**-**	**1.609.046**
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	-	23.352	**23.352**
2. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL		1.168	-	-	-	-	(1.168)	**-**
3. PAGAMENTO DE DIVIDENDOS:	-	-	-	(14.292)	-	-	-	**(14.292)**
4. DIVIDENDOS PROPOSTOS:	-	-	-	-	-	-	(5.546)	**(5.546)**
5. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE INVESTIMENTO:	-	-	16.638	-	-	-	(16.638)	**-**
6. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA:	-	-	-	-	-	18.824	-	**18.824**
SALDO EM 31/12/2022	**1.360.678**	**21.256**	**230.249**	**-**	**-**	**19.201**	**-**	**1.631.384**
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-		-	202.536	**202.536**
2. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL		10.127	-	-		-	(10.127)	**-**
4. DIVIDENDOS PROPOSTOS:	-	-	-	-		-	(48.102)	**(48.102)**
5. LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO:	-	-	-	-	144.307	-	(144.307)	**-**
6. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA:	-	-	-	-		(36.917)	-	**(36.917)**
SALDO EM 31/12/2023	**1.360.678**	**31.382**	**230.249**	**-**	**144.307**	**(17.716)**	**-**	**1.748.900**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (RESUMIDA)
(EM R$ MIL)

DESCRIÇÃO	EM R$ MIL	
	31.12.2023	31.12.2022
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	202.536	23.352
(+/-) Superávit (Déficit) Atuarial de Previdência Privada	(36.917)	18.824
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**165.619**	**42.176**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RESUMIDA)

DESCRIÇÃO	EM R$ MIL	
	31.12.2023	31.12.2022
1 - RECEITAS	**1.356.562**	**1.352.273**
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**635.126**	**785.107**
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**721.436**	**567.166**
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**38.382**	**43.496**
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**683.054**	**523.670**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**211.754**	**181.963**
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**894.808**	**705.633**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**894.808**	**705.633**
8.1) Pessoal	514.705	550.182
8.2) Impostos, taxas e contribuições	100.786	90.265
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	76.781	41.835
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	202.536	23.351

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTEMPLADAS NAS NOTAS EXPLICATIVAS COMPLETAS (NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS) EXERCÍCIO DE 2023

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa da Moeda do Brasil – CMB, conforme a Lei nº 5.895/73, é uma Empresa pública federal não dependente de recursos da União, vinculada ao Ministério da Economia, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e capital social totalmente pertencente à União.

A empresa tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, com escritório na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar, sala 674, Brasília – DF, CEP 70.040-906, sendo o seu complexo industrial situado à Rua René Bittencourt, 371, Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23.565-200, o qual possui como principais atividades a produção de cédulas, moedas de circulação e comemorativas, medalhas, distintivos e comendas, passaportes, certificados, cartões inteligentes e documentos de identificação, selos postais e selos fiscais com rastreabilidade, além de inúmeros outros produtos gráficos de segurança.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas e as práticas contábeis adotadas no Brasil e aprovadas pela Diretoria Executiva em 6 de março de 2024.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em 31 de dezembro de 2023 em moeda corrente nacional (milhares de reais) em conformidade com a lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, bem como em aderência às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

(b) Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, deduzindo as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela irrelevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do Balanço Patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a CMB não será capaz de receber todos os valores devidos segundo os prazos originais das contas a receber. O registro da PECLD é realizado no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, assim como suas reversões.

(c) Estoques

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta. Também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

Os custos indiretos de produção fixos são aqueles que permanecem relativamente constantes, independentemente do volume de produção, tais como a depreciação e a manutenção de edifícios e instalações fabris, máquinas, equipamentos e ativos de direito de uso utilizados no processo de produção e o custo de gestão e de administração da fábrica.

Os custos indiretos de produção variáveis são aqueles que variam diretamente, ou quase diretamente, com o volume de produção, tais como materiais indiretos e certos tipos de mão de obra indireta.

(d) Investimentos

Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades são avaliados pelo custo histórico, deduzido de perdas estimadas na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente. Tal critério é aplicado aos Investimentos da CMB que não é obrigada à elaboração de demonstrações consolidadas, alinhando-se, assim, à exceção do item 17 do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, concomitante com o item 4 do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

(e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição à vista acrescido de todos os outros custos diretamente relacionados ao ativo imobilizado de forma a colocá-lo em condições de operação na forma pretendida pela Administração da CMB. Os métodos de depreciação, valor residual e as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriados, anualmente.

Não há, no caso da CMB, obrigações legais ou contratuais de desmontagem associadas a ativos imobilizados, portanto, não há constituição de provisões para desmobilização.

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens é iniciada a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

(f) Intangível

Software

O software adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a software está incluída no custo das vendas de produtos e serviços ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o software está relacionado.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Software e custos diretamente atribuíveis de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de cinco anos na CMB.

(g) Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos

Os valores contábeis dos ativos não monetários como ativos imobilizados e intangíveis são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Assim que apurada, uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida, se o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação.

As Perdas de Redução ao Valor de Recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo e o seu valor em uso. O valor justo é considerado o valor de mercado ajustado e líquido das despesas de venda. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

No caso da CMB, o valor recuperável de melhor representação é o seu valor em uso, já que, dada a especificidade dos seus equipamentos, não há valor de mercado referencial. Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos imobilizados e intangíveis são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(h) Fornecedores

Contas a Pagar/Fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo, dada a baixa relevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

(i) Provisões e Contingências

Provisões são reconhecidas quando a CMB tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados; seja provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e possa ser feito uma estimativa confiável do valor da obrigação. Tais valores incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e ações junto à CMB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 e segue as diretrizes consolidadas em norma interna sobre o tema. A classificação quanto à condição de provável, possível e remota, bem como o critério de mensuração das contingências foram elaborados em condições consideradas razoáveis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativos.

(j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A forma de tributação em que se enquadra a CMB é a do lucro real anual conforme legislação em vigor.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos no resultado do exercício. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal na data do Balanço Patrimonial e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido com relação a prejuízos fiscais deve ser reconhecido à medida que for provável que no futuro ocorra lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos.

A CMB, ao avaliar a probabilidade de lucro tributável futuro contra o qual possa utilizar os prejuízos fiscais, considera, entre outros critérios, se há oportunidade identificada que possa gerar lucro tributável no período em que os prejuízos possam ser compensados. Dessa forma, não havendo probabilidade de lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais, o ativo fiscal diferido não é reconhecido.

(k) Reconhecimento de Receita

A CMB reconhece a receita quando ela performa de acordo com o contrato do cliente, ou seu valor puder ser mensurado com segurança, e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Ao que se refere ao programa Scorpios, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial, administrado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 4 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A destinação do resultado do exercício realizou-se em conformidade com a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 08 (R1).

A Diretoria Executiva, em observância ao disposto no Inciso VIII do art. 12 do Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil, encaminhou proposta de destinação do Resultado do Exercício, nos seguintes termos:

VALORES (EM R$ MIL)

DESTINAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	202.536	23.352
RESERVA LEGAL CONSTITUÍDA	10.127	1.168
BASE DE CÁLCULO PARA OS DIVIDENDOS	192.409	22.184
DIVIDENDO A PAGAR - MÍNIMO LEGAL	48.102	5.546
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	144.307	16.638

NOTA 5 – FATO RELEVANTE

5.1 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no exercício de 2022, após análise interna da suficiência do critério utilizado para a classificação dos passivos judiciais, foi efetuada a revisão do normativo interno que orienta a atuação do Departamento Jurídico, buscando, a partir das diretrizes do CPC 25, estabelecer maior precisão e segurança na determinação da natureza da contingência, bem como definir os critérios para a mensuração de possibilidades de perdas e estimativas de desembolso.

Ainda no escopo dos aprimoramentos, incorpora-se às estimativas de desembolso a atualização financeira dos processos, trazendo maior precisão à representação econômico-financeira da entidade na data do balanço.

Complementarmente, a norma ratifica o entendimento sobre ativos contingentes, onde não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, mas quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

SÉRGIO PERINI RODRIGUES
PRESIDENTE
CPF Nº 795.926.357-49

LEONARDO ABDIAS NUNES DE OLIVEIRA
DIRETOR DE INOVAÇÃO E MERCADO
CPF Nº 105.634.597-78

THIAGO MARÇAL PORTELA
DIRETOR DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
CPF Nº 052.762.127-75

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
DIRETOR DE GESTÃO
CPF Nº 098.225.425-34

MARCIO LUIS GONCALVES DIAS
DIRETOR DE OPERAÇÕES
CPF Nº 024.969.817-08

RAMON AGOSTINHO PONTES
CONTADOR
CPF: 111.991.767-02
CRC - RJ118695/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O relatório completo do auditor independente, emitido em 6 de março de 2024, encontra-se disponível no endereço https://www.casadamoeda.gov.br/portal/a-empresa/demonstracoes-financeiras/demonstracoes-financeiras.html

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa da Moeda do Brasil - CMB ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa da Moeda do Brasil - CMB em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Provisões para passivos contingentes

Conforme se observa na nota 19, embora a auditoria considere que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes (R$ 273.629 mil) no contexto das demonstrações, é oportuno ressaltar que a Empresa é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente. A Empresa registra provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de saída de caixa para quitação de obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Empresa divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando é considerada provável, mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram os pareceres dos assessores jurídicos e o julgamento da Administração.

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Parecer do Conselho Fiscal, datado de 15 de março de 2024, encontra-se disponível no endereço https://www.casadamoeda.gov.br/portal/a-empresa/governanca-corporativa/atas-do-conselho-fiscal.html

O Conselho Fiscal da CASA DA MOEDA DO BRASIL (CMB), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração da Casa da Moeda do Brasil - Exercício de 2023, bem como das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tomando por base no Relatório da Auditoria Independente nº 1-03/2024, de 06 de março de 2024, emitido sem ressalvas pela Empresa CONSULT AUDITORES INDEPENDENTES, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Ressalta-se que a Demonstração de Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 registrou o lucro do exercício no montante de R$ 202.536.068,69 (duzentos e dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil, sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

Foi aprovada, ainda, proposta de Orçamento de Capital para 2024, no montante de R$ 245,4 milhões, que subsidiará o financiamento do Orçamento de Investimentos do exercício corrente aprovado para a CMB, em igual montante, compondo a integralização de Capital necessário no exercício de 2024 para atender ao Programa Plurianual de Investimentos previsto para o período de 2024 a 2027, que estima investimentos de R$ 411,8 milhões, sendo todos custeados com recursos próprios, oriundos das operações ordinárias da empresa, conforme disposto na Nota Técnica SEI nº 59/2024/CMB, de 29/02/2024.

O Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da CASA DA MOEDA DO BRASIL. Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da proposta de Destinação dos Resultados do exercício de 2023 e do Orçamento de Capital para 2024 à Assembleia Geral dos Acionistas na forma aprovada pelo Conselho de Administração.

Brasília, 15 de março de 2024.

Governo rejeita aumento de benefícios fora de acordo

Gestão Lula convoca reunião para conter movimento grevista e teme 1º de Maio

Adriana Fernandes

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai convocar nesta semana reunião extraordinária da mesa de negociação salarial na tentativa de conter a escalada do movimento grevista do funcionalismo federal.

Os servidores rejeitaram proposta da ministra Esther Dweck (Gestão e Inovação) de elevação dos valores dos benefícios de auxílio-alimentação, creche e saúde em 2024, que incluiu ainda reajuste salarial de 4,5% em 2025 e 2026.

A mesa é o principal fórum de negociação do governo e tem 20 representantes indicados por mais de 40 entidades representativas das carreiras do funcionalismo.

Mesmo dizendo não ao acordo, os sindicatos cobram do governo o reajuste dos benefícios já neste mês.

Segundo pessoas a par das negociações ouvidas pela **Folha**, Dweck não aceita fazer a correção dos valores dos benefícios sem que haja pactuação dos demais pontos — o principal deles, o reajuste para os dois últimos anos do governo Lula.

A pressão aumentou porque a expectativa dos servidores era que a folha salarial, que fecha no próximo dia 15, já contivesse os novos valores dos benefícios. Dweck, porém, avisou à equipe que só fará esse movimento após assinatura do acordo.

Esther Dweck pressiona por acordo Pedro Ladeira-13.fev.23/Folhapress

A reunião da mesa, que deve ocorrer na quarta ou quinta-feira, é uma tentativa do governo de buscar uma saída antes da ampliação das paralisações.

Algumas categorias já estão em greve, como os funcionários dos institutos federais, e há indicativos de novas adesões. Professores do ensino superior aprovaram indicativo de greve a partir de 15 de abril. Técnicos das universidades já estão em greve desde 11 de março.

Os professores representam um terço da folha de pagamento do Executivo, e a mobilização da categoria colocou o governo em alerta às vésperas das comemorações do Dia do Trabalhador, em 1º de maio, data simbólica para o PT.

O governo não quer correr o risco de conceder o reajuste agora dos benefícios e mais tarde os sindicatos não fecharem o acordo. Se houver pactuação na reunião, a folha de junho poderá rodar com a correção dos benefícios de forma retroativa.

Os servidores insistem no reajuste salarial também em 2024, mas o Ministério da Gestão avisou que não há espaço fiscal. O Orçamento tem reserva de R$ 2,7 bilhões para fazer a correção dos benefícios.

Pela proposta apresentada aos servidores, os benefícios serão reajustados em cerca de 51%.

O auxílio-alimentação sobe de R$ 658 para R$ 1.000; o auxílio-creche (assistência pré-escolar) passa de R$ 321 para R$ 484,90; e o auxílio-saúde (per capita da saúde complementar) de R$ 144 para R$ 215.

O Ministério da Gestão fez uma articulação no Congresso, no final do ano passado, para retirar a trava da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que impedia a correção dos benefícios em porcentual superior à inflação acumulada desde o último reajuste.

Para o governo, a proposta salarial apresentada garante ao longo dos quatro anos do governo Lula (2023-2026) um reajuste de 19,2%, acima da inflação projetada para o período de cerca de 16%.

No caso, do auxílio-alimentação, o valor de R$ 1.000 oferecido pelo governo ficará próximo aos praticados no Legislativo e no Judiciário, que pagam R$ 1.393 (quase um salário mínimo, hoje em R$ 1.412).

No ano passado, Lula concedeu um reajuste linear de 9% para todos os servidores, interrompendo o período de seis anos sem reajuste para a maioria das carreiras.

O governo tem insistido que o aumento dos benefícios para os servidores ativos que ganham até R$ 10 mil por mês representaria, na prática, como um reajuste de 4,5% sobre o salário.

Em ofício enviado no dia 1º, o Fonacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado) intensificou a pressão cobrando de Dweck providências para implementação "imediata" do reajuste dos benefícios.

O fórum pleiteou também a equiparação desses benefícios em relação aos valores praticados pelos Poderes Legislativo e Judiciário até ao final de 2026. A depender das categorias, os servidores pedem reajuste entre 7% e 11% em três parcelas anuais.

Além da mesa nacional, o governo está negociando a reestruturação de carreiras específicas.

No caso dos servidores do Banco Central e dos fiscais agropecuários do Ministério da Agricultura, o Ministério da Gestão já avisou que chegou ao limite na última proposta e que o governo federal não vai ceder mais.

Nesses dos casos, caberá ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e ao ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, tomarem as providências cabíveis, disse um integrante da mesa de negociação.

O governo considera que a proposta de reajuste de 23% em duas parcelas (2025 e 2026) é vantajosa.

Os salários do topo da carreira do BC passam de R$ 29 mil para R$ 36 mil.

O Ministério da Gestão também disse que a temporada de concessão de bônus de eficiência e produtividade "acabou".

A concessão desse tipo de bônus, como os obtidos pelos servidores da Receita e fiscais do Trabalho, que foram regulamentados pelo governo federal na semana passada, puxou a fila dos insatisfeitos no governo com risco de um efeito cascata no funcionalismo.

Como mostrou a **Folha**, algumas carreiras fazem paralisações pontuais, atuam em "operação-padrão" (rotina de maior burocracia, com impacto negativo no tempo dos serviços) ou promovem ações de mobilização.

A lista inclui servidores do Banco Central, do Tesouro, da Receita, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), analistas de comércio exterior e membros de carreiras ambientais (como ICMBio e Ibama).

O Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) convocou para 17 de abril uma marcha nacional em Brasília.

Compass Comercialização S.A.

CNPJ nº 19.046.324/0001-99

Relatório da Administração

São Paulo, 05 de abril de 2024, a Compass Comercialização S.A., divulga seus resultados referentes ao ano de 2023. Sobre a Comercialização: A Comercialização tem como objetivo a comercialização do gás natural, visando criar uma alternativa eficiente e competitiva para o Brasil, suprindo clientes dos mercados cativo e livre conectados à rede de distribuição e consumidores não conectados (*off-grid*) através de outros modais. O diferencial da Comercialização é montar ofertas com atributos de valor, e não somente com vantagens financeiras. Garantia de abastecimento, flexibilidade no fornecimento e opções de precificação (o gás poderá ser precificado em indicadores variados, como o *Henry Hub*, americano, ou o JKM, *Japan-Korean Marker*). Em outras palavras, a estratégia é criar propostas personalizadas e sob medida que agreguem ainda mais valor aos produtos oferecidos aos clientes.

Balanços patrimoniais *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.176	481.571
Títulos e valores mobiliários	9	236	4.680
Contas a receber de clientes	10	375	20.621
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.333	7.808
Estoques	12	140.219	–
Recebíveis de partes relacionadas	13	24	2.940
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		42.726	8.073
Outros tributos a recuperar	14	34.488	27.743
Outros ativos		21	65
Ativo circulante		**271.598**	**553.501**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	192.028	219.822
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		197	3.903
Outros tributos a recuperar	14	–	34.175
Instrumentos financeiros derivativos	11	–	21.995
Investimentos em subsidiárias	15.1	247.700	–
Imobilizado		1.418	123
Intangível	16	102.661	99.199
Ativo não circulante		**544.004**	**379.217**
Total do ativo		**815.602**	**932.718**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
Fornecedores	18	407	42.732
Ordenados e salários a pagar		13.297	3.714
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	893	169
Outros tributos a pagar		1.824	176
Pagáveis a partes relacionadas	13	2.405	4.149
Outras contas a pagar		5.610	3.790
Passivo circulante		**24.436**	**54.730**
Receitas diferidas ou antecipadas		–	514.620
Outras contas a pagar	15.2	12.152	–
Passivo não circulante		**12.152**	**514.620**
Total do passivo		**36.588**	**569.350**
Patrimônio líquido	20		
Capital social		916.105	766.105
Outros resultados abrangentes		(1.876)	–
Prejuízos acumulados		(135.215)	(402.737)
Total do patrimônio líquido		**779.014**	**363.368**
Total do passivo e patrimônio líquido		**815.602**	**932.718**

Demonstrações dos resultados
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	–	238.544
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	–	(260.891)
Resultado bruto		–	**(22.347)**
Despesas gerais e administrativas	22	(40.790)	(11.576)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	416.486	(745)
Resultado Operacional		**375.696**	**(12.321)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		**375.696**	**(34.668)**
Equivalência patrimonial em subsidiárias	15.1	543	(31)
Resultado de equivalência patrimonial		**543**	**(31)**
Despesas financeiras		(5.644)	(3.576)
Receitas financeiras		61.756	33.803
Variação cambial, líquida		8.208	(5.548)
Efeito líquido dos derivativos		(35.851)	(36.126)
Resultado financeiro líquido	24	**28.469**	**(11.447)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**404.708**	**(46.146)**
Imposto de renda e contribuição social	19		
Corrente		(108.425)	–
Diferido		(28.761)	15.852
		(137.186)	**15.852**
Resultado líquido do exercício		**267.522**	**(30.294)**

Demonstrações dos resultados abrangentes *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		**267.522**	**(30.294)**
Outros resultados abrangentes:			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:			
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	11	(2.843)	–
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa	11	967	–
		(1.876)	**–**
Resultado abrangente total		**265.646**	**(30.294)**

Demonstrações dos fluxos de caixa
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		404.708	(46.146)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	22	206	96
Equivalência patrimonial em subsidiárias	15.1	(543)	31
Transações com pagamento baseado em ações	25	1.005	497
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		36.493	34.288
Resultado nas operações de derivativos, líquidos		–	(248.123)
Provisão de bônus e participação no resultado		7.319	349
Realização de receita diferida		(514.620)	–
Provisão para perdas de estoque	12	29.946	–
		(35.486)	**(259.008)**
Variação em:			
Contas a receber de clientes		20.246	16.041
Estoque		(175.980)	–
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		(113.786)	(8.042)
Partes relacionadas, líquidas		1.172	281
Fornecedores e outros passivos financeiros		(42.246)	(32.192)
Ordenados e salários a pagar		1.767	86
Receita Diferida		–	514.620
Instrumentos financeiros derivativos		(4.948)	(65.929)
Outros ativos e passivos, líquidos		2.602	490
		(311.173)	**425.355**
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		**(346.659)**	**166.347**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aporte de capital em subsidiárias	15.1	(5)	–
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	15.2	(235.000)	–
Venda de títulos e valores mobiliários, líquido		5.001	36.881
Adições ao imobilizado e intangível		(5.732)	(1.285)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimento		**(235.736)**	**35.596**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital	20.a	150.000	250.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**150.000**	**250.000**
(Decréscimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		**(432.395)**	**451.943**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**481.571**	**29.628**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**49.176**	**481.571**

Transações que não envolveram caixa: A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa: (i) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R$ 1.618 (R$ 2.886 em 31 de dezembro de 2022). **Apresentação de juros e dividendos:** Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários, assim como, os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**766.105**	–	**(402.737)**	**363.368**
Resultado líquido do exercício		–	–	267.522	267.522
Resultados abrangentes:					
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa líquido de imposto	11	–	(1.876)	–	(1.876)
Total de outros resultados abrangentes		–	**(1.876)**	**267.522**	**265.646**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:					
Aumento de capital	20.a	150.000	–	–	150.000
Total de contribuições e distribuições		**150.000**	–	–	**150.000**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**916.105**	**(1.876)**	**(135.215)**	**779.014**

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**516.105**	**(372.443)**	**143.662**
Resultado líquido do exercício		–	(30.294)	(30.294)
Total de outros resultados abrangentes		–	**(30.294)**	**(30.294)**
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:				
Aumento de capital	20.a	250.000	–	250.000
Total de contribuições e distribuições		**250.000**	–	**250.000**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**766.105**	**(402.737)**	**363.368**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

1. Contexto operacional: A Compass Comercialização S.A. ou ("Companhia"), é uma Companhia com sede em São Paulo - SP, constituída em 12 de maio de 2009, com o objetivo de (i) compra e venda de energia elétrica de outros agentes de mercado, tais como geradores, comercializadores, distribuidores e consumidores que tenham livre opção de escolha de fornecedores e (ii) comercialização de gás natural, sendo uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. e tem como acionista controlador final o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello. **1.1 Realização da receita diferida da Compass Comercialização S.A.** Em 01 julho de 2022, a Companhia firmou um instrumento contratual para cancelamento das cargas de Gás Natural Liquefeito ("GNL") com entregas previstas para 2023. Em contrapartida foi acordada uma compensação financeira entre as partes cujo recebimento foi inicialmente registrado no balanço da Companhia na rubrica de receita diferida. Em 13 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as obrigações remanescentes, foi realizado o reconhecimento na rubrica de outras receitas operacionais do montante de R$ 845.233. **1.2 Aquisição de estoque de GNL na Compass Comercialização S.A.** Em setembro de 2023, a Companhia realizou a aquisição de uma carga de GNL no montante de R$ 177.089. Esse estoque de gás será utilizado para os testes de comissionamento e início da operação do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ("TRSP"). Até o encerramento do exercício de 2023 não houve o efetivo consumo da carga tendo o seu saldo atualizado devido ao reconhecimento da perda por evaporação do GNL na rubrica de outras despesas no montante de R$ 29.946. **1.3 Acordo comercial entre Compass Comercialização e Comgás:** Em 24 de julho de 2023, a Companhia e a Comgás celebraram um aditivo contratual, que contemplou o adiamento da data de início do contrato de fornecimento de gás, inicialmente estipulada para 1º de julho de 2023, conforme os termos do contrato original formalizado em agosto de 2021. Em decorrência da postergação, as partes acordaram uma compensação financeira no montante total de R$453.316, dos quais R$53.316 foram liquidados em 8 de agosto de 2023. Em 26 de setembro de 2023, a Companhia realizou uma proposta adicional de compensação financeira à Comgás, no montante de R$150.000, liquidada em 23 de outubro de 2023, em função da flexibilização do prazo de início de fornecimento ao longo do 1º trimestre de 2024. Essa contraprestação foi descontada do saldo remanescente inicialmente acordado. Por fim, em 24 de novembro de 2023, a Companhia realizou uma nova proposta de compensação financeira à Comgás, no montante de R$150.000, liquidada em 28 de dezembro de 2023. Em contrapartida para que o gás natural comercializado sob o contrato de fornecimento de gás possa ser disponibilizado em quaisquer dos *citygates* da malha de distribuição. Essa contraprestação foi descontada do saldo remanescente inicialmente acordado, que após essa compensação financeira passou a ser de R$ 100.000, o qual será pago trimestralmente pelos próximos 5 anos mediante o cumprimento de obrigações de performance estabelecidas. Como resultado desses acontecimentos, e com as devidas anuências da ARSESP, a Comgás recebeu até o momento o total de R$353.316, que por conseguinte, parte desse montante, líquida dos impostos incidentes é redistribuída aos consumidores de acordo com as disposições previstas no contrato de concessão (vide nota explicativa 13.b. **1.4 Aquisição de 51% de participação societária na Biometano Verde Paulínia S.A.** Em 20 de outubro de 2023, a Companhia concluiu a aquisição do controle de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP"). Para mais detalhes vide nota explicativa 15.2. **1.5 Impactos dos conflitos internacionais:** A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito entre Rússia e Ucrânia iniciado no final de fevereiro de 2022, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das *commodities* de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o presente momento, os efeitos desses conflitos não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. Adicionalmente, a Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das *commodities* de óleo de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais. A Companhia continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vista a potenciais impactos nos negócios e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. **2. Declaração de conformidade:** Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação das demonstrações consolidadas é facultativa, pois a Companhia está em conformidade com CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, assim como, IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, parágrafo 4(A) e seus desdobramentos. Dessa forma, a Companhia apresentou somente as demonstrações financeiras individuais. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pela Administração em 05 de abril de 2024. **3. Políticas contábeis:** As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2 Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 6** - Mensuração de valor justo reconhecidas; • **Nota 10** - Contas a receber de clientes; • **Nota 12** - Estoques; • **Nota 15.3** - Aquisição de subsidiárias; • **Nota 16** - Intangível; • **Nota 19** - Imposto de renda e contribuição social; • **Nota 25** - Pagamentos baseados em ações. **4. Normas contábeis: 4.1 Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia: Norma aplicável-Principais requisitos ou mudanças na política contábil - Impacto:** Alterações à IAS 8/ CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. - A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil "As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração" e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente) - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia; Alterações à IAS 1/ CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121 - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia; Alterações à IAS 12/CPC 32 -Tributos sobre o Lucro. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia; Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro - Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 - A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contabilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e ativos financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia; Alteração CPC 32/IAS 12 - item 4A referente à nova regra tributária Pilar Dois - Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais anti-erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado "Pilar Dois" e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 ("Tributos sobre o Lucro"). Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32). A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição - A Companhia aplicou esta isenção temporária para as demonstrações financeiras com exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, avaliamos o que está no escopo das regulações tributárias que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas em alguns dos países nos quais determinadas entidades consolidadas pelo grupo operam. Em que pese o fato de que a implementação dessas regulações é ainda muito recente e que nenhum país aplicou exigência concreta de imposto mínimo global em 2023, a Companhia, considerando os pontos acima, efetuou uma avaliação preliminar, apoiada por consultoria especializada, e concluiu não haver expectativa de impactos significativos em relação às jurisdições onde opera. No entanto, a Companhia prosseguirá com os estudos e avaliação mais aprofundada da aplicação das novas regras, para divulgação de qualquer exposição, se houver, nas demonstrações financeiras dos próximos exercícios. **4.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Norma aplicável - Principais requisitos ou mudanças na política contábil:** Alterações à IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 - Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um *sale-leaseback* que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de *sales and leaseback*; Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) - Apresentações das Demonstrações Contábeis. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 - Alteração à IAS 1 com a intenção de aprimorar as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (comumente referidos como "*covenants*"). As alterações também responderam às preocupações das partes interessadas sobre a classificação de tal passivo como circulante ou não circulante que surgiram no decorrer do projeto, em especial após discussão e emissão de agenda *decision* por parte do IFRIC; Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 - As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação - um na IAS 7 e outro na IFRS 7 - para que a entidade forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade. Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor. Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia. **5. Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros. Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de "Principal e Juros". Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas, vencidas ou quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	48.619	476.659
Contas a receber de clientes	10	375	20.621
Recebíveis de partes relacionadas	13	24	2.940
Total		**49.018**	**500.220**
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	557	4.912
Títulos e valores mobiliários	9	236	4.680
Instrumentos financeiros derivativos	6	4.333	29.803
Total		**5.126**	**39.395**
Total		**54.144**	**539.615**
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	18	(407)	(42.732)
Pagáveis a partes relacionadas	13	(2.405)	(4.149)
Total		**(2.812)**	**(46.881)**

6. Mensuração de valor justo reconhecido: Política contábil: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: i. o uso de preços de mercado cotados; ii. para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio. A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado. Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos. • Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos. • Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

		Valor contábil e valor justo [i]	
		31/12/2023	31/12/2022
	Nota	Nível 2	Nível 2
Ativos			
Aplicações em fundos de investimento	8	557	4.912
Títulos e valores mobiliários	9	236	4.680
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.333	29.803
Total		**5.126**	**39.395**

[i] As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato deles possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve alteração na classificação dos níveis da Companhia. **7. Gestão de risco financeiro: Política contábil:** Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto. O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria e time de riscos sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria e time de riscos da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais. Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos. A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios. A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **a) Risco de mercado:** O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. **(i) Risco da taxa de juros:** A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e usam instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis. Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos em CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

		Cenários			
Exposição taxa de juros	**Provável**	**25%**	**50%**	**(25%)**	**(50%)**
Caixa e equivalentes de caixa	4.900	6.125	7.350	3.675	2.450
Títulos e valores mobiliários	79	99	118	59	39
Total	**4.979**	**6.224**	**7.468**	**3.734**	**2.489**

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024, como segue:

		Cenários			
	Provável	**25%**	**50%**	**(25%)**	**(50%)**
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%

(ii) Risco de preço: • Gás Natural: A Companhia realiza operações com derivativos de gás natural, a fim de mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural em seus contratos de compra e venda de gás natural com entidades terceiras. Apesar de parte desses instrumentos estarem designados em *hedge accounting* para a proteção dos fluxos de caixa (vide nota 11), abaixo apresentamos uma análise de sensibilidade referente à oscilação de preço:

			Cenários			
Instrumento	**Fator de risco**	**Provável**	**25%**	**50%**	**(25%)**	**(50%)**
Derivativos de Brent	Variação no preço U.S.$ / bbl	7.375	9.216	11.067	5.527	3.689

b) Risco de crédito: As operações regulares expõem a Companhia a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	49.176	481.571
Títulos e valores mobiliários	236	4.680
Contas a receber de clientes	375	20.621
Instrumentos financeiros derivativos	4.333	29.803
Recebíveis de partes relacionadas	24	2.940
Total	**54.144**	**539.615**

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários. Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria e riscos de acordo com a política da Companhia. Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
AAA	53.745	516.054
Total	**53.745**	**516.054**

c) Risco de liquidez: A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	(407)	(42.732)
Pagáveis a partes relacionadas	(2.405)	(4.149)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.333)	–
Total	**(7.145)**	**(46.881)**

8. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	89	76
Aplicações financeiras	49.087	481.495
	49.176	**481.571**

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento		
Operações compromissadas	557	4.912
	557	**4.912**
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	48.530	476.583
	48.530	**476.583**
	49.087	**481.495**

As aplicações financeiras foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do certificado CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Veja a nota 7 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros. **9. Títulos e valores mobiliários: Política contábil:** Os títulos e valores mobiliários são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos incluem todos os instrumentos patrimoniais com um valor justo prontamente determinável. Os valores justos dos instrumentos patrimoniais são considerados prontamente determináveis se os títulos estiverem listados ou se um valor atual de mercado ou valor justo estiver disponível mesmo sem uma listagem direta (por exemplo, preços de ações em fundos de investimento). O caixa restrito é mensurado e classificado ao custo amortizado, ambos com vencimento médio dos títulos do governo entre dois e cinco anos, porém podem ser resgatados prontamente e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em fundos de investimento		
Títulos públicos	236	4.680
	236	**4.680**

Esses títulos possuem taxa de juros atrelada à SELIC (taxa básica de juros) com rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI com liquidez diária. **10. Contas a receber de clientes: Política contábil:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de energia elétrica	375	20.621
Total	**375**	**20.621**

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	375	20.621
Total	**375**	**20.621**

11. Instrumentos financeiros derivativos: Política contábil: Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia, se necessário, designa certos derivativos como: i. hedge de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); ou ii. hedge de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa). No início do relacionamento de hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. É documentado o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de hedge. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de hedge for menor que 12 meses. A Companhia avalia, tanto no início do relacionamento de hedge quanto em uma base contínua (anual), se os instrumentos de hedge enquadrados em hedge *accounting* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. O impacto dos instrumentos financeiros derivativos nos balanços patrimoniais é:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos de commodities				
Contratos de opções de gás	28.494	–	4.333	–
Contratos de opções de energia	–	–	–	21.744
Total	**28.494**	**–**	**4.333**	**21.744**
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de *Swap* (juros)	–	284.886	–	8.059
Contratos de *Swap* (juros e câmbio)	–	–	–	–
Total	**–**	**284.886**	**–**	**8.059**
Total dos instrumentos financeiros			**4.333**	**29.803**
Ativo circulante			4.333	7.808
Ativo não circulante			–	21.995
Total			**4.333**	**29.803**

***Hedge* de fluxo de caixa:** A Companhia celebrou contratos de compra (risco JKM) e venda (risco BRENT) de gás natural com entidade terceira e parte relacionada. Com o intuito de mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural, designou essa operação sujeita a *hedge accounting* para a respectiva proteção de fluxos de caixas. Nessa contratação, os benefícios esperados são: reduzir o risco financeiro associado a flutuações nos preços do gás natural, evitar oscilações no resultado financeiro dos instrumentos de *hedge*, proteger as margens da Companhia, assim como, manter a previsibilidade em seus custos ou receitas, garantindo uma maior estabilidade nos resultados operacionais. Em 31 de dezembro de 2023 houve parcela inefetiva relacionada ao *brent* reclassificada para o resultado financeiro no montante de R$ 9.785. Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido e a estimativa de realização no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros	**Mercado**	**Risco**	**2024**	**Ajuste de avaliação patrimonial contribuídos**
Futuro	B3	BRENT	(2.843)	(2.843)
Total			**(2.843)**	**(2.843)**
(–) Tributos diferidos			967	967
Efeito no patrimônio líquido			(1.876)	–
Efeito no patrimônio líquido			**(1.876)**	**(1.876)**

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

Saldo em 31/12/2022	–
Movimentação ocorrida no exercício:	
Valor justo de futuros de *commodities* JKM	12.012
Valor justo de futuros de *commodities* BRENT	(12.628)
Total	**(616)**
Realizações e baixas de resultados de commodities	
Ganhos ou perdas realizados	(12.012)
Resultado Financeiro	9.785
Total	**(2.227)**
Total das movimentações ocorridas no exercício (antes dos tributos diferidos)	(2.843)
Efeito de tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial	967
Total	**(1.876)**
Saldo em 31/12/2023	**(1.876)**

12. Estoques: Política contábil: Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda). O custo médio de aquisição atribuído a cada item compreende ao preço de compra, os impostos e tributos pagos na importação, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. As provisões para perdas nos estoques correspondem aos riscos associados à realização e venda, devido à obsolescência e são mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	31/12/2023	31/12/2022
Estoque em trânsito [i]	140.219	–
Total	**140.219**	**–**

[i] A Companhia realizou uma operação de importação de GNL que em 31 de dezembro de 2023 estava em trânsito. O montante acima foi apresentado líquido da provisão para perda no valor de R$ 29.946 constituída no período. **13. Partes relacionadas: Política contábil:** As operações envolvendo partes relacionadas são realizadas de forma independente por cada entidade através de condições contratuais previamente acordadas, adicionalmente, os acordos firmados são avaliados e aprovados em comitê de partes relacionadas. **a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:**

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Raízen S.A. [i]	–	2.940
Compass Gás e Energia S.A. [ii]	24	–
Total	**24**	**2.940**

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Operações comerciais		
Raízen S.A. [i]	464	4.124
Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. [ii]	869	25
Compass Gás e Energia S.A. [ii]	1.072	–
Total	**2.405**	**4.149**

[i] Gastos com serviços compartilhados e de responsabilidade da Companhia. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de TI, contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc. [ii] Despesas a serem reembolsadas.
b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional		
Raízen S.A. e suas controladas	2.940	8.601
Total	**2.940**	**8.601**
Custo operacional		
Raízen S.A. e suas controladas	–	(11.368)
Total	**–**	**(11.368)**
Receitas (despesas) compartilhadas		
Raízen S.A. e suas controladas	(2.457)	(430)
Compass Gás e Energia S.A.	(1.048)	–
Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	(970)	–
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A. [i]	(348.922)	–
Outros	–	(71)
Total	**(353.397)**	**(501)**
Total	**(350.457)**	**(3.268)**

[i] Refere-se substancialmente ao contrato de fornecimento de gás, no qual estabelece obrigação de desempenho futuro, com prazo de conclusão em 2034, vide nota explicativa 1.3. **c) Remuneração dos administradores e diretores:** A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseado em ações. Apresentamos a seguir o resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	11.745	2.096
Bônus de longo prazo a administradores	2.725	303
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	1.164	–
Benefícios pós-emprego	115	91
Total	**15.749**	**2.490**

14. Outros tributos a recuperar: Política Contábil: Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

continua→★

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Compass Comercialização S.A. *(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)*

★ continuação

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	28.302	50.773
PIS	6.146	11.104
Outros	40	41
Total	**34.488**	**61.918**
Circulante	34.488	27.743
Não circulante	–	34.175
Total	**34.488**	**61.918**

15. Investimento em subsidiária: Política contábil: Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, as quais são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidadas quando o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. As transações em partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. **15.1. Investimento em subsidiárias:** As subsidiárias da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Participações diretas em subsidiárias		
Biometano Verde Paulínia S.A. (i)	51,00%	–
Ute Porto de Suape Ltda.	100,00%	100,00%

(i) Aquisição de controle de participação societária, conforme detalhado na nota 15.2. A seguir estão movimentações dos investimentos em subsidiárias em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que são relevantes para a Companhia: Movimentação:

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Combinação de negócios [(i)]	Saldo em 31/12/2023
Biometano Verde Paulínia S.A.	–	543	–	247.152	247.695
Ute Porto de Suape Ltda.	–	–	5	–	5
Total	**–**	**543**	**5**	**247.152**	**247.700**

(i) Para maiores informações, vide nota 15.2.

	Saldo em 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Saldo em 31/12/2022
Compass Energia Ltda. [(i)]	62	(31)	(31)	–
Total	**62**	**(31)**	**(31)**	**–**

(i) A subsidiária foi encerrada em 31 de dezembro de 2022.

A seguir, um resumo das informações financeiras das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
			Saldo em 31/12/2023	
Biometano Verde Paulínia S.A.	102.167	(728)	(101.439)	(1.428)
Ute Porto de Suape Ltda.	5	–	(5)	–

15.2. Aquisição de subsidiárias: Política contábil: Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é geralmente mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis e os passivos assumidos. Qualquer ágio que surja é testado anualmente quanto à recuperabilidade. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido. Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participações não controladoras na aquisição: i. a valor justo; ou ii. na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente, que são geralmente ao valor justo. A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos no resultado. Estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Os ativos intangíveis, como as marcas, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível de outra forma. **Mensuração dos valores justos:** Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação. **a) Biometano Verde Paulínia S.A.:** Em 20 de outubro de 2023, a Companhia realizou a aquisição de 51% de participação societária da Biometano Verde Paulínia S.A. ("BVP") pelo montante de R$247.152, sendo R$100.000 via aporte de capital, R$135.000 pagos em parcela única para os artigos acionistas controladores e R$12.152 referente a contraprestação contingente. A BVP é uma Companhia de capital fechado com sede no Brasil cujas atividades envolverão a purificação e tratamento de Biogás e de produção, movimentação e comercialização de Biometano. A Companhia realizou a aquisição em linha com o objetivo de expansão do segmento de Marketing & Services, oferecendo soluções cada vez mais completas aos seus clientes na direção de uma transição energética segura e eficiente. Na avaliação realizada pela Companhia, o preço da aquisição foi alocado como contrato de fornecimento de biogás, contrato de comodato e licenças pelo valor justo de R$384.277. Os ativos intangíveis identificados serão amortizados até 2045. O valor justo dos ativos e passivos adquiridos se encontra demonstrado a seguir:

	31/12/2023
Contraprestação transferida	
Aporte de capital	100.000
Transferência de caixa	135.000
Contraprestação contingente	12.152
Contraprestação transferida	**247.152**
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa, equivalentes de caixa e caixa restrito	100.341
Intangível	582.238
Fornecedores	(5)
Outras obrigações	(1)
IR e CS Diferidos	(197.961)
Participação dos acionistas não controladores	(237.460)
Ativos líquidos e adquiridos	**247.152**
Contraprestação contingente	(12.152)
Contraprestação transferida, líquido do caixa	**235.000**

A BVP apurou desde a data de aquisição lucro líquido no montante de R$ 1.104, o qual foi registrado como resultado de equivalência patrimonial na demonstração do resultado da Companhia. Se a subsidiária adquirida tivesse sido controlada desde 1º de janeiro de 2023, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estaria composto por um lucro líquido advindo da subsidiária de R$ 2.826 (não auditado). A Administração para fins de procedimentos anuais avaliou os fatores da combinação de negócios e as estimativas utilizadas. **16. Intangível: Política contábil: a) Ágio:** O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios. Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa ("UGC") ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação. **b) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **c) Despesas subsequentes:** As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **d) Amortização:** Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão, para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil.

	Ágio	Intangível em andamento	Licenças	Total
Valor de custo				
Saldo em 31/12/2021	**94.892**	**–**	**214**	**95.106**
Adições	–	4.174	–	4.174
Saldo em 31/12/2022	**94.892**	**4.174**	**214**	**99.280**
Adições	–	3.626	–	3.626
Transferências	–	(722)	722	–
Saldo em 31/12/2023	**94.892**	**7.078**	**936**	**102.906**
Valor de amortização				
Saldo em 31/12/2021	–	–	(36)	(36)
Adições	–	–	(45)	(45)
Saldo em 31/12/2022	–	–	(81)	(81)
Adições	–	–	(164)	(164)
Saldo em 31/12/2023	–	–	(245)	(245)
Saldo em 31/12/2022	**94.892**	**4.174**	**133**	**99.199**
Saldo em 31/12/2023	**94.892**	**7.078**	**691**	**102.661**

17. Redução ao valor recuperável: Política contábil: O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de cinco anos e perpetuados sem considerar uma taxa de crescimento real. A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa chave causaria prejuízo. **Teste de redução ao valor recuperável**: Os ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda e seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Desta forma, a Companhia considerou que o menor grupo identificável de ativos é cada uma das controladas e investidas operacionais, visto a proveniência de caixa ser a nível de distribuidora ou negócio específico, bem como a tomada de decisão da Administração é feita com base no resultado e gestão de caixa individualizado de cada entidade. Quando aplicável, a Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das UGCs determinados pela Administração, com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas às UGCs, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados da Companhia foram elaborados para um período de 5 anos e levados a perpetuidade sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento do mercado. As principais premissas utilizadas pela Companhia foram: volume, margem e WACC. Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa. Como resultado dos testes anuais, a Companhia concluiu que para o exercício de 31 de dezembro de 2023 não há necessidade de registro de provisão de *impairment* ou baixa de ágio por expectativa de rentabilidade futura. **18. Fornecedores: Política contábil:** As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e giro onde geralmente são pagas dentro de 90 dias após o reconhecimento.

a) Fornecedores:	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços	407	42.732
Total	**407**	**42.732**

b) Outras contas a pagar:	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para aquisição de imobilizado	1.268	2.887
Provisões para fornecedores de serviços	4.342	903
Total	**5.610**	**3.790**

19. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **a) Imposto de renda e contribuição social corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **b) Imposto de renda e contribuição social diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **c) Exposição fiscal:** Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada. **d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais. **a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	404.708	(46.146)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	**(137.601)**	**15.690**
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	185	(11)
Selic indébito	202	176
Outros	28	(3)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	**(137.186)**	**15.852**
Taxa efetiva - %	**-33,90%**	**-34,35%**

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido: Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	143.787	177.962
Base negativa de contribuição social	51.763	64.066
Diferenças temporárias:		
Provisões de participações no resultado	2.548	721
Provisões diversas	11.731	362
Transações com pagamento baseado em ações	754	287
Valor justo dos estoques	2.814	–
Total	**213.397**	**243.398**
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias		
Ágio fiscal	(19.896)	(13.443)
Resultado não realizado com derivativos	(1.473)	(10.133)
Total	**(21.369)**	**(23.576)**
Total de tributos diferidos registrados	**192.028**	**219.822**

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões, limitado aos prazos das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Dentro de 1 ano	–	18.289
1 a 2 anos	24.000	20.697
2 a 3 anos	21.000	52.530
3 a 4 anos	36.000	67.239
4 a 5 anos	59.000	61.067
Acima de 5 anos	52.028	–
Total	**192.028**	**219.822**

c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

Ativo

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Valor justo dos estoques	Resultado não realizado com derivativos	Total
Saldo em 31/12/2021	**133.324**	**751**	**327**	**–**	**76.558**	**210.960**
Impacto no resultado do exercício	108.704	257	35	–	(76.558)	32.438
Saldo em 31/12/2022	**242.028**	**1.008**	**362**	**–**	**–**	**243.398**
Impacto no resultado do exercício	(46.478)	2.294	11.369	2.814	–	(30.001)
Saldo em 31/12/2023	**195.550**	**3.302**	**11.731**	**2.814**	**–**	**213.397**

Passivo

	Resultado não realizado com derivativos	Ágio fiscal	Total
Saldo em 31/12/2021	–	**(6.990)**	**(6.990)**
Impacto no resultado do exercício	(10.133)	(6.453)	(16.586)
Saldo em 31/12/2022	**(10.133)**	**(13.443)**	**(23.576)**
Impacto no resultado do exercício	7.693	(6.453)	1.240
Outros resultados abrangentes	967	–	967
Saldo em 31/12/2023	**(1.473)**	**(19.896)**	**(21.369)**
Total impostos diferidos reconhecidos			**192.028**

20. Patrimônio líquido: Política contábil: a. Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias, quando incorridos, são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na nota 19 - Imposto de renda e contribuição social. **b. Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404. **c. Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária. **d. Reserva de retenção de lucro:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral. Caso haja prejuízos de acumulados, o lucro do exercício deve ser utilizado para compensar estes efeitos. **a) Capital social:** O capital subscrito da Companhia é de R$ 916.105, inteiramente integralizado, representando por 916.105 (766.105 em 31 de dezembro de 2022) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. Durante o exercício foi efetuado aumento de capital no montante de R$ 150.000 (R$ 250.000 em 31 de dezembro de 2022).

	Quantidade de ações em 31/12/2023			
Acionistas	**ON**	**%**	**Total**	**%**
Compass Gás e Energia S.A.	916.105	100,00	916.105	100,00
Total	**916.105**	**100,00**	**916.105**	**100,00**

	Quantidade de ações em 31/12/2022			
Acionistas	**ON**	**%**	**Total**	**%**
Compass Gás e Energia S.A.	766.105	100,00	766.105	100,00
Total	**766.105**	**100,00**	**766.105**	**100,00**

b) Outros resultados abrangentes:

	31/12/2022	Resultado abrangente	31/12/2023
Resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	(2.843)	(2.843)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa	–	967	967
	–	(1.876)	(1.876)

21. Receita operacional líquida: Política contábil: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada nos contratos com clientes. É reconhecida quando a energia elétrica é entregue nos pontos de entrega (predeterminados nos contratos com cada cliente), ou seja, a obrigação de desempenho na entrega da energia elétrica é satisfeita. O preço de transação da Companhia inclui o custo da energia elétrica e multas por atraso com contraprestação variável e exclui qualquer estimativa da contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais: **i. Comercialização de energia:** A Companhia reconhece a receita com suprimento e fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A receita é reconhecida com base na energia vendida e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. **a) Mercado de curto prazo:** A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações no mercado de curto prazo ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). **b) Operações de *trading*:** As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras. A Companhia apresenta a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos, conforme exigido para empresas brasileiras de acordo com a lei nº 6.404/76, seção V, Art.187.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta na comercialização de energia elétrica	–	263.537
Impostos sobre vendas e outras deduções	–	(24.993)
Receita operacional líquida	**–**	**238.544**

22. Custos e despesas por natureza: Política contábil: O custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços. As despesas compreendem gastos ligados diretamente à operação. Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação e amortização	(206)	(96)
Materiais e serviços	(13.771)	(1.190)
Gastos com pessoal	(23.253)	(6.601)
Energia elétrica comprada para revenda	–	(260.891)
Outras despesas	(3.560)	(3.689)
	(40.790)	**(272.467)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	–	(260.891)
Gerais e administrativas	(40.790)	(11.576)
	(40.790)	**(272.467)**

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Realização de receita diferida	1.1	845.233	–
Acordo contratual	1.3	(353.316)	–
Tributos sobre receita diferida		(78.184)	–
Outros		2.753	(745)
		416.486	**(745)**

24. Resultado financeiro líquido: Política contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda. Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	61.163	33.286
Total	**61.163**	**33.286**
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	(2.695)	(1.054)
Juros sobre outras obrigações	(1.013)	(1)
Despesas bancárias e outros	(1.344)	(2.004)
Variação cambial e derivativos não dívida	(27.642)	(41.674)
Total	**(32.694)**	**(44.733)**
Resultado financeiro, líquido	**28.469**	**(11.447)**
Reconciliação		
Despesas financeiras	(5.644)	(3.576)
Receitas financeiras	61.756	33.803
Variação cambial	8.208	(5.548)
Efeito líquido dos derivativos	(35.851)	(36.126)
Resultado financeiro, líquido	**28.469**	**(11.447)**

25. Pagamento baseado em ações: Política contábil: O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido. O modelo Black-Scholes foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos. A Companhia possui diferentes planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações e em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações: (i) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações ("SARs") e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias de sua controladora Compass. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes detalhes do pagamento baseado em ações:

Tipo de prêmio/ Data de concessão	Expectativa de vida (meses)	Concessão de planos [(i)]	Disponível	Valor justo na data de outorga - R$
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa				
01/08/2021	36	29.074	29.074	25,46
01/08/2022	36	24.191	24.191	25,59
01/08/2023	36	25.716	25.716	34,12
Total		**78.981**	**78.981**	

(i) Total de ações acrescidas correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*. **i. Mensuração dos valores justos:** O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e, as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo *Black-Scholes* foram as seguintes:

	Programas de concessão de ações 31/12/2023	Programas de concessão de ações 31/12/2022
Premissas chave:		
Preço de mercado na data de outorga	42,21	29,20
Taxa de juros	N/A	N/A
Dividend yield	N/A	N/A
Volatilidade	N/A	N/A

ii. Reconciliação de opções de ações em circulação: O movimento no número de prêmios em aberto são os seguintes:

	Programa de concessão de ações
Saldo em 31/12/2021	**31.535**
Acréscimo de ações	5.718
Outorgadas	28.965
Saldo em 31/12/2022	**66.218**
Acréscimo de ações	12.763
Saldo em 31/12/2023	**78.981**

iii. Despesas reconhecidas no resultado: As despesas de remuneração baseada em ações e liquidadas em caixa incluídas na demonstração dos resultados, estão demonstradas abaixo.

	31/12/2023	31/12/2022
Plano de remuneração baseado em ações liquidados em caixa	(1.005)	(497)
	(1.005)	**(497)**

26. Eventos subsequentes: Em 21 de março de 2024, a Companhia assinou um o contrato de empréstimo *"Uncommited Term Loan Facility Agreement - Loan Agreement"* junto ao banco BNP Paribas S.A., para captação de acordo com os termos da Lei Nº 4.131. Em 22 de março de 2024 a Companhia concluiu a captação no montante de EUR 78 milhões com vencimento em março de 2025 e taxa de juros de 4,879% ao ano.

Diretoria

Demétrio Antônio de Toledo Magalhães Filho – Diretor Presidente
Adriano Nogueira Zerbini – Diretor Executivo
Catarina Salgado da Costa Amaral – Diretora Executiva

Conselho de Administração

Rubens Ometto Silveira Mello – Presidente do Conselho de Administração
Marcelo Eduardo Martins – Vice Presidente do Conselho de Administração
Nelson Roseira Gomes Neto – Membro do Conselho de Administração

Contadora

Renata Pavanelli Chaves – CRC 1SP283861/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Compass Comercialização S.A. ("Comercialização")** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Compass Comercialização S.A. ("Companhia" ou "Comercialização")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Compass Comercialização S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Valores correspondentes:** Os valores correspondentes relacionados às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2022, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório, sem modificação, em 05 de abril de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração e Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 05 de abril de 2024

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1
Thiago Gonçalves Marques Contador CRC 1 SP 254881/O-8

Empresa sul-coreana oferece US$ 75 mil para funcionário que tiver filho

SEUL | FINANCIAL TIMES O grupo de construção sul-coreano Booyoung está oferecendo aos trabalhadores um bônus de US$ 75 mil (R$ 375 mil) por filho que tiverem, um dos muitos incentivos oferecidos por políticos e empresas, que lidam com a crise demográfica.

"Se a taxa de natalidade da Coreia permanecer baixa, o país enfrentará a extinção", disse o presidente da Booyoung, Lee Joong-keun, aos funcionários no mês passado.

A taxa de fertilidade total da Coreia do Sul — o número médio de filhos que se espera que uma mulher tenha ao longo da vida — caiu de 0,78 em 2022 para 0,72 em 2023, de acordo com o governo. Estima-se que caia para 0,68 neste ano, muito abaixo do 2,1 que a OCDE diz ser necessário para garantir uma população estável.

Líderes políticos aumentaram as promessas de incentivos financeiros para futuros pais antes das eleições parlamentares do próximo mês, com partidos de todo o espectro político anunciando propostas que vão desde subsídios habitacionais mais generosos e isenções fiscais até licença-paternidade obrigatória para os pais e subsídios estendidos para programas de congelamento de óvulos.

"O tempo está se esgotando. Espero que cada agência governamental aborde questões das baixas taxas de natalidade com determinação extraordinária", disse o presidente Yoon Suk Yeol em dezembro.

Os efeitos da crise já são sentidos. Em 2022, o número de militares sul-coreanos ficou abaixo de 500 mil pela primeira vez. Universidades e escolas relataram números decrescentes de estudantes, e jardins de infância foram convertidos em lares de idosos. Em 2023, mais carrinhos de bebê foram vendidos na Coreia do Sul para animais de estimação do que para crianças.

Economistas observam que a Coreia do Sul enfrenta desafios fiscais severos, já que o governo é obrigado a apoiar sua população rapidamente envelhecida. Segundo o Instituto Coreano de Saúde e Assuntos Sociais, o PIB do país será 28% menor em 2050 do que era em 2022, à medida que a população em idade ativa encolher quase 35% em 25 anos.

A proporção de pessoas com 65 anos ou mais deve subir para 25,5% em 2030 e 46,4% em 2070. De acordo com a OCDE, 40,4% dos sul-coreanos com mais de 65 anos já vivem em situação de pobreza relativa, a maior taxa no mundo desenvolvido, enquanto o fundo nacional de pensões do país está previsto para se esgotar em pouco mais de 30 anos.

Nesse contexto, algumas empresas da Coreia também intensificam seus esforços.

"As empresas estão conscientes de que precisam desempenhar um papel para resolver o problema das baixas taxas de natalidade, e estão fazendo esforços para melhorar a cultura corporativa a fim de facilitar para funcionários trabalhar e criar filhos através de um equilíbrio entre trabalho e vida pessoal", diz Yoo Il-ho, líder da equipe de política de emprego e trabalho na Câmara de Comércio e Indústria.

Algumas empresas parecem ter encontrado sucesso com seus incentivos. A gigante do varejo Lotte tem se gabado de uma taxa de fertilidade superior a 2 entre seus funcionários desde que introduziu programas obrigatórios de licença-maternidade e paternidade em 2012. As funcionárias da Lotte têm direito a dois anos de licença-maternidade, além dos três meses garantidos pelo estado.

Especialistas alertam que incentivos financeiros nem sempre funcionaram. Entre 2006 e 2023, a Coreia do Sul gastou US$ 270 bilhões em políticas que vão desde pagamentos em dinheiro até serviços de babá subsidiados e tratamentos de fertilidade, segundo o escritório de orçamento do parlamento do país.

FOLHA CARREIRAS | *Gabriela Bonin*
folha.com/folhacarreiras

O que fazer depois do 'não' em seleção de emprego

Especialistas explicam como tirar proveito da rejeição por empresas em processos seletivos

Catarina Pignato

O que fazer após ser rejeitado por uma empresa em um processo seletivo? Tem um jeito certo de lidar com a situação?

Para começar: é importante entender que há **dois tipos diferentes de rejeição**, como explica Lilian Cidreira, especialista em carreiras.

1. NO INÍCIO DO PROCESSO SELETIVO. Essa rejeição acontece quando você envia o currículo ou se candidata para uma vaga em uma plataforma e, logo, recebe a devolutiva de que não vai avançar no processo.

2. NO FINAL DO PROCESSO SELETIVO. Nesse caso, você avança para outras etapas, como provas, dinâmicas e entrevistas, e não é escolhido depois de passar por elas.

POR QUE IMPORTA: as duas devem ter pesos diferentes para os candidatos, diz Cidreira. A rejeição no início do processo não deve gerar tanta preocupação nem ser vista como um sinal de que você está fazendo algo errado.

- Isso porque a análise de currículos é um cruzamento de informações, feito geralmente por ferramentas de inteligência artificial que analisam se o que está escrito é compatível com a descrição da vaga;

- "O RH nem sequer soube que essa pessoa se candidatou para a vaga. Na verdade, foi um algoritmo, baseado em palavra-chave, que te descartou do processo", explica Cidreira.

E ISSO É MAIS SIMPLES DE RESOLVER. Nas próximas inscrições, busque adequar seu currículo ao que a vaga pede. Escolha palavras que estão presentes nos requisitos divulgados pela empresa — claro, sem mentir ou adicionar informações que não condizem com sua trajetória.

Fui rejeitado depois, e agora?

Se você passou por outras etapas, como a temida entrevista de emprego, e recebeu um não, trago algumas dicas do que fazer.

1. PEÇA FEEDBACKS. "Depois da negativa, o que podemos fazer é ter uma oportunidade de autoconhecimento. Ressignificar esse momento, aproveitar essa situação pra tentar aprender e fazer diferente numa próxima entrevista", explica Paula Esteves, co-CEO da Cia de Talentos.

COMO FAZER ISSO: em um email, agradeça pela oportunidade e diga que gostaria de um feedback para entender os motivos pelos quais você não foi escolhido.

- Os RHs costumam responder a esse email e explicar quais foram os critérios. "Na pior das hipóteses, você fica sem resposta. Na melhor, você tem informações para trabalhar em cima", complementa Cidreira.

2. APRIMORE SEU DISCURSO. Retome a entrevista anterior para se preparar para as próximas. Você responderia algo diferente? Confirme se suas respostas mostraram que você era capaz de executar aquela função específica.

"Normalmente, os erros na entrevista estão muito atrelados ao fato de a pessoa responder com muito detalhamento informações que não eram necessárias para aquela empresa", explica Cidreira.

3. MANTENHA CONTATO COM A EMPRESA. Após pedir um feedback, sinalize que você está disponível para outras vagas, orienta Esteves. Assim, o recrutador pode adicionar seu currículo em um banco de talentos ou até lembrar de você caso uma nova oportunidade surja.

- Use o LinkedIn, por exemplo, como forma de manter essas pessoas em sua rede de contatos.

4. NETWORKING. Falando em contatos, continue sua busca por vagas ativando sua rede de relacionamento. "Fique próximo, tanto por redes sociais como por grupos que tenham conteúdos interessantes sobre a sua área, em eventos do seu segmento", diz a co-CEO da Cia de Talentos.

UMA DICA FINAL: tenha paciência. Não crie a expectativa de que conseguir emprego é um processo rápido, diz Esteves. São, em média, seis meses para conseguir uma conquistar a contratação, então é importante não deixar a frustração atrapalhar a jornada.

ACESSE folha.com/folhacarreiras e receba a newsletter toda segunda-feira

+ O que não fazer de jeito algum?

- **Mentir ou inflar seu currículo como resposta à rejeição**

> É praticamente impossível sustentar a mentira, diz Lilian Cidreira. Se o recrutador não perceber, seu gestor vai. Confiança é um valor para quase 100% das organizações, segundo Esteves

- **Sair falando mal da empresa por aí**

> Nem online... Muitos candidatos usam as redes sociais para detonar o processo seletivo, relata Cidreira. Ao fazer isso, você mostra às empresas como lida com adversidades — e passa a impressão de que agiria assim em outras situações caso fosse contratado

> Nem offline... Não reclame do processo para pessoas que não são tão próximas. "Fica claro e nítido o quanto a pessoa não está se responsabilizando e o quanto ela entende que a culpa é sempre do outro", complementa Cidreira.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90014/2024** - referente ao **Processo nº SEI- 024 00042553/2024-38** cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO MEDICO HOSPITALAR (FRASCO)**. A realização do Pregão Eletrônico será no dia **18 de Abril 2023 às 10h00min**. O edital na integra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sitios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC .

---

caesb — GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA – SO
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB — GDF

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - CoE 90006/2024

Processo nº 00092-00007531/2024-15. Objeto: Substituição da SAT.LNT.052 e redes de abastecimento no Setor de Mansões Lago Norte (SMLN), Trechos 07 a 11, Lago Norte, Brasília – DF. Valor estimado: R$ 4.201.160,49. Critério de julgamento: Maior Desconto (coeficiente multiplicador "k"). Fonte de Recurso: REPI e CT 3168/OC – BID REEMBOLSO. Prazo de execução: 360 dias. Prazo de vigência: 465 dias. Data da abertura: 07/05/2024, às 09 horas, no sistema **gov.br/compras**, em (**https://www.gov.br/compras/pt-br** - UASG: 974200). Informações: O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites: **www.caesb.df.gov.br** – menu Licitações e **https://www.gov.br/compras/pt-br/**, a partir do dia 08/04/2024. Fone: (61) 3213-7340, E-mail: **licitacao@caesb.df.gov.br**.

Elisa Terezinha Hammes - Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL.

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Comissão Permanente de Contratação

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2024 A Comissão Permanente de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará comunica aos interessados que o Edital do Pregão Eletrônico n.º 009/2024, que trata do "**registro de preços visando eventual fornecimento de café da manhã, almoço, jantar, ceia, lanches, refrigerantes e sucos, de forma parcelada, para as sessões do Tribunal do Júri da comarca de Fortaleza e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da comarca de Fortaleza**", sofreu as seguintes alterações na peça editalícia: A nova data e horários de realização do certame serão: **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:** 12/4/2024 às 10:00 horas (Horário de Brasília). **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 12/4/2024 às 10:00 horas (Horário de Brasília). **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 12/4/2024 às 10:30 horas (Horário de Brasília). Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do referido Edital e seus Anexos. Maiores informações por meio do Portal do TJCE na internet (**www.tjce.jus.br**) ou pelo e-mail **cpl.tjce@tjce.jus.br**. **Fortaleza – CE, aos 5 de abril de 2024. PREGOEIRA DO TJCE**

INSTITUTO SOULSPORT ATENDIMENTO CLÍNICO LTDA.
CNPJ 46.612.241/0001-31
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS

Convidamos **LUIZ ARTHUR FERNANDES,** brasileiro, médico ortopedista, portador da cédula de identidade RG nº 37.656.503-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 399.703.858-,95, sócio do **INSTITUTO SOULSPORT ATENDIMENTO CLÍNICO LTDA. - CNPJ 46.612.241/0001-31,** para reunião geral extraordinária de sócios que se realizará de forma híbrida, podendo o sócio comparecer na Rua Manoel de Soveral 100 - São Paulo - SP - CEP 02040-120, no dia 15/04/2024, às 14h30 em primeira chamada e às 15h00, em segunda chamada, para, discutir/deliberar acerca de sua destituição do cargo de administrador e eventual exclusão extrajudicial face as FALTAS GRAVES COMETIDAS no exercício de sua função do cargo de administrador, e que colocaram e continuam pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade, tais como apropriação indébita de valores e prática de concorrência desleal, todas já noticiadas através da NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL enviada da qual Vossa Senhoria tem ciência inequívoca. A presente reunião é convocada na forma da lei, para essa finalidade, podendo Vossa Senhoria, comparecer à reunião e exercer o seu direito de defesa, sob pena de revelia. Na reunião também será deliberada como será realizada a eventual apuração de haveres com base na situação patrimonial da sociedade à data da reunião, verificada com balanço especialmente levantado no prazo máximo de 30 dias, contados da data da referida reunião. Praticou atos que colocaram em risco a sobrevivência da empresa. Essa convocação respeita a ampla defesa e observa os ditames legais a fim de que produza seus fins e efeitos.

São Paulo, 04 de abril de 2024.
INGRID RINA DE PAULA / MARIANA DE CASTRO SILVA BRITTO.

Martins Agro-Imobiliaria S/A - **Em Liquidação** - CNPJ 60.188.943/0001-11 - Em liquidação Extrajudicial - **Relatório da Diretoria**

Prezados Senhores: Cumprindo disp. Legais e estatutárias, temos a honra de submeter a apreciação de Vsas., o Balanço e as demonstrações Financeiras, relativas ao período de 01.01.2023 a 31.12.2023. **São José dos Campos, 26 de Março de 2024**

Balanço Geral Levantado em 31.12.2023

Ativo	2023 R$	2022 R$
Circulante	1.689.697	1.639.703
Disponível	1.208.092	1.157.727
Estoques	481.605	481.976
Não Circulante	2.492	2.492
Realizável Longo Prazo	902	902
Permanente	1.590	1.590
Total do ativo	1.692.189	1.642.195

Passivo	2023 R$	2022 R$
Passivo Circulante	4.889	3.976
Patrimonio Liquido	1.676.693	1.628.511
Lucro/Prejuizo	10.607	9.708
Total do Passivo	1.692.189	1.642.195

Demonstração do Resultado do Exercício	2023 R$
Receita operacional	174.308
Despesas:	
Administrativas	103.346
Financeiras	-
Tributárias	19.996
Lucro do exercício	50.966

Demonstração da Mutação do Patrimônio Liquido R$

	Capital Social	Lucros Acum.	Total
Saldo em 31.12.2022	523.366	147.900	671.266
Prejuízo/lucros	-	50.966	50.966
Saldo em 31.12.2023	523.366	198.866	722.232

Diretoria: Luiz Gustavo Mazzeo Martins - Liquidante
Josiane Aparecida de Jesus Castro-Contador - CRC 1SP266138/O-1

ÁGUAS DE HOLAMBRA SANEAMENTO SPE LTDA.

CNPJ 23.122.984/0001-89

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 08/04/2024 — **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	936	775
Contas a receber de clientes	1.569	1.485
Outros créditos	50	7
Total do ativo circulante	2.555	2.267
Contas a receber de clientes	163	73
Depósitos judiciais	34	34
Total do realizável a longo prazo	197	107
Imobilizado	32	24
Ativo de contrato da concessão	4.235	1.574
Intangível	21.361	19.282
Total do ativo não circulante	25.825	20.987
Total do ativo	28.380	23.254

Passivo	2023	2022
Fornecedores e empreiteiros	1.191	1.277
Obrigações trabalhistas e sociais	211	204
Obrigações fiscais	72	62
Imposto de renda e contribuição social	352	281
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.316	1.316
Outras contas a pagar	7	17
Total do passivo circulante	3.149	3.157
Fornecedores e empreiteiros	81	115
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	–	6.911
Provisões	3	1
Outras contas a pagar	6	10
Total do passivo não circulante	90	7.037
Total do passivo	3.239	10.194
Patrimônio líquido		
Capital social	8.696	1.166
Reserva de lucros	16.445	11.894
Total do patrimônio líquido	25.141	13.060
Total do passivo e patrimônio líquido	28.380	23.254

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.166	8.131	–	9.297
Lucro líquido do exercício	–	–	3.763	3.763
Destinação:				
Lucros retidos	–	3.763	(3.763)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.166	11.894	–	13.060
Aumento de capital social	7.530	–	–	7.530
Lucro líquido do exercício	–	–	4.551	4.551
Destinação:				
Lucros retidos	–	4.551	(4.551)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.696	16.445	–	25.141

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita operacional líquida	16.987	14.312
Custos dos serviços prestados	(10.146)	(8.784)
Lucro bruto	6.841	5.528
Despesas administrativas e gerais	(729)	(648)
Outras receitas operacionais	20	5
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	6.132	4.885
Receitas financeiras	139	142
Despesas financeiras	(429)	(142)
Resultado financeiro	(290)	–
Resultado antes dos tributos	5.842	4.885
Imposto de renda e contribuição social	(1.291)	(1.122)
Lucro líquido do exercício	4.551	3.763

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	5.842	4.885
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	1.026	863
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17	28
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(20)	(16)
Recuperação de títulos do contas a receber	(60)	42
Ajuste a valor presente de clientes	41	2
	6.846	5.804
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(135)	(533)
Tributos a recuperar	(1)	–
Outros créditos	(43)	(3)
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	(120)	719
Obrigações trabalhistas e sociais	7	46
Obrigações fiscais	10	27
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(15)	(29)
Outras contas a pagar	(15)	8
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.219)	(1.060)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.315	4.979
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(16)	117
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(5.757)	(4.590)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(5.773)	(4.473)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Contas correntes líquida partes relacionadas	619	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	619	–
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	161	506
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	775	269
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	936	775
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	161	506

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	4.551	3.763
Resultado abrangente total	4.551	3.763

Diretoria
André Gutterres Borges — Administrador Presidente
Rodrigo Lopes de Freitas Leitão — Administrador Executivo

Contador
Marcelo Bogas — CRC SP 253488/O-2

Aviso: As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/ e em sua sede.

Alternativas podem manter renda da família em inventário

Instrumentos ajudam a complementar herança e reduzir tributação, mas não devem ser usados de forma abusiva

SÃO PAULO A possibilidade de alta na tributação de heranças e doações previstas na reforma tributária aumentou a procura por formas mais sofisticadas de planejamento sucessório.

Há também instrumentos mais simples que podem ajudar a manter a renda da família durante o período de inventário e reduzir a tributação final sobre o patrimônio.

Especialistas apontam, porém, para o risco no uso abusivo de alternativas para transmissão de patrimônio com objetivo único de fugir do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação).

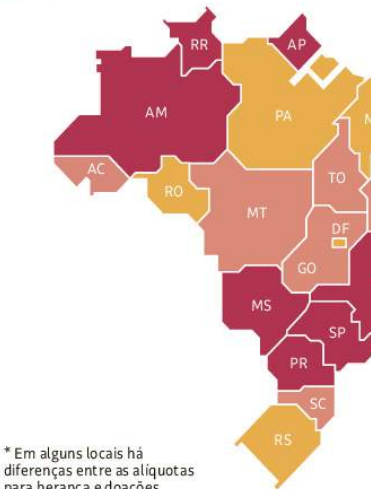
Os recursos recebidos do seguro de vida, por exemplo, ficam fora do inventário e não são tributados com o imposto de transmissão.

Por isso, podem ajudar na manutenção do gasto familiar, nas despesas cartoriais e no pagamento do próprio ITCMD sobre o restante do patrimônio.

O contribuinte também pode optar por pequenas doações anuais, dentro dos limites de isenção previstos nas leis estaduais.

Em São Paulo, há isenção para doações de até 2.500 Ufesps (R$ 88,4 mil em 2024) por ano, do mesmo doador para o mesmo donatário.

Nos estados em que doações são menos tributadas do que heranças, como Alagoas, Bahia e Mato Grosso do Sul, essa pode ser uma forma de fazer a transmissão pagando menos imposto.

Esse cenário, no entanto, pode mudar em breve. A reforma tributária prevê que o ITCMD deverá se tornar progressivo em todos os estados, com uma tributação por faixas de renda. Com isso, algumas pessoas devem pagar mais, porém outras serão desoneradas.

Nenhum estado apresentou até o momento projeto nesse sentido, portanto não é possível saber ainda quem será beneficiado. Qualquer iniciativa precisa primeiro ser aprovada nas assembleias legislativas locais e só pode entrar em vigor no ano seguinte.

Em São Paulo, já há um projeto que beneficia quem tem patrimônio de até R$ 3,4 milhões. Caso seja aprovado, é possível que alguns contribuintes optem por antecipar doações para fazê-las com a alíquota atual de 4%. As novas podem chegar a 8%.

Na antecipação é necessário considerar também os custos cartoriais, especialmente na transmissão de patrimônio sem liquidez, como imóveis.

Outra opção citada por especialistas são os fundos de previdência complementar. Nesse caso, há um debate no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a incidência ou não do imposto.

Atualmente, alguns estados realizam a tributação sobre alguns produtos. O TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), por exemplo, concluiu pela constitucionalidade do ITCMD sobre fundos PGBL, por sua característica de aplicação financeira, mas manteve a isenção do VGBL, visto como um seguro.

Em São Paulo, há isenção para os dois produtos, desde que não fique caracterizado o uso apenas com objetivo sucessório.

Michel Siqueira Batista, sócio do Vieira Rezende Advogados, cita o exemplo de uma pessoa em idade avançada que faz um aporte de praticamente todos os seus recursos e um plano de previdência complementar, o que pode ser caracterizado como planejamento tributário abusivo pela receita estadual.

"Neste momento em que as alternativas de planejamento estão sendo reduzidas, as que sobrarem tendem a ser superexploradas, mas isso tem de ser feito com cuidado. O próprio STF já estabeleceu que em situações abusivas envolvendo previdência privada ela pode ser desconsiderada pelos estados", afirma o advogado citando também precedentes nos tribunais regionais.

A Fenaprevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida) diz que a proteção do cliente e sua família requer a combinação de diferentes estratégias e, no caso específico de planos de previdência privada e seguro de vida, o aspecto tributário não deve ser o vetor principal da decisão.

Segundo a federação, diferentemente dos produtos financeiros, a proteção previdenciária e securitária se apresenta como instrumento para imprevistos financeiros, complemento da renda do titular e segurança para os descendentes.

"No caso de descendentes, os valores acumulados são pagos aos beneficiários indicados por direito de crédito decorrente da natureza jurídica similar à securitária e não por serem herança ou estarem sujeitos à sucessão patrimonial."

Gustavo Rajão, especialista em planejamento sucessório e sócio do escritório PLC Advogados, afirma que muitas pessoas enfrentam dificuldades quando se deparam com a impossibilidade de acessar recursos para manutenção dos seus gastos, além daqueles gerados pelo inventário, logo após o falecimento de um familiar.

Nesse caso, seguros e fundos VGBL podem ser alternativas para dar liquidez a essas pessoas, desde que não sejam usados com o único objetivo de fugir do imposto.

Até mesmo a manutenção de uma conta conjunta pode se mostrar importante nesses momentos.

"A gente tem de entender qual é o custo mensal, aquilo que a família depende dele [de cujus], para ter disponível em aplicações financeiras, em conta, recursos suficientes para, aliado a seguro de vida, ter um a liquidez mais imediata", afirma Rajão.

Alternativas envolvendo a transferência de participação em empresas e de imóveis também podem demandar mais tempo para que seja possível fazer a transmissão sem que se configure um planejamento abusivo.

No caso das empresas, a transmissão pode ocorrer por meio do uso de distribuição desproporcional de dividendos, para que os herdeiros tenham uma renda que justifique a aquisição de participações maiores no negócio da família.

No caso de imóveis, o contribuinte também deve ficar atento à questão do ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis). Ele é devido quando a transferência do bem é onerosa, ou seja, há uma venda.

Doações e heranças são isentas desse imposto municipal, mas tributadas com o ITCMD estadual.

Caso haja transferência do imóvel para uma empresa familiar com objetivo imobiliário, também há cobrança de ITBI.

O mesmo pode ocorrer nas negociações de imóveis entre herdeiros após o inventário, mesmo que já tenha sido pago ITCMD.

Em todos os casos, os herdeiros ainda devem ficar atentos aos custos cartoriais de inventário, registro de imóveis e escritura de doação.

Imposto sobre herança e doação varia de 1% a 8% no Brasil

Alíquotas coletadas em mar.2024*

- Alíquotas progressivas menores que 8%
- Alíquotas progressivas com máxima de 8%
- Alíquota única e abaixo de 8%*

* Em alguns locais há diferenças entre as alíquotas para herança e doações

Fonte: Secretarias de Fazenda e escritório Mattos Filho

> O próprio STF já estabeleceu que em situações abusivas envolvendo previdência privada ela pode ser desconsiderada pelos estados

Michel Siqueira Batista
sócio do Vieira Rezende Advogados

> A gente tem de entender qual é o custo mensal, aquilo que a família depende dele [de cujus], para ter disponível em aplicações financeiras, em conta, recursos suficientes para, aliado a seguro de vida, ter uma liquidez mais imediata

Gustavo Rajão
sócio do escritório PLC Advogados

Marcos de Vasconcellos
Hoje, excepcionalmente, o colunista não escreve.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90011/2024** - referente ao **Processo nº SEI- 02400039247/2024-14** cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE REAGENTE PARA HEMOGRAMA EM COMODATO**. A realização do Pregão Eletrônico será no dia **18 de Abril 2023 às 09h00min**. O edital na íntegra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO 013/2024 – MEMORANDO-1DOC 205/2024 – AVISO DE SUSPENSÃO - A Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista comunica aos interessados a SUSPENSÃO "SINE DIE" do PREGÃO ELETRÔNICO supracitado, com sessão prevista para o dia 08/04/2024 às 09h00min, devido a análise e eventuais alterações no edital. Oportunamente, será divulgada nova data para realização. Encontra-se na íntegra no sítio www.nazarepaulista.sp.gov.br ou através do e-mail: pregao@nazarepaulista.sp.gov.br – Divisão de Licitações e Contratos – Telefone (11) 4597-1526 – Nazaré Paulista, 05 de abril de 2.024 – Candido Murilo Pinheiro Ramos – Prefeito.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 15/2024 – Contratação de empresa especializada para realizar a Pavimentação Asfáltica na Rua dos Quatis, localizado no Bairro Alto da Tenda da cidade de Apiaí-SP, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir de 08/04 no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 23/04/2024 as 14h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia as 14h15min

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 14/2024 – aquisição de mobiliário de refeitório escolar, para atender as necessidades da unidade educacional EMEIEF ALA, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir de 08/04 no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 19/04/2024 as 9h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia as 9h15min

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 13/2024 – Contratação de empresa especializada para realizar a Pavimentação Asfáltica e Galerias de Águas Pluviais - Trecho da Rua Tenente Laurindo da Silva Pereira - Centro - Apiaí/SP, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir de 08/04 no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 23/04/2024 as 9h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia as 10h15min

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APIAÍ/SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024

A Prefeitura do Município de Apiaí/SP torna público aos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 12/2024 – Contratação de empresa especializada para realizar Pavimentação Asfáltica em CBUQ (Serviços Remanescentes) na Rua Sergio Ferreira de Moraes - Bairro Cordeirópolis - Apiaí - SP, especificações e condições descritas no edital e seus anexos, que estará disponível a partir de 08/04 no https://licitacao.apiai.sp.gov.br/. Terá recebimento das propostas até dia 23/04/2024 as 9h na plataforma da bll.org.br, sessão de disputa no mesmo dia as 9h15min

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, 90013/2024** - referente ao **Processo nº SEI- 02400438901/2024-42** cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO MEDICO HOSPITALAR (COMPRESSA CIRÚRGICA ESTÉRIL) 45x50-10x15-15x30**. A realização do Pregão Eletrônico será no dia **18 de Abril 2023 às 09h30min**. O edital na íntegra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.compras.gov.br e PNPC.

CSN MINERAÇÃO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144

Oferta Pública de Prestação de Serviços Portuários para Embarque de Minério de Ferro

Em cumprimento ao que estabelece a cláusula 7ª do 3º Termo Aditivo do Contrato de Arrendamento nº 054/97 celebrado em 30 de novembro de 2004, a Ordem de Serviço nº 26/2012 e a Instrução Normativa nº 27/2015, ambas editadas pela Portos Rio (antiga Companhia Docas do Rio de Janeiro), bem como a Resolução nº 6.057 de abril de 2018 expedida pela ANTAQ, a **CSN Mineração S.A.**, com sede na Cidade de Congonhas, Estado de Minas Gerais, na Estrada Casa de Pedra, s/n - parte, CEP 36415-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.902.291/0001-15 e com filial na Estrada da Ilha da Madeira, s/nº, Ilha da Madeira Itaguaí - RJ - CEP 23.815-410, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.902.291/0003-87, na qualidade de arrendatária do Terminal de Carvão e Minério de Ferro do Porto de Itaguaí ("Terminal"), na Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, torna público que realizará procedimento privado de concorrência ("Concorrência"), no regime de maior oferta, para a realização de serviços portuários na forma fixada no edital ("Edital") e na minuta do Contrato de Prestação de Serviços Portuários ("Contrato") a ele anexo, no regime de obrigação de aquisição por terceiros dos correspondentes serviços (*take or pay clause*), para embarque de minério de ferro no ano de 2024. O Edital poderá ser solicitado pelo interessado, através do e-mail: ofertapublica@csn.com.br, no período de **08/04/2024 à 18/04/2024**. Poderão participar da Concorrência interessados que satisfaçam os requisitos especificados no Edital, devendo apresentar a documentação relativa à comprovação dos requisitos para habilitação até o dia **18/04/2024** no e-mail: ofertapublica@csn.com.br. Os documentos originais de habilitação ou cópias autenticadas, bem como as propostas comerciais deverão ser entregues no local da realização da concorrência no dia **24 de abril de 2024**, conforme especificado no Edital. A seleção das propostas obedecerá ao critério de maior preço por tonelada métrica base úmida embarcada, observado o preço mínimo estabelecido no edital. O vencedor deverá apresentar fiança bancária, conforme indicado no item 4.4 do Edital, quando da assinatura do respectivo Contrato. Itaguaí, 08 de abril de 2024.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online **zuk**

Credora Fiduciária: HAUS COMPRA E VENDA DE BENS IMÓVEIS LTDA
Fiduciante: FLÁVIA ASSUNÇÃO DE MORAES ZANCHETTA

LOTE 01 - Um terreno urbano, de formato irregular, constituído pelo lote nº 9, da quadra C, do loteamento Vida Nova Itapetininga, na cidade e comarca de Itapetininga, medindo 5,81m em linha reta de frente para a Rua 01; do lado direito, de quem da frente olha o imóvel, mede 13,16m em curva com raio de 9,00m e ângulo central de 83°49'11", em concordância com a Rua 01 e segue por 12,04m em linha reta, formando ângulo de 83°49'11" em relação aos fundos, confrontando com a Rua 01; do lado esquerdo mede 20,00m em linha reta, formando ângulo reto em relação aos fundos, confrontando com os lote 10; nos fundos mede 16,05m em linha reta, confrontando com os lotes 7 e 8, encerrando uma área de 285,82 metros quadrados. **Av.5** - Para constar que a Rua 01, recebeu a denominação de Rua Rufino Moreira. **Imóvel objeto da matrícula nº 89.036 do Oficial de Registro de Imóveis de Itapetininga/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 16/04/2024**, às **15:30** h. Lance mínimo: **R$ 110.767,92. >2º Leilão: 23/04/2024**, às **15:30** h. Lance mínimo: **R$ 130.660,42.**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online **zuk**

Credora Fiduciária: VIDA NOVA ITAPETININGA III - EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA
Fiduciante: TK NEGOCIOS IMOBILIÁRIOS - EIRELI, neste ato representada por seu sócio THALES CARDOZO KASSAWARA DE DEUS

LOTE 02 - Um Terreno Urbano, de formato irregular, constituído pelo lote cinquenta e quatro (54) da quadra "Q", do loteamento "Residencial Reserva da Mata", situado na cidade e comarca de Itapetininga/SP, com a seguinte descrição: a partir da divisa com lote nº 53, segue em linha reta por 3,08 metros e azimute 177º53'53" de frente para a Rua 5 - Lado B; deste deflete a direita em uma distância de 22,50 metros e azimute 267º53'53"", confrontando com o Lote nº 53; deste deflete a direita em uma distância de 10,70 metros e azimute 357º53'52", confrontando com o Lote nº 1; deste deflete a direita em uma distância de 12,62 metros e azimute 81º49'52", confrontando com a Avenida 1; deste segue em curva de raio 9,00 metros e desenvolvimento de 15,09 metros (AC=96º04'01"), confrontando na confluência entre a Rua 5 - Lado B e Avenida 1, perfazendo assim uma área total de 245,47 metros quadrados. **Av. 05** para constar que a Rua 5, passou a denominar-se Rua Hugo Antônio Borghi Cassamassimo. **Imóvel objeto da matrícula nº 95.660 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapetininga/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 16/04/2024**, às **15:30** h. Lance mínimo: **R$ 123.190,31. >2º Leilão: 23/04/2024**, às **15:30** h. Lance mínimo: **R$ 110.317,88.**

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

São Paulo turismo www.spturis.com

SÃO PAULO TURISMO S/A

CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, **às 11h (onze horas)** do dia **29 de abril de 2024 (segunda-feira)**, virtualmente, via plataforma Microsoft Teams, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;

(ii) Eleição de até 03 (três) membros para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, todos para mandato de 01 (um) ano, vagas estas destinadas à acionista controladora da Companhia, a Prefeitura Municipal de São Paulo, podendo os atuais membros serem reeleitos ou não, desde que observado o número máximo de reconduções previstas no Estatuto Social;

(iii) Eleição de 01 (um) membro para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, representante dos acionistas minoritários, nos termos dos artigos 161 e 240 da Lei Federal nº 6.404/76, e, por fim;

(iv) Eleição de 01 (um) membro para compor o Conselho Fiscal da SPTURIS, e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, representante dos acionistas preferencialistas, nos termos dos artigos 161 e 240 da Lei Federal nº 6.404/76

A solicitação do link para participação na AGO deverá ser feita pelo e-mail gabriela.senatore@spturis.com até as 11h00 do dia 26/04/2024, dia útil anterior a realização da AGOE.

As Informações aos Acionistas, bem como todos os documentos necessários à apreciação dos senhores, se encontram à disposição na sede da SPTURIS, na Rua Boa Vista, nº 280, Centro Histórico - São Paulo/SP, aos cuidados da Secretaria de Governança Corporativa, desde 28/03/2024, por ocasião da publicação do Aviso aos Acionistas. Referidos documentos também podem ser consultados no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.com.br).

Com relação aos itens (iii) e (iv) da Ordem do Dia, em havendo eventual indicação de membros por parte dos acionistas minoritários e/ou preferencialistas para composição do Conselho Fiscal, estes devem atentar-se ao disposto nas Informações aos Acionistas, publicadas na CVM em 28/03/2024.

São Paulo, 05 de abril de 2024.
RODRIGO KLUSKA ROSA
Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DOS CARTÓRIOS OFICIALIZADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Diretoria Executiva da Associação dos Serventuários de Justiça dos Cartórios Oficializados do Estado de São Paulo, em cumprimento às disposições estatutárias, especialmente aquelas contidas nos artigos: 21, incisos II e III, 22 e §§ 1º e 2º, 23, 24, 26 e 27, bem como 32, todos do Estatuto da Associação, **CONVOCA** os associados que atendam às exigências do artigo 20, do referido estatuto, para a **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no auditório da sede social localizada na **Praça da Liberdade nº 130, 3º andar, Capital**, no dia **25 de abril de 2024**, às **10h00**, em primeira convocação e às **10h30**, em segunda convocação com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente sobre a aprovação das contas, livros e balanço da entidade, referentes ao exercício de 2023 (os documentos e o parecer favorável do Conselho Fiscal, encontram-se à disposição do associado, na secretaria), bem como para a **Assembleia Geral Extraordinária** a realizar-se na mesma data e local, às **11h00**, em primeira convocação e às **11h30**, em segunda convocação com qualquer número de presentes para deliberar especificamente sobre **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO**, que trata da alteração com inclusão de cláusulas de títulos dos diretores, forma de reajuste de mensalidades, complemento de endereço atual, criação de fundos e previsão de fontes de arrecadação, na conformidade do instrumento a ser apresentado e distribuído a todos os presentes na assembleia. São Paulo, 27 de março de 2024. **Biel Laurentino de Melo** - Presidente.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE TAUBATÉ, CAÇAPAVA E PINDAMONHANGABA - Eleições Sindicais - Edital de Publicação de Registro de Chapa - Nos termos do artigo 96 c/c 97 do Estatuto Social, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Taubaté, Caçapava e Pindamonhangaba, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob o nº 72.307.457/0001-54, no uso de suas atribuições estatutárias, vem dar publicidade a única Chapa inscrita para concorrer às Eleições Sindicais desta Entidade Sindical, que se realizará nos dias **24 e 25 de julho de 2024**, em escrutínio secreto, no período de 05H00 às 22H00, na sede e subsede desta entidade e nas unidades empregadoras onde houverem associados, para composição da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados Representantes Federativos, Delegados de Base e seus respectivos Suplentes, denominada Chapa 01, composta pelos seguintes membros: **Adilson de Alvarenga, Adilson Tomaz dos Santos, Ana Cristina dos Santos Pinheiro, Ana Paula da Silva, Antonio Mário de Jesus, Bruno Cesar de Abreu, Carla Aparecida Santos Lourenço Pedrosa, Carlos Orestes Senne, Claudio José Fiorio, Doralice Macedo, Hailton dos Santos, Henrique Luiz Paiva, Itamar Antunes Pires, João Batista da Silva, João Carlos da Silva, José Benedito da Silva, Leandro José da Silva, Leandro Santos Aparecido Lobato, Luís Alexandre Simões, Marlene Aparecida da Silva, Messias Camargo dos Santos, Paulo Rogério da Silva Santos, Rosangela Aparecida Assis Machado, Silvana de Aquino Alves, Sueli Gonçalves Martins, Tatiana Aparecida Santos de Alvarenga Moura, Valdir Souza Santos**, correndo a partir desta data o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação. Taubaté/SP, 08 de abril de 2024. **Adilson Alvarenga** - Presidente.

Associação Gênesis II

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os associados da Associação Genesis II, associação civil sem fins econômicos, com sede na Alameda das Aroeiras, 101 - Alphaville, Santana de Parnaíba, para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada em 18 de Abril de 2024, na sede social. Iniciando os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com primeira convocação às 19h00 com a presença mínima de metade mais um dos associados e segunda convocação às 19h30, com qualquer número de associados para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **• Aprovação das contas do exercício financeiro de 2023; • Ratificar atos relacionados a admissões e demissões da gestão anterior; • Ratificar alteração do artigo 13.8 do regulamento interno, aprovado pelo conselho de administração, conforme anexo.** Informamos que os documentos pertinentes à aprovação de contas, tais como, relatórios contábeis, cotações, notas fiscais, atas de reunião do conselho, relatório de auditoria, relatório e parecer do Conselho Fiscal, estarão à disposição para consulta prévia entre o periodo de 08/04/2024 a 17/04/2024, na sala de reuniões da administração em horário regular de funcionamento da administração. Solicitamos que perguntas e eventuais dúvidas sejam enviadas com antecedência no e-mail: gerencia@genesis2.org.br. O voto por procuração encontra-se regulado nos termos do disposto no § 3º, do Artigo 15, do Estatuto Social. Desta forma, ficam assim convocados os associados adimplentes com suas obrigações financeiras para com esta associação, e para que o presente edital produza seus regulares efeitos, será afixado na sede social da associação, e enviado a todos os associados, conforme dispõe o artigo 12, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social, que faculta a convocação pelos Correios, para que compareçam, uma vez que as deliberações contidas na ordem do dia obrigam inclusive os associados ausentes.

Santana do Parnaíba, 08 de abril de 2024
Presidente do Conselho de Administração - Associação Gênesis II

BIASI leilões **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** RODOBENS BANCO
1º Leilão: dia 15/04/2024 às 11h 2º Leilão: dia 17/04/2023 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 15 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 17 de Abril de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br . As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: APARTAMENTO Nº 21**, localizado no 2º andar ou 4º pavimento do **"EDIFICIO TORRE DO SOL"**, situado na Rua Dr. Luis Augusto Pereira de Queiroz, nº 184, no 21º Subdistrito – Saúde, com a área útil de 139,0385 m², área comum de 42,9780 m², área de garagem (04 vagas indeterminadas) de 105,6185 m², área total de 287,6350 m², fração ideal do apartamento de 4,795. Matrícula nº 146.555 do 14º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 774.400,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 974.332,77**. Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 17 de Abril de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante**. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

PREGÃO ELETRÔNICO

PE.107/2024 – PEC.00660/2024 – REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES – data de abertura do Pregão Eletrônico dia 26/04/2024 às 09:00 horas

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **https://compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5500/5495/5481.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024 - UASG 80011 - Nº Processo: 2298/2024

Objeto: Contratação de serviços de climatização, compreendendo fornecimento e instalação de aparelhos condicionadores de ar tipo Split HI-WALL e Split CASSETE de 4 vias, com tecnologia inverter. **Data e horário da abertura do pregão: 22/04/2024, às 14h00.** Local: Compras.gov.br - https://www.gov.br/compras/pt-br. Cadastramento das Propostas até a abertura do pregão. A íntegra do edital encontra-se disponível no endereço eletrônico acima e no site do TRT: https://docs.google.com/spreadsheets/d/18nxxrx5I5TjF0A_DbAOH4fTejFuvWDUWoxbeXpsJaB0/edit#gid=0&fvid=237527314.
Informações: Coordenadoria de Licitações, **e-mail:** licita@trt15.jus.br.

SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo
Autarquia Municipal
Estado de São Paulo

SANEBAVI - Saneamento Básico Vinhedo

RESUMO DA ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS - JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2023 - PA. Nº 334/2023. Após a verificação e análise das propostas, procedeu-se o julgamento e classificação de preços das Licitantes Habilitadas, conforme segue: **1º lugar** a empresa **VECTOR SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA,** com o valor de 1.747.394,39 (um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais e trinta e nove centavos) e **2º** lugar a empresa **STA SOLUÇÕES E TECNOLOGIA EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA EIRELI EPP** com o valor de R$ 2.028.841,17 (dois milhões, vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e dezessete centavos) . Em face do ocorrido, abre-se o prazo para a interposição de recurso, conforme determina o artigo 109, inciso I, alinea "b", § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, contados a partir de 08/04/2024. Fica consignado que, decorrido o prazo recursal, sem a interposição do mesmo, o Processo Administrativo será encaminhado para Homologação e Adjudicação da Superintendente da Autarquia. **Vinhedo 05 de abril de 2024**. Aline Muriel Botelho - Presidente da Comissão Autárquica de Licitações.

BIASI leilões **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** RODOBENS BANCO
1º Leilão: dia 15/04/2024 às 11h 2º Leilão: dia 17/04/2023 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 15 de Abril de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 17 de Abril de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: APARTAMENTO nº 92**, localizado no 9º andar do **BLOCO "B"**, integrante do **"CONJUNTO RESIDENCIAL CASA VERDE"**, situado na Rua Atílio Piffer nº 623, no 23º Subdistrito – Casa Verde, contendo a área privativa de 91,560 m² e área comum (inclui garagem) de 83,419 m², com a área real total de 174,979 m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 1,0085% no terreno condominial matriculado sob o nº 41.858, com direito a **duas vagas na garagem coletiva**, localizada nos 1º e 2º subsolos, para estacionamento de dois veículos de passeio, de forma indeterminada. Matrícula nº 148.439 do 8º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 586.300,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 555.490,48**. Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 17 de Abril de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 26 dias de março de 2024, às 18 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 510, 12º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-906. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração: Marcos Pinto Almeida, Francisco José Aljaro Navarro, Sergio Moniz Barretto Garcia, Henrique Carsalade Martins, Jorge Fernandez Montoli, Fernando Martinez Caro, Martí Carbonell Mascaro e Carlos Garcia Cabrera. **3. Mesa:** Presidente: Sergio Moniz Barretto Garcia. Secretário: Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. **4. Ordem do Dia: 4.1.** Apreciar, discutir e deliberar sobre, nos termos da alínea (x) do artigo 14 do estatuto social da Arteris S.A. ("Companhia"), a realização da 15ª (décima quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária ("Debêntures"), composta por 1.000.000 (um milhão) Debêntures, no valor total de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais de reais) ("Emissão"), na Data de Emissão (conforme abaixo definida), as quais serão objeto de distribuição pública nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei do Mercado de Capitais") da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e demais normas aplicáveis ("Oferta"). **4.2.** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar, direta ou indiretamente, por meio de seus procuradores, todos os atos e providências necessários à efetivação e à formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, **(i)** a definição de todos os termos e condições da Emissão e da Oferta que não forem aqui previstos e que forem necessários para a sua realização e implementação; **(ii)** a contratação de instituições financeiras autorizadas a operarem no sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores") para a distribuição pública das Debêntures; **(iii)** a contratação dos demais prestadores de serviços da Emissão e da Oferta; **(iv)** o pagamento de todos os custos e despesas relacionados à Oferta, incluindo mas não se limitando, o escriturador, o custodiante, o banco liquidante, a agência de classificação de risco, o agente fiduciário e o assessor legal; e **(v)** praticar todos os atos e assinar todos os documentos, aditamentos, anexos, procurações, retificações ou ratificações aos documentos, documentos necessários, acessórios e relacionados à realização e correta formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, o "*Instrumento Particular de Escritura da 15ª (Décima Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Arteris S.A.*", entre a Companhia, na qualidade de emissora das debêntures e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente) representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures ("Escritura de Emissão") e o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), bem como assinar os documentos acessórios que se façam necessários. **4.3.** Ratificar os atos já praticados pela Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de seus procuradores, no âmbito da Emissão e da Oferta em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberada e aprovada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** A realização da Emissão e da Oferta de acordo com as principais características e condições a seguir, que serão formalizadas nos termos da Escritura de Emissão: **a. Número da Emissão:** 15ª (décima quinta) emissão de Debêntures da Companhia; **b. Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; **c. Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, não contando com garantias reais e/ou fidejussórias de qualquer natureza; **d. Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **e. Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade"); **f. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); **g. Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **h. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Escritura de Emissão ("Valor da Emissão"); **i. Procedimento de *Bookbuilding*:** No âmbito da Oferta será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais Investidores, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 61 da Resolução CVM 160 ("Procedimento de *Bookbuilding*"), o qual irá definir a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definido). Após o Procedimento de *Bookbuilding* e antes da Data de Início da Rentabilidade, a Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. As partes ficarão autorizadas e obrigadas a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de aprovação dos Debenturistas ou da Companhia, desde que tal alteração seja devidamente formalizada antes da Data de Início da Rentabilidade, mediante celebração, pelas partes, de instrumento de aditamento à Escritura de Emissão e cumprimento das formalidades a serem descritas na Escritura de Emissão; **j. Quantidade de Debêntures:** A Emissão será composta de 1.000.000 (um milhão) de Debêntures; **k. Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão. As Debêntures serão liquidadas pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios das Debêntures calculados na forma a ser prevista na Escritura de Emissão; **l. Regime de Colocação e Plano de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), a qual será registrada na CVM sob rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, com a intermediação de instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo um deles o coordenador líder ("Coordenadores"), sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor da Emissão ("Garantia Firme"), nos termos do "*Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 15ª (Décima Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, sob Rito de Registro Automático, da Arteris S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"), observado o Plano de Distribuição (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão); **m. Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Debêntures serão destinados para **(a)** reforço de caixa da Companhia; **(b)** *liability management*, incluindo o pagamento integral da **(b.i)** 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da Emissora ("5ª Emissão"); e **(b.ii)** a 2ª (segunda) série da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Emissora ("2ª Série da 9ª Emissão" e, em conjunto com a 5ª Emissão, "Dívidas"); **n. Banco Liquidante:** A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante é o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade De São Paulo, Estado De São Paulo, na Praça Alfredo Egydio De Souza Aranha nº 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, CEP 04.344-902, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"); **o. Escriturador:** A instituição prestadora dos serviços de escriturador das Debêntures é a **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.500, 3º Andar (Parte), Itaim Bibi, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"); **p. Agente Fiduciário:** A Companhia nomeará e constituirá como Agente Fiduciário da Emissão a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, instituição financeira, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, como agente fiduciário, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas; **q. Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome de cada Debenturista; **r. Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação, observado o disposto na Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **s. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura serão realizados pela Companhia, (a) no que se refere a pagamentos relativos ao Valor Nominal Unitário, aos Juros Remuneratórios das Debêntures e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (b) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Companhia, conforme o caso; **t. Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme definidos abaixo), calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a exclusivo critério dos Coordenadores, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição, desde que ofertado em igualdade de condições a todos os investidores em cada data de integralização; **u. Amortização do Valor Nominal Unitário:** Ressalvados os pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, resgate antecipado ou aquisição facultativa, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado anualmente, a partir do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, conforme datas a serem previstas na Escritura de Emissão, e último pagamento devido na Data de Vencimento (cada uma das datas, "Data de Amortização das Debêntures"); **v. Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; **w. Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over* extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI *Over*"), acrescida exponencialmente de *spread*, a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, em qualquer caso, limitada a até 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures até a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures (conforme abaixo definida). Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão calculados de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **x. Pagamento dos Juros Remuneratórios:** Ressalvados os pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, resgate antecipado ou aquisição facultativa, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, conforme as datas a serem previstas na Escritura de Emissão, até a Data de Vencimento ("Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures"); **y. Vencimento Antecipado:** As obrigações decorrentes das Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão e poderão ser consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão, observadas as regras previstas para tanto na Escritura de Emissão; **z. Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, conforme data a ser prevista na Escritura de Emissão, exclusive, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, os Debenturistas farão jus ao pagamento **(i)** do Valor Nominal Unitário ou saldo do seu Valor Nominal Unitário; **(ii)** dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total (exclusive); **(iii)** de demais Encargos Moratórios devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, caso aplicável ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"); e **(iv)** de prêmio equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive) das Debêntures, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"); **aa. Amortização Extraordinária Facultativa:** Não será admitida a amortização extraordinária facultativa das Debêntures; **bb. Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá realizar, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor nominal Unitário, acrescidos **(a)** dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade, ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures, até a data do resgate (exclusive); **(b)** dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do resgate, caso aplicável; e **(c)** de eventual prêmio de resgate antecipado, se aplicável, o qual não poderá ser negativo; **cc. Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), adquirir Debêntures por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras estabelecidas na Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022. As Debêntures adquiridas pela Companhia nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a critério da Companhia e desde que observada a regulamentação aplicável em vigor, poderão (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria; ou (c) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da a serem previstos na Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à remuneração aplicável às demais Debêntures; **dd. Repactuação:** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; **ee. Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, devidamente acrescidos dos Juros Remuneratórios das Debêntures, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa moratória convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data do inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive); ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **ff. Desmembramento:** Não será admitido desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **gg. Demais Condições:** Os demais termos e condições relacionados à Emissão e à Oferta serão tratados detalhadamente na Escritura de Emissão. **5.2.** Autorização e delegação de poderes à Diretoria da Companhia a praticar, direta ou indiretamente, por meio de seus procuradores, todos os atos e providências necessários à efetivação e à formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação: **(i)** definir todos os termos e condições da Emissão e da Oferta que não foram aqui previstos e que serão necessários para a sua realização e implementação; **(ii)** contratar os Coordenadores para a distribuição pública das Debêntures; **(iii)** contratar os demais prestadores de serviços da Emissão e da Oferta, tais como o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o assessor legal, dentre outros; **(iv)** realizar o pagamento de todos os custos e despesas relacionados à Oferta; e **(v)** praticar todos os atos e assinar todos os documentos, aditamentos, anexos, procurações, retificações ou ratificações aos documentos, documentos necessários, acessórios e relacionados à realização e correta formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição, bem como assinar os documentos acessórios que se façam necessários. **5.3.** Ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, até a presente data no âmbito da Emissão e da Oferta. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Presidente: Sergio Moniz Barretto Garcia; Secretária: Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Conselheiros: Marcos Pinto Almeida, Francisco José Aljaro Navarro, Sergio Moniz Barretto Garcia, Henrique Carsalade Martins, Jorge Fernandez Montoli, Fernando Martinez Caro, Martí Carbonell Mascaro e Carlos Garcia Cabrera. São Paulo, 26 de março de 2024. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* **Flávia Lúcia Mattioli Tâmega** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 127.911/24-8 02/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

tec

O que o Brasil quer da IA?

Senado quer aprovar regulação, mas ainda não existe consenso sobre o tema

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

O Senado anunciou que quer aprovar um projeto de lei regulando a inteligência artificial até o final de abril. Essa afirmação é espantosa. Não existe ainda consenso sobre o tema. Há concordância com relação a seus problemas, mas ninguém sabe ao certo quais remédios aplicar. Nesse cenário incerto, fica claro que a sociedade deveria estar mais próxima do desafio de regular a inteligência artificial.

Para começar, o projeto em análise no Senado tem um problema fundamental. Ele se inspira no modelo legislativo desenvolvido na Europa, o chamado AI Act (Lei de Inteligência Artificial de lá). O que é bom para Europa é bom para o Brasil? Isso pressupõe que o remédio lá criado funcionaria aqui. Há quem diga que, por não conseguir exportar tecnologia, a região passou então a exportar legislação sobre tecnologia.

Outro problema é que a sociedade está até agora fora do debate regulatório. Os diversos setores econômicos, a academia, a sociedade civil ou a comunidade científica e as pessoas em geral não puderam ainda contribuir para o texto. As consultas realizadas não foram suficientes. Na redação dos textos finais predomina a caneta dos advogados.

Vale lembrar que a lei europeia de IA nem sequer foi testada, já que começa a vigorar na sua totalidade só em 2026. Se o Senado votar uma lei parecida com ela, teremos um curioso caso de importação prematura: a adoção de uma lei cujos efeitos são desconhecidos até mesmo no seu lugar de origem.

Para regular a inteligência artificial é preciso antes responder: "O que o Brasil quer da inteligência artificial?". Toda a regulamentação deve ser feita a partir da resposta a essa pergunta. E a resposta deve vir da sociedade. Somente por meio de uma participação ampla conseguiremos lidar com a complexidade da inteligência artificial, já que ela afeta a vida de todos nós.

O Brasil certamente quer proteção quanto aos problemas que a IA pode trazer. Por isso, o Tribunal Superior Eleitoral já regulamentou o ponto mais urgente: o impacto da IA sobre as eleições de 2024, incluindo as deepfakes. Ao resolver esse ponto de ação imediata, o TSE nos deu o tempo necessário para tratar dos outros temas estruturantes, incluindo a estratégia e a competitividade do país em face da IA. São assuntos a serem ponderados com calma. Não há pressa que se justifique neste momento.

Além disso, o Tribunal de Contas da União publicou na sexta um importante relatório em que critica duramente o projeto de lei em curso no Senado. Nas palavras do TCU: "O projeto enfatiza aspecto temerário quanto à IA no país, em detrimento da adoção de diretrizes capazes de promover o desenvolvimento responsável da tecnologia. A regulação desproporcional pode acarretar o gasto excessivo de tempo e dinheiro para o cumprimento de regras complexas, em vez de promover o investimento em desenvolvimento tecnológico".

Será uma decepção se o caminho para regulamentar a IA entre nós for derivado de um modelo feito alhures. Será também decepcionante se a sociedade não participar de verdade desse processo. Vale lembrar que a própria lei europeia precisou de quatro anos para ser feita, auxiliada por vários comitês da sociedade. Os EUA estão com ampla consulta pública para regular o tema. Taiwan criou um ambicioso processo para ouvir toda a população para regular a IA. O Brasil também já fez isso com o Marco Civil. Está na hora de a sociedade retomar o seu papel na regulamentação deste que é um dos temas mais importantes do presente.

READER

Já era *Regulamentar a inteligência artificial sem contribuições mais amplas da sociedade*

Já é *Países que ousam construir o seu próprio caminho na regulamentação da IA*

Já vem *Sociedade brasileira se organizando para participar da regulamentação da IA*

DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, **Cecilia Machado** | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Xiaomi lança carro elétrico e vê corrida a lojas

Juntando baixo preço e alta tecnologia, SU7 tem impacto inesperado e reativa guerra de preços no mercado chinês

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Nelson de Sá

PEQUIM Dois jovens profissionais chineses, ouvidos sobre fazer uma escolha entre Huawei e Xiaomi, em smartphones e agora carros elétricos, não relutaram. Huawei é para os mais velhos, Xiaomi é para eles.

O motivo não está só nos preços relativamente baixos para a alta tecnologia oferecida, uma característica da empresa, mas no design e até na ausência do peso nacionalista. A Huawei é mais avançada e venceu o cerco americano, que tentou sufocá-la proibindo acesso a chips e até sistema operacional.

Mas tanto patriotismo é também uma carga para a marca, diz um dos entrevistados, que prefere não ter o nome citado. Já a Xiaomi é leve como a aparência de seu sedã SU7. Apresentado no final do mês passado em sua loja no shopping Hopson One, que nem é dos mais luxuosos de Pequim, ele virou febre.

No primeiro dia, das 15 hashtags mais populares na rede social Weibo, sete eram ligadas à marca.

Também no primeiro dia, o SU7 passou das 90 mil encomendas, quando a fábrica em Yizhuang — área voltada para indústria de alta tecnologia, no sul de Pequim — só estava preparada para produzir 5.000 por mês. Agora ela corre para alcançar 10 mil mensais, em resposta à demanda.

O analista e consultor Yilun Zhang, voltado ao setor de carros elétricos, acompanhou a corrida às lojas e observa que "concorrentes vizinhos como o Aito M7, da Huawei, atraíram só uma fração da multidão da Xiaomi, destacando a diferença gritante na atração do consumidor".

Uma mídia que cobre o setor, CarFans China, levantou o perfil dos visitantes nos primeiros dias de exposição do novo carro, até o fim de semana passada: 70% eram homens de 25 a 35 anos.

Essa faixa, avaliou, é influenciada por informação online e foi atraída pela reputação da marca e pela "influência de Lei Jun", cofundador e CEO da Xiaomi. Foi quem anunciou que faria o carro, há perto de três anos, e agora o apresentou, dizendo que é "tão difícil, tão difícil, que até a Apple desistiu", referindo-se ao recente abandono do projeto de veículo elétrico.

Na quarta-feira (3), ele mesmo teria aberto a porta dos primeiros a serem entregues, para os compradores entrarem. Ativo também em marketing via Weibo, anunciou que, ao mesmo tempo, começavam as entregas em 28 cidades por toda a China.

Com a confirmação das encomendas já em cerca de um terço, de acordo com Yilun, "administrar sua cadeia de suprimentos e produção, para garantir que os veículos sejam entregues no prazo e com qualidade, é o próximo desafio para Lei".

A corrida às lojas teve efeitos curiosos, como o carro que completou seus 800 quilômetros de alcance num único dia, só com "test drive". E outros que viraram manchete, como o salto de 16% nas ações da Xiaomi na Bolsa de Hong Kong na terça (2), ao retornar às operações pós-lançamento, fechando o dia com alta de 9%.

O preço inicial, de apenas 215,9 mil yuans (US$ 30,4 mil ou R$ 154,2 mil), também reativou a guerra de preços no mercado chinês de carros elétricos.

O Huawei Changan Avatr 12 cortou 35 mil yuans no dia seguinte ao lançamento, para 265,8 mil yuans. O Zeekr 007, da Geely, cortou 20 mil yuans, para 209,9 mil yuans.

O preço escolhido significa perdas, avisou Lei publicamente, creditando a redução à necessidade de se adaptar à forte concorrência no mercado chinês.

Por outro lado, o lucro da empresa no ano passado, com a atenção para os smartphones mais caros, saltou quase sete vezes em relação a 2022.

Para Yilun, o lançamento bem-sucedido do Xiaomi SU7 mostra "como é importante o reconhecimento de marca na China". No caso, a Xiaomi carrega essa vantagem para outros mercados pelo mundo, inclusive eventualmente o Brasil.

Com sede em Pequim, a Xiaomi foi criada em abril de 2010 por Lei Jun, que é formado em ciência da computação na Universidade de Wuhan e que já havia comandado a empresa de software Kingsoft.

Além de ser uma das maiores fabricantes de smartphone no mundo, a Xiaomi produz de panelas de cozinhar arroz a máquinas de lavar roupa, patinetes elétricos e fones de ouvido.

Os produtos, a começar do smartphone, são integrados digitalmente, o que se estende agora ao carro elétrico SU7. A receita total da empresa em 2023 alcançou 271 bilhões de yuans (US$ 37,4 bilhões ou R$ 190 bilhões).

Xiaomi exibe, em Pequim, o SU7, seu primeiro automóvel elétrico Florence Lo-28.dez.23/Reuters

Sem laudo da segurança dos presídios, parte das mudanças segue no papel

Construção de muralha começou só em Porto Velho (RO) e câmeras ainda estão sendo instaladas

Constança Rezende

BRASÍLIA Passados mais de 50 dias da fuga de dois presos da penitenciária em Mossoró (RN), o governo Lula (PT) ainda não tem um relatório completo sobre as condições das prisões federais e somente parcela das melhorias prometidas já foi implantada. Outra parte está em fase de execução enquanto há iniciativas que passam por rotinas burocráticas.

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, anunciou uma série de medidas para melhorar o sistema penitenciário federal logo após a fuga dos criminosos, ainda em fevereiro.

De acordo com dados que foram repassados pela pasta a pedido da **Folha**, ainda não ficou pronto o laudo técnico de inspeção nas cinco penitenciárias federais. O estudo inclui as condições sobre a segurança contra incêndio, instalações hidráulicas e sanitárias, sistema de ventilação e refrigeração e estação de tratamento de esgoto.

Já a promessa de construção de muralhas em todas as unidades prisionais só foi iniciada na penitenciária federal de Porto Velho (RO).

Das cinco unidades existentes no sistema, apenas a de Brasília conta atualmente com essa estrutura. A expectativa da pasta é que todas estejam prontas até 2026. Em Mossoró, a licitação está prevista para maio.

A necessidade da construção de muralhas nas unidades já havia sido identificada pelo governo em 2007. Em fevereiro de 2024, durante a fuga inédita de um presídio federal, os detentos Rogério da Silva Mendonça, 36, e Deibson Cabral Nascimento, 34, cortaram a grade que cercava a penitenciária de Mossoró.

Os dois só acabaram sendo presos na semana passada, em uma rodovia perto de Marabá (PA), a cerca de 1.600 km do local da fuga pelo trajeto mais rápido de carro entre os dois municípios (1.300 km em linha reta).

O Ministério da Justiça gastou um total de R$ 6 milhões na caçada aos fugitivos.

Está na mesma situação a substituição das câmeras de videomonitoramento inoperantes ou com especificações não recomendadas nos presídios, que foi determinada como medida imediata pelo ministro.

A Senappen (Secretaria Nacional de Políticas Penais) informou que adquiriu 10 mil novas câmeras, por meio de pregão eletrônico. Porém, a troca dos equipamentos só foi iniciada no presídio de Mossoró, e deve ser concluída até o início da segunda quinzena deste mês. O ministério afirma que todos os equipamentos serão trocados nas cinco unidades até maio.

Ainda não foi executada também a ampliação do sistema de alarme e sensores. De acordo com a pasta, está sendo preparada uma licitação para aprimorar e modernizar todo o sistema de segurança e monitoramento das cinco unidades prisionais.

O investimento previsto para as modificações será de R$ 40 milhões, viabilizados por meio do projeto Ômega, que incluirá a compra de câmeras com sensores sísmicos e térmicos capazes de detectar escavações em paredes e movimentos no escuro. Também está previsto um novo parque de câmeras digitais e de monitores.

O ministro Lewandowski havia prometido que iria trabalhar na modernização do sistema de videomonitoramento dos presídios e no aperfeiçoamento do controle de acesso às unidades federais com sistema de reconhecimento facial para presos, visitantes e administradores.

A nomeação de 80 policiais penais aprovados em concurso para reforçar o sistema prisional federal, também anunciada pelo ministro, ainda continua em andamento. O Ministério da Gestão e da Inovação autorizou a nomeação de 76 novos servidores, na última sexta-feira (5).

Dos serviços já executados, na unidade de Mossoró, foram realizadas as trocas de lâmpadas que não estavam funcionando e feitos reforços nas estruturas das luminárias existentes no interior das celas.

De acordo com a pasta, isso vai impossibilitar ou dificultar a retirada dos objetos pelos internos. Além disso, foram instaladas cercas elétricas em todo o perímetro do presídio.

A pasta também criou um comitê multidisciplinar com o objetivo de fiscalizar periodicamente as estruturas físicas e os equipamentos utilizados pelas penitenciárias.

Além disso, determinou revistas diárias em todas as celas, pátios de sol e parlatórios nas cinco unidades, com a posterior elaboração de relatórios a serem encaminhados semanalmente à direção de cada presídio.

O procedimento de rondas externas foi atualizado e houve solicitação à Escola Nacional de Serviços Penais para a realização de um curso de formação profissional.

Como mostrou a **Folha**, as celas dos dois presos que fugiram ficaram ao menos 30 dias sem revista e, por isso, foram abertas as apurações contra os dez servidores.

O órgão já havia apontado que a fuga foi resultado de diversas falhas internas, sendo a principal a falta de revistas, que deveriam ser diárias.

Sem as vistorias, não foi possível que os servidores detectassem o buraco que os presos faziam na luminária da parede — por onde escaparam.

Além de barras de ferro retiradas da estrutura da própria cela, os presos utilizaram uma chapa de 20 cm, localizada no vão da porta por onde recebem alimentos, para abrir o buraco.

Em outra frente, a Senappen fez um rodízio periódico de 23 presos entre as penitenciárias federais, com a finalidade de garantir o enfraquecimento das lideranças do crime organizado, entre os dias 1º e 3 de março.

Segundo a pasta, o remanejamento é importante porque impede possíveis articulações das organizações criminosas dentro dos estabelecimentos de segurança máxima, além de enfraquecer e dificultar vínculos nas regiões onde se encontram.

Além disso, o Ministério da Justiça abriu um processo por "desrespeito a determinações contratuais" contra a construtora responsável pela reforma no pátio do presídio federal de Mossoró.

A empresa cuidava do canteiro de obras da reforma no pátio do banho de sol da unidade. A Polícia Federal também requisitou todos os dados dos funcionários.

Lewandowski havia afirmado que uma das hipóteses da fuga é que as ferramentas usadas pela obra foram acessadas e utilizadas pelos presos para sair do presídio. Após saírem das celas, os detentos encontraram um tapume de metal que protegia o local da obra que poderia ser facilmente ultrapassado.

Além disso, o secretário Nacional de Políticas Penais, André Garcia, enviou ofício pedindo para Polícia Federal, Receita Federal e CGU (Controladoria-Geral da União) abrir uma investigação sobre outra empresa que fazia a manutenção do presídio. O objetivo será apurar se a companhia está registrada em nomes de laranjas.

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, fala das medidas previstas para os presídios federais Pedro Ladeira - 15.fev.24/Folhapress

R$ 40 milhões
é o custo previsto para as mudanças nos presídios federais, por meio do projeto Ômega

R$ 6 milhões
foram gastos pelo Ministério da Justiça na caçada aos dois fugitivos da penitenciária de Mossoró

Brasil espera volta de R$ 82 mi bloqueados de Maluf na Suíça

SÃO PAULO Os cerca de R$ 82 milhões bloqueados em contas ligadas ao ex-prefeito de São Paulo e ex-deputado federal Paulo Maluf, 92, na Suíça estão a caminho do Brasil.

Em setembro passado, a Justiça suíça determinou a devolução do dinheiro após pedido da AGU (Advocacia Geral da União), mas havia possibilidade de recurso. Em março, a decisão da corte foi ratificada.

O prazo para envio da quantia foi fixado em 30 dias. A AGU (Advocacia-Geral da União) não informou se o dinheiro já foi depositado.

O total se soma aos R$ 220 milhões devolvidos por Maluf e sua família aos cofres públicos após condenação por desvio de verba na construção da avenida Água Espraiada —atual Jornalista Roberto Marinho.

A seguir, relembre o caso:

Os milhões desviados

Maluf foi condenado em 2017 pela Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) por lavagem de dinheiro. À época do julgamento, o político alegou falhas processuais que levaram à decisão.

Os ministros entenderam que o político ocultou e dissimulou verba desviada da construção da avenida Água Espraiada enquanto prefeito de São Paulo (1993-1996). Segundo o promotor Sílvio Marques, do Ministério Público paulista, os desvios chegaram a US$ 300 milhões (cerca de R$ 1,5 bilhão, atualmente).

Investigação do Ministério Público Federal mostrou que o esquema fez várias transações no exterior para lavar o dinheiro e repatriar os desvios.

Curta prisão

No julgamento, o STF impusera pena de reclusão a Maluf: sete anos e nove meses, que começou a ser cumprida, em domicílio, no início de 2018.

Em 2022, o ministro Edson Fachin lhe concedeu liberdade condicional. Em maio de 2023, declarou extintas as penas privativas de liberdade de Maluf, pela lei do indulto.

Fachin considerou que Maluf tem mais de 70 anos e cumpriu mais de um terço da pena. O indulto só inclui as penas privativas de liberdade, sendo mantidos os demais efeitos da condenação nas ações penais.

Primeira quantia recuperada

Após Maluf ser condenado, começaram os processos para reaver os valores desviados da cidade de São Paulo. Em abril de 2023, a Prefeitura paulistana venceu um, recebendo mais de R$ 150 milhões da Eucatex, empresa da família Maluf, que teria sido beneficiada pelo esquema criminoso.

A Eucatex precisou de aporte do Banco BTG Pactual para custear a sentença.

Depois, foram feitos outros dois pagamentos de cerca de R$ 35 milhões ao município, totalizando R$ 220 milhões. O montante contemplou acordo entre a Eucatex, o Ministério Público de São Paulo e a Procuradoria Geral do Município.

O processo causou mudança na estrutura Eucatex. O BTG pagou US$ 23 milhões (R$ 115 milhões) em despesas e custos processuais fixados judicialmente na Ilha de Jersey e Ilhas Virgens Britânicas, onde havia contas ligadas ao esquema. A família Maluf perdeu mais de um terço das ações para o BTG Pactual.

A conta na Suíça

A AGU localizou contas na Suíça sob responsabilidade de Paulo Maluf usadas no esquema de desvio e lavagem de dinheiro. Alertado, o Tribunal Penal Federal do país europeu vasculhou os registros financeiros e determinou a repatriação ao Brasil de cerca de R$ 82 milhões em 2023.

O rito permitia apelação da defesa, que tentou por três meses. Em março de 2024, os recursos se esgotaram, sendo exigido o repasse financeiro.

Com o valor liberado na Suíça, a soma devolvida por Maluf chega a R$ 302 milhões.

Ao longo dos anos, a defesa do político sempre negou que ele tivesse contas no exterior e envolvimento em esquemas de desvio de verbas.

No julgamento do Supremo, a defesa foi comandada pelo advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. Quando Maluf foi condenado, ele argumentou que houve supostas falhas procedimentais e erros de julgamento que levaram à decisão da corte.

À época, Kakay disse que Primeira Turma do STF, que condenou Paulo Maluf, "marcou um novo posicionamento em relação à natureza jurídica do crime de lavagem de dinheiro, ao entender, por maioria, tratar-se de crime permanente, o que veio a influir no resultado do julgamento com a consequente condenação do requerente".

O ex-deputado federal Paulo Maluf Pedro Ladeira - 10.out.17/Folhapress

Balsa chega à Ilha do Bororé, bairro que pertence ao distrito do Grajaú, zona sul de São Paulo Adriano Vizoni/Folhapress

Ecoturismo seduz ciclistas e veganos na Ilha do Bororé

Sem água encanada e esgoto, moradores reclamam de ausência do poder público

Roberto de Oliveira

SÃO PAULO Entre encher a balsa e atravessar um pedaço da represa, o rolê todo não leva dez minutos. Ao pisar em terra firme, rodeada pelas águas da Billings, a sensação que se tem é a de estarmos numa espécie de roça metropolitana, com galinhas ciscando aqui e acolá, plantações de shimeji e pomares apinhados de laranja-melancia. Ainda tomado pela natureza, o lugar preserva uma porção generosa de mata atlântica, onde saguis se deliciam com gafanhotos na hora do lanche.

Há, todavia, outros seres a engrossar o coro, sobretudo aos fins de semana. Podemos dizer que é uma trupe diversa, composta daquela galerinha hipster, tipo Santa Cecíliers e Ipojuquers, ciclistas dos Jardins, trilheiros de natureza (ou "nature lovers") e a discreta turma que vem de todo canto para observar pássaros —os "birdwatchers". Esses se encantam com as notas altas e estridentes do barranqueiro-de-olho-branco.

O nome do lugar parece endossar essa, digamos, viagem: Ilha do Bororé. Na verdade, não é ilha, mas, sim, uma península dentro de uma APA (Área de Proteção Ambiental), localizada nos extremos da zona sul da capital paulista, no distrito do Grajaú. Há uma estrada de terra que liga o bairro à cidade, além de acessos por balsas.

Para enaltecer ainda mais essa aura de escapismo, bororé é o nome de uma substância venenosa que alguns grupos originários usavam em flechas, como arma de defesa.

"A Ilha é sensacional. Tem uma 'vibe' positiva. Parece que a gente não está em São Paulo", comenta Carlos Gama Naggar, 57, gestor de RH. Carlão, como é conhecido, trouxe um grupo de 43 ciclistas para conhecer Bororé. Eles partiram das alamedas Lorena e Joaquim Eugênio de Lima, nos Jardins. Pedalaram 43 km, passaram por diversos bairros e pararam no mirante da Ilha, para uma pausa acompanhada de comes e bebes —afinal, o grupo se chama Bike'n Beer.

Criado em 2010, o coletivo é bastante inclusivo, explica Carlão. Conta mais ou menos com mil integrantes. São empresários, comerciantes, médicos, dentistas. "O bacana é aceitar a proposta do lugar."

O bar do Mirante recebe gente de diferentes cantos. "Turistas são 95%", calcula Wanderley Ramos, 45, o Bigode. Na opinião dele, o fato de a balsa ter aumentado, há cerca de dois meses, a capacidade de transporte de 17 para 33 veículos, favoreceu esse boom. "Depois de atravessar a represa, as pessoas se esquecem do lado de lá. É outra atmosfera."

No paraíso, entretanto, nem tudo são flores. Bigode critica a falta de infraestrutura nessa atmosfera dominada por mato e água. Faltam coisas básicas, segue ele, como calçadas. "Esses problemas não são exclusividade da Ilha, mas a falta de zeladoria aqui é gritante."

Há 36 anos no bairro, Anatalia Jesus Rocha Siriano, 58, gosta de dizer que "primeiro vem a obrigação, depois a diversão". Presidente da Amib (Associação de Moradores da Ilha do Bororé), afirma que o turismo precisa chegar de forma organizada, com o mínimo de estrutura. "A água de poço artesiano de muitas casas é contaminada por metais pesados", diz. "Aqui, não existe saneamento básico. Somos desassistidos pelo poder público."

A Prefeitura de São Paulo disse que o problema é do estado. A Sabesp, por sua vez, informou que o município precisa fazer os encaminhamentos para a regularização de uso e ocupação do solo, uma vez que há impeditivos legais para que a estrutura de saneamento seja implantada na Ilha, já que a região também faz parte de área de recuperação de mananciais. De acordo com a empresa, o bairro tem cerca de 80% de seu território coberto por mata atlântica, além de áreas de ocupação irregular.

É bom levar dinheiro vivo porque muitos lugares não aceitam cartão, caso do Armazém do Edinho. O edifício é do final do século 19, calcula o proprietário, Edson Morelli Manzano, 52. Fica em frente a outro monumento histórico da Ilha, a capela de São Sebastião, obra em estilo barroco português, cujo ano de inauguração, 1904, está marcado na fachada.

O comércio atravessou gerações. Foi do avô dele, passou pelas mãos de tias, tios, mãe e pai até chegar às suas. "Tem de tudo um pouco", explica Edinho, como é conhecido. "Arroz, feijão, produtos de higiene e, é claro, a cachacinha clássica da ilha: a pinga de cambuci." A dose sai por R$ 3 —abundante na região, o fruto é típico da mata atlântica.

Num ambiente com tantas iguarias, há, entretanto, quem atravesse a balsa só para comer bobó de shimeji (R$ 60), nos almoços da chácara CoguLi, empreitada do casal Ligiane Antunes, 40, e Reginaldo Oliveira, 45. Prato vegano à base de abóbora cabochan, leite de coco, dendê e, por óbvio, shimeji, vem ainda com arroz, farofa de proteína de soja, salada com flores comestíveis e suco de (adivinha?) cambuci.

"Trabalhamos para atrair o turismo consciente à ilha", explica Antunes. Ao lado da cadela caramelo Zoe, 3, o casal de fungicultores também abre as portas da propriedade rural para a hospedagem, com diárias que vão de R$ 80 a R$ 200 (casal, com café da manhã) e área de camping (R$ 55). "Recebemos veganos, vegetarianos e pessoas com uma pegada mais ambiental", diz Oliveira.

Lidar com temas que orbitam o universo da preservação é um dos focos dos projetos educacionais da Casa Ecoativa, projeto de ocupação cultural em um antigo casarão, ao lado de uma imponente figueira. Sob a sombra dela, crianças se embalam em atividades que promovem o resgate de antigas brincadeiras de rua.

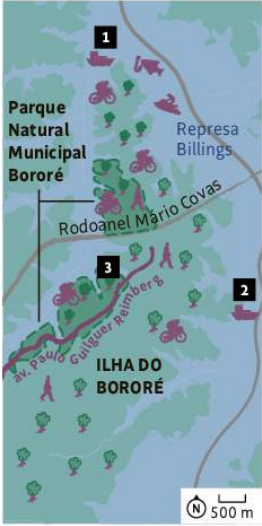
"É só chegar", avisa Emerson Ribeiro, 37, o Emerson Bororé, ator e um dos coordenadores do espaço. Brincar de pique-esconde, subir em árvores e usar o barro da terra como tinta são ações que despertam o lado lúdico, "reacendendo o vínculo com a mãe-terra", explica ele.

Conheça a Ilha do Bororé, na zona sul de São Paulo

Área
Não possui delimitação oficial; como está inserida na APA (Área de Proteção Ambiental) Bororé-Colônia, a área total, das duas regiões, é de 89,4 km²

Acessos à ilha

1. Balsa Bororé (parte do Grajaú)
2. Balsa Taquacetuba, que faz a ligação com São Bernardo do Campo
3. Estrada de terra, pela av. Paulo Guilguer Reimberg, acesso entre a Chácara Santo Amaro e o Bororé

Itapecerica da Serra · São Paulo · Grajaú · av. Paulo Guilguer Reimberg · Rodoanel Mário Covas · Parelheiros · Embu-Guaçu · São Bernardo do Campo · Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia · Marsilac · Itanhaém · Parque Estadual da Serra do Mar · São Vicente

A ilha, que na verdade é uma península, possui um parque natural municipal, fruto de compensação ambiental pela construção do Rodoanel Sul

Parque Natural Municipal Bororé

190 hectares
(pouco maior do que o Ibirapuera)

É uma unidade de conservação de proteção integral, aberta a pesquisas, atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico

3,2 km
de trilhas para caminhadas em áreas remanescentes de mata atlântica

5,6 km
para trilhas de bike, nas quais já foram catalogadas espécies como:

veado-catingueiro

bugio-ruivo

saguis

gavião-caramujeiro

Outras espécies de aves migratórias

Fontes: Anatalia Jesus Rocha Siriano, presidente da Amib (Associação de Moradores da Ilha do Bororé); Maurício Marinho, geógrafo, gestor do Parque Natural Municipal Bororé; Prefeitura de São Paulo

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Foi caminhante persistente e apaixonado

RUY SÉRGIO REBELLO PINHO (1952 - 2024)

Angela Pinho

SÃO PAULO Nunca houve meias paixões para Ruy Sérgio Rebello Pinho. Gostar de algo, para ele, era por inteiro. Envolvia dedicação, tempo e pesquisas detalhadas.

Halterofilismo? Foi campeão paulista juvenil de peso pesado. Caminhada? Andava dez mil passos todos os dias. Xadrez? Comprava livros especializados, frequentava clube de praticantes, assistia a partidas que duravam horas.

Assim aconteceu, também, com astronomia, plantas, vitaminas e muitos outros objetos de interesse. Além, sem dúvida, da poesia.

Ruy adorava declamar versos —em casa, na rua e até mesmo, como fez no último dia na Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo) de pé em cima da mesa.

Com participação ativa no movimento estudantil contra a ditadura, ele escolheu naquele ano de 1975 um dos seus poemas preferidos, o Cântico Negro, do escritor português José Régio.

"Não sei por onde vou,/ Não sei para onde vou/ Sei que não vou por aí!", dizem os versos finais.

Formado, ele entrou no Ministério Público de São Paulo, onde foi promotor e procurador de Justiça, assim como havia sido o seu pai. Mas manteve em paralelo a paixão por história que herdou da mãe, professora.

Ruy cresceu em uma casa com mais cinco irmãos, que se juntavam a ele em brincadeiras inventivas no quintal. Ao formar sua própria família, queria que também fosse grande, e conseguiu.

Teve, com a esposa Rosaly, três filhos: Ruy Veridiano, Marília e Juliana. Depois, o amor transbordou para os netos.

Amava a companhia dos seus, mas também a própria. Gostava de passar alguns períodos só.

Sua autenticidade marcou não apenas aqueles que lhe eram mais próximos. Pessoas que não o viam há anos, como amigos dos filhos e primos dos primos, relembram frases e histórias de Ruy desde a última terça-feira (2), quando ele morreu após um mal súbito.

Em sua despedida, destacavam-se duas faixas com versos que condensam diversas de suas paixões, como a poesia, as caminhadas, o céu e a vida vivida com tempo para o que importa: "Caminante no hay camino/ sino estelas en la mar", do poeta e dramaturgo espanhol Antonio Machado.

A missa de sétimo dia será realizada nesta terça-feira (9), às 19h, na Paróquia Nossa Senhora Mãe da Igreja, no Jardim Paulista, em São Paulo.

ambiente

Mangues amazônicos são ameaçados pelas mudanças climáticas

Unidades de conservação que foram criadas na década de 2000 seguram o avanço de atividades predatórias

MANGUES AMAZÔNICOS

Ana Bottallo
e Tayguara Ribeiro

BRAGANÇA (PA) E ILHA DO MARAJÓ (PA) Solo lodoso. Cheiro de enxofre. Árvores com as raízes altas, capazes de expelir o excesso de sal do solo. No primeiro momento, é difícil crer que haja uma exuberância de vida nos manguezais, mas eles são muito mais ricos em biodiversidade do que se imagina.

Em uma área de quase 8.000 km na costa norte do Brasil, do Amapá até o Maranhão, há florestas de mangues com árvores com até 40 metros de altura. Nesta região, os manguezais se transformam em um ecossistema rico e biodiverso.

Os manguezais são áreas onde há o encontro da água doce dos rios com o mar e compõem ecossistemas costeiros tipicamente tropicais, não existindo acima de uma determinada latitude onde há forte variação de temperatura.

Lá vivem diversas espécies de animais, tanto invertebrados quanto vertebrados, como aves, peixes e crustáceos, como o caranguejo-uçá.

Os manguezais amazônicos são os mais extensos e bem preservados do mundo, segundo estudo do periódico científico Anais da Academia Brasileira de Ciências. Isso se deve a diversos fatores, mas principalmente pela cobertura florestal que recobre o entorno das áreas estuarinas.

No estudo, os autores estimam que menos de 1% de toda a sua extensão, que é cerca de 7.800 km2, sofreu devastação nos últimos anos.

"É maravilhoso você conhecer os mangues daqui, porque são realmente muito lindos", diz José Francisco Berrêdo, geoquímico e professor do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém, que estuda os manguezais da região há 40 anos.

Ele cita a baixa densidade populacional na região e a presença de unidades de conservação na costa como principais fatores que explicam a conservação do ecossistema.

Já a biodiversidade pode ser explicada pela presença de grandes rios, que desembocam na foz do Amazonas, possibilitando maior mistura de água doce e salgada, e baixa densidade populacional.

Segundo Berrêdo, estudos com paleomangues (registros fósseis de manguezais), indicam que nem sempre estiveram ali. "O mangue responde a uma variação climática, por isso é um perigo para a existência dos mangues uma grande mudança [climática]", diz.

Marcus Fernandes, biólogo e coordenador do Lama (Laboratório de Ecologia de Manguezal) da UFPA (Universidade Federal do Pará), conta que há características que diferenciam os mangues amazônicos de outros na costa do Brasil.

"No caso da amazônia temos uma riqueza de ecossistemas, o que o difere também dos manguezais do Nordeste e do Sudeste", explica. "Mas cada um responde a alguma particularidade, por isso estamos mapeando as espécies [de mangue] na amazônia e pensando em estratégias de variabilidade genética das populações e replantio em áreas que sofreram desmatamento", diz.

Na corrida contra o tempo para proteger os mangues contra a crise climática, políticas públicas como criação de áreas de preservação ambiental ajudam a manter essa floresta de pé. Mas nos últimos anos, a atuação crescente da pesca predatória e a exploração humana têm pressionado os mangues amazônicos.

Uma das políticas que possibilitaram a preservação dos manguezais foi a criação, a partir da década de 2000, de unidades de conservação conhecidas como Resex (reservas extrativistas) da costa paraense até o Maranhão.

Há hoje 14 Resex na região, onde, segundo o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade), vivem 22 mil famílias em área de aproximadamente 369 mil hectares entre manguezal e lâmina d'água.

Recentemente, o governo federal decretou a criação de duas novas Resex na região, a Filhos do Mangue, nos municípios de Primavera e Quatipuru, com 4.000 famílias, e a Viriandeua, em Salinópolis e São João de Pirabas, com 3.100 famílias.

Ednaldo Gomes da Silva, gestor ambiental e chefe da área temática de proteção do Núcleo de Gestão Integrada de Bragança (PA) do ICMBio, ressalta a importância das unidades de conservação na região como forma de garantir a preservação do ecossistema.

"Vamos fechar o corredor ecológico [nome dado a um contínuo de florestas] que vai aumentar ainda mais essa importância [dos manguezais]."

Segundo ele, além do maior controle dos recursos naturais extraídos da floresta, as Resex ajudam a manter a atividade extrativista em um patamar sustentável na região.

A visão de que as populações habitantes nas Resex vivem em harmonia com os manguezais já é bem demonstrada desde antes da criação das unidades de conservação, explica a antropóloga e professora do programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia e pesquisadora do Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da UFPA Voyner Ravena.

A pesca predatória é a principal ameaça para os manguezais. "A pesca de arrasto do camarão [que tem forte impacto marinho] antes vinha com mais de 100, 120 espécies de fauna acompanhante [como são chamados os animais que vêm junto na captura]. Hoje, 15 anos depois, para uma tonelada de camarão rosa capturado, gira em torno de 60 espécies, ou seja, em menos de duas décadas, você diminuiu pela metade a diversidade", afirma.

Silva diz ser indiscutível a redução nos estoques pesqueiros na região nos últimos dez anos.

A série de reportagens Mangues Amazônicos tem apoio do Rainforest Journalism Fund do Pulitzer Center

Extensão dos mangues na costa amazônica

Fontes: ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade) e Mapbiomas

Caranguejo em área de mangue no Pará Giovanna Stael/Folhapress

saúde

Teste genético ajuda a prevenir câncer de mama e de ovário

Detecção por amostra de sangue viabiliza intervenção antes da doença surgir

TODAS

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO O teste genético para saber se uma pessoa tem chances de desenvolver câncer é feito a partir da coleta de uma simples amostra de sangue ou saliva e pode salvar mais de uma vida —a do paciente e a dos que compartilham com ele o mesmo histórico genético. O procedimento existe há cerca de uma década, mas, segundo especialistas, houve avanço expressivo no entendimento sobre os códigos revelados, permitindo resultados mais rápidos e tratamento preventivo mais preciso.

"O que mudou foi a leitura dos genes, que se tornou mais completa. Lemos [agora] parte dos genes que antigamente não conseguíamos. Além disso, como mais pessoas estão fazendo o teste, conhecemos um maior número de mutações e podemos classificá-las melhor", afirma a médica Bruna Zucchetti, oncologista especialista em câncer de mama do Hospital Nove de Julho.

A profilaxia vai desde o uso de medicações para cada tipo de mutação encontrada até a indicação de cirurgia redutora de risco.

No caso de mutações BRCA1 e BRCA2, o médico pode solicitar a remoção de ovários (ooforectomia), glândulas mamárias (adenomastectomia), tubas uterinas e útero (histerectomia) para evitar o desenvolvimento de um câncer agressivo.

A mutação de BRCA 1 e 2 pode ser apresentada por homens e mulheres, sendo indicativa de risco genético para câncer de mama (masculino e feminino), ovários, pâncreas e próstata.

"O teste genético não faz diagnóstico de câncer. Nas pacientes que já têm [a doença], é feito para orientar o seguimento e a necessidade de cirurgias profiláticas para reduzir o risco de novo câncer", explica Zucchetti.

O exame, portanto, ajuda a definir o melhor tratamento e orienta a testagem de outros membros da família.

Esse foi o caso da designer de interiores Jacqueline de Souza Murad Praxedes, 59, cuja irmã mais velha descobriu um câncer de ovário avançado.

"Eu, minha irmã e sobrinhas fizemos o exame genômico em 2021 e deu positivo para BRCA1. Todas tiramos úteros e ovários", conta Praxedes.

A designer, mesmo já estando na menopausa desde 2016, vinha apresentando sangramentos constantes, mas ainda não tinha indicativos de câncer em seu quadro. O resultado da biópsia após a remoção, porém, mostrou que ela já estava com um pequeno tumor maligno na trompa que não aparecia ainda em exames de imagem.

A designer Jacqueline de Souza Murad Praxedes, que detectou um tumor por exame genômico em 2021 Danilo Verpa/Folhapress

"Em seguida, fiz quimioterapia injetável e, após o término, quimioterapia oral por dois anos. Estou bem, faço exames regularmente e, com as bênçãos de Deus, no final do tratamento estarei totalmente curada", diz a designer.

A irmã dela, infelizmente, não teve a oportunidade de tratar preventivamente a doença e morreu há um ano, mas sua jornada ajudou a salvar as irmãs e sobrinhas de um quadro similar ao dela.

O DNA para pesquisa de mutação de BRCA 1 e 2 é extraído das células de uma amostra de sangue, que podem ser coletadas por qualquer pessoa e sem necessidade de nenhum preparo prévio. A recomendação da Sociedade Americana de Oncologia é que todas as mulheres com menos de 65 anos que tenham diagnóstico de câncer de mama, independentemente do histórico familiar, façam o teste genético.

"A cirurgia redutora de risco —ou profilática— reduz consideravelmente a chance de desenvolver um tumor de mama e ovário", diz Zuchetti. A remoção das glândulas mamárias, nesses casos, é feita dos dois lados e antes dos 40 anos.

Já os ovários têm recomendação de remoção também bilateral, mas após os 40 anos. "É indicado que todas as mulheres com diagnóstico de mutação de BRCA 1 ou 2 realizem essas duas cirurgias profiláticas", aponta a oncologista.

As glândulas mamárias são responsáveis pela produção do leite materno e não produzem hormônios no corpo. No caso de gestação, não será possível para as pacientes amamentarem, mas Zuchetti afirma que não há necessidade de nenhuma reposição hormonal e que a reconstrução das mamas femininas é feita com prótese de silicone, com procedimentos de cuidados pós-cirúrgicos padrão.

Zuchetti diz que os exames genéticos têm ficado mais acessíveis, mas ainda encontram barreiras para serem realizados via rede pública e até por convênios, mas que a expectativa para o futuro é que mais pacientes tenham acesso e possam realizar o teste.

A oncologista Mariana Scaranti, líder nacional da oncoginecologia da Dasa, diz que a pesquisa da mutação nos genes BRCA1 e 2 em paciente com câncer de ovário permite identificar aquelas que se beneficiam de terapia com drogas chamadas inibidores de PARP, bem como aquelas que precisam de maior vigilância quanto a tumores mamários.

"Os inibidores de PARP trouxeram enorme benefício com redução do risco de recorrência da doença em pacientes com câncer de ovário avançado e mutações em BRCA1 e 2. Em câncer de mama com critérios de alto risco de recorrência, a manutenção com inibidor de PARP após término de quimioterapia também trouxe benefício com aumento das chances de cura das pacientes", diz a oncologista.

Scaranti aponta ainda que para câncer de ovário não existe um exame de rastreamento eficaz e que a cirurgia de remoção em mulheres com mutação em BRCA 1 e 2 é fundamental para proteger essas pacientes.

"Conseguimos preservar a qualidade de vida dessas mulheres, bem como proteger a saúde cardiovascular e óssea com a reposição hormonal. Disseminar informação de qualidade sobre os benefícios da testagem em pacientes com câncer de mama ou ovário faz com que os mitos e medos sejam trocados pela segurança de se conhecer uma condição de estratégias individualizadas de prevenção e tratamento", afirma a especialista.

A advogada Débora dos Reis Lopes, 41, diz que o teste foi fundamental para definir seu tratamento, que, além de quimioterapia, incluiu a retirada das duas mamas e dos ovários em vez de uma cirurgia mais conservadora apenas para remoção do tumor.

"Fiz o exame porque fui diagnosticada com câncer de mama quando tinha 38 anos e eu tinha a variação no BRC1 com uma chance altíssima de recidiva. Fiquei triste. Não é uma decisão fácil e não a tomei no calor do momento. Trouxe algumas limitações, mas não me arrependo", diz.

A variante vinha da família paterna e Lopes informou a todos os parentes para que realizassem também o exame como forma de prevenção.

"Meu pai, irmão e irmã fizeram, não sei se minhas primas resolveram fazer, mas minha parte de informar eu cumpri. Se tivesse tido essa oportunidade de saber que tinha essa pré-disposição genética, ia querer. Não é fácil passar pelo diagnóstico e tratamento do câncer, é bem cruel. Então sou grata que a tecnologia e a medicina avançaram e, mesmo pagando particular, tive acesso ao teste", avalia Lopes.

Como parte da iniciativa Todas, a **Folha** presenteia mulheres com três meses de assinatura digital grátis

Memória é a consciência no tempo

É relembrando e aprendendo com o passado que se faz um futuro melhor

Marcia Castro

Professora de demografia e chefe do Departamento de Saúde Global e População da Escola de Saúde Pública de Harvard

Para o título da coluna de hoje, pego emprestadas as palavras de Fernando Pessoa.

Este ano marca os 60 anos do golpe militar. A decisão do governo de não relembrar o golpe é lamentável. É relembrando, entendendo e aprendendo com o passado que se constrói um futuro melhor.

Foi durante a ditadura militar que a Amazônia começou a sofrer uma destruição ambiental sem precedentes. Ancoradas em ideais de integração regional e segurança nacional, as então chamadas políticas de desenvolvimento promoviam a exploração de recursos naturais ignorando por completo as demandas e cultura locais.

Isso fica claro no lema "homens sem terra para terra sem homens" promovido pelo presidente Médici que, em 1970, criou o Programa de Integração Nacional (PIN). Ele via a Amazônia como solução para problemas fundiários no Nordeste.

Abertura de rodovias, construção de barragens, subsídios fiscais para a agroindústria e a promoção de assentamentos agrícolas, que atraíram milhões de migrantes, transformaram a Amazônia.

Essas mudanças tiveram consequências ambientais devastadoras e impactaram a saúde pública. Entre 1964 e 1990, o número de casos de malária aumentou 412%. Em meados dos anos 80, Rondônia era considerada a capital da malária no Brasil.

A retomada da exploração desenfreada da Amazônia durante o governo Bolsonaro deixou um rastro de destruição cujas consequências ainda são sentidas. Considerando o garimpo em áreas indígenas (o que é ilegal), 62% da área garimpada desde 1985 foi aberta entre 2018 e 2022!

O resultado é semelhante ao visto durante a ditadura: malária, desnutrição, contaminação por mercúrio, violência etc. Problemas ainda não resolvidos dada a dificuldade em unir diferentes setores no efetivo restabelecimento dos serviços destruídos durante o governo anterior. Um trabalho recentemente divulgado pela Fiocruz revela as condições sanitárias precárias que yanomamis vivendo na região do alto rio Mucajaí (em Roraima) enfrentavam em outubro de 2022.

Cerca de 15% apresentavam anemia, com maior prevalência entre menores de 5 anos (27%). Com relação a medidas antropométricas, 47% apresentavam baixo peso. Entre os menores de 12 anos, 92% apresentavam baixo peso.

Com relação a malária, cerca de um quarto dos indivíduos relataram ter tido uma infecção recente (últimos 12 meses). Exames feitos pela equipe de pesquisa revelaram uma taxa de 117 casos a cada mil habitantes, o que é mais do dobro do limite inferior da categoria de alto risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde.

Somente 15,5% dos menores de 12 anos que possuíam caderneta de saúde estavam com a vacinação em dia. Além disso, anemia e deficiências na capacidade cognitiva estavam associadas a contaminação por mercúrio.

É provável que outros povos indígenas estejam enfrentando desafios semelhantes. Especialmente os Kayapó e Mundukuru que, junto com o povo Yanomami, são os mais atingidos pelo garimpo predatório. Digo "provável" pois não há dados nem monitoramento detalhados.

Esse problema foi ressaltado no plano de aperfeiçoamento da saúde indígena preparado pela Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. A solução precisa ser rápida!

Entretanto, apesar da contaminação por mercúrio ser algo amplamente discutido, a necessidade de monitorar a presença de mercúrio na água e em alimentos consumidos pelos indígenas não foi incluída no plano de aperfeiçoamento, conforme eu já havia destacado em fevereiro.

O legado da ditadura militar para a Amazônia e os indígenas persiste. Não o relembrar é uma via para repeti-lo no futuro.

DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | **TER. Vera Iaconelli** | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

esporte

Raphael Veiga comemora gol que abriu caminho para a vitória do Palmeiras sobre o Santos na decisão do Campeonato Paulista Fabio Minotti/Palmeiras

Palmeiras fatura o tri paulista em último título de Endrick pelo clube

Assim como em 2022 e 2023, equipe de Abel Ferreira reverte desvantagem e é campeã em casa

PALMEIRAS 2
SANTOS 0

SÃO PAULO O Palmeiras repetiu, na noite de domingo (7), o que havia feito nos dois anos anteriores e conquistou o Campeonato Paulista após uma derrota no primeiro jogo da final. Repetiu também algo que havia alcançado fazia bem mais tempo: pela primeira vez desde 1934, é tricampeão estadual.

O triunfo de 2024 foi obtido contra o Santos, que ganhou a partida de ida, na Vila Belmiro, por 1 a 0. Na volta, no Allianz Parque, o time alviverde reverteu o placar agregado, com uma vitória por 2 a 0, gols de Raphael Veiga e Aníbal Moreno.

O jogo terminou em uma cena bastante recorrente nas últimas temporadas, troféu erguido pelos comandados de Abel Ferreira. Ao menos um detalhe dessa cena, porém, deixará de ser recorrente: Endrick levantando uma taça com a camisa alviverde.

O promissor atacante trocará o Palmeiras pelo Real Madrid em julho, quando completar 18 anos. Negociado por um valor atualmente estimado em cerca de R$ 240 milhões —que poderá crescer com metas atingidas—, deixará a agremiação da zona oeste paulistana com cinco títulos em duas temporadas e meia: dois do Paulista, dois do Brasileiro e um da Supercopa do Brasil.

O clube paulista até tentou negociar uma liberação apenas em dezembro. Mas o time espanhol já aguarda com ansiedade a chegada do garoto, que marcou nos dois jogos mais recentes da seleção brasileira —vitória por 1 a 0 sobre a Inglaterra, no estádio de Wembley, em Londres, e empate por 3 a 3 com a Espanha em sua futura casa, o Santiago Bernabéu, em Madri— e encheu os olhos europeus.

"Vou ser bem sincero, quando eu estava na seleção eu senti a ficha caindo, com Vini e Rodrygo perguntando quando eu ia chegar, Paquetá, Bruno Guimarães, todos perguntando quando eu ia. Eu sei que vou sair, não sou leigo, mas minha cabeça ainda está completamente aqui", disse ele após a final.

> Vou ser bem sincero, quando eu estava na seleção eu senti a ficha caindo, com Vini e Rodrygo perguntando quando eu ia chegar. Paquetá, Bruno Guimarães, todos perguntando quando eu ia. Eu sei que vou sair, não sou leigo, mas minha cabeça ainda está completamente aqui [no Palmeiras]
>
> **Endrick**
> atacante do Palmeiras

Ao menos por enquanto, porém, ainda que por pouco tempo, Endrick é jogador do Palmeiras. Decisivo na conquista do último Brasileiro, o adolescente teve participação importante também na trajetória de seu time no Paulista e o levou à decisão, voltando às pressas da seleção para definir o triunfo por 1 a 0 sobre o Novorizontino na semifinal.

Na decisão, o Palmeiras precisou de pouco mais de 30 minutos para deixar o confronto empatado. Aos 32 da etapa inicial, Raphael Veiga converteu uma cobrança de pênalti e abriu o placar no Allianz.

A penalidade só foi assinalida pelo árbitro Raphael Claus depois de revisar o vídeo, pelo qual ele considerou faltoso o choque do goleiro João Paulo em disputa de bola com Endrick, que tentou surpreender a defesa santista após uma cobrança de tiro de meta de Weverton.

O Palmeiras manteve a pressão depois do gol, sobretudo com Endrick, enquanto o Santos demorou até depois do intervalo para se reencontrar na partida. Até o pênalti, havia um equilíbrio no duelo, uma chance clara para cada lado: aos 9 minutos, Gil salvou um bola de cabeça em cima da linha após chute forte de Mayke. A resposta santista foi num arremate de longe de Pituca.

Depois do intervalo, foi a vez Mayke aparecer como salvador e salvar, em cima da linha, um chute de Otero.

Aos 21, porém, ninguém conseguiu impedir o Palmeiras de marcar o segundo e virar o confronto. Piquerez fez grande jogada pela esquerda, cruzou na cabeça de Flaco López, que ajeitou para Aníbal Moreno completar para o fundo da rede e colocar os donos da casa no caminho do título.

O Santos ainda tentou descontar o placar, que levaria aos pênaltis, mas a equipe da casa conseguiu segurar a vitória que lhe garantiu o troféu.

Apesar da derrota na decisão, a campanha santista no estadual indica um bom caminho para o clube nesta temporada em que o time vai disputar a Série B do Campeonato Brasileiro pela primeira vez em sua história.

No início da competição, o técnico Fábio Carille nem tratava o título como seu principal objetivo na competição. O plano do treinador era justamente aproveitar o Paulista para organizar o elenco para conquistar o acesso à elite do futebol nacional.

Abel chega ao 10º título e se torna técnico mais vencedor do Palmeiras

SÃO PAULO Nenhum treinador conquistou mais títulos com o Palmeiras do que Abel Fernando Moreira Ferreira. Neste domingo (7), ao superar o Santos na decisão do Campeonato Paulista e alcançar o tricampeonato no torneio, o português de 45 anos chegou ao décimo troféu pelo time alviverde, igualando-se a Oswaldo Brandão.

Os troféus adicionados à galeria palmeirenses graças ao trabalho do europeu, no entanto, o credenciam a ser considerado o maior treinador da história do clube, uma vez que foram conquistados em competições de maior prestígio.

Os dez títulos de Abel, além deste Paulista de 2024 recém-consumado, são as Copas Libertadores de 2020 e 2021, o Campeonatos Brasileiro 2022 e 2023, a Copa do Brasil de 2020, a Supercopa do Brasil de 2023, a Recopa Sul-Americana de 2022, além dos Paulistas de 2022 e 2023.

Desde a década de 1930, quando venceu o estadual de São Paulo em 1932, 1933 e 1934, o time alviverde não festejava um tricampeonato na competição.

Oswaldo Brandão, recordista isolado até este domingo e lembrado por ter acabado com a fila corintiana de 23 anos em 1977, obteve dez títulos no Palestra Itália: o Torneio Início (1946), a Taça Cidade de São Paulo (1946), quatro Paulistas (1947, 1959, 1972 e 1974), a Taça Brasil (1960), a Taça Governador do Estado de São Paulo (1972) e dois Brasileiros (1972 e 1973).

Excluídos dessa conta o Torneio Início, a Taça Cidade de São Paulo e a Taça Governador do Estado de São Paulo, de menor expressão, Abel já era considerado por alguns torcedores como o maior vencedor.

Mas, ao que tudo indica, essa possível polêmica não deve demorar muito tempo. Neste ano, a equipe terá ainda mais três competições para disputar, o Brasileiro, a Libertadores e a Copa do Brasil. Abel tem vínculo com o clube até o fim de 2025.

Tem sido assim desde a chegada dele, em 2020, quando passou a acumular títulos, fato que o ajudou a se isolar como o técnico com mais títulos em uma mesma passagem pela equipe.

Agora que acabou, foi fácil

O título do Palmeiras terminou conquistado com o pé nas costas

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

O torcedor palmeirense discordará e fará muito bem em discordar: a hegemonia alviverde no futebol paulista já está ficando monótona.

O segundo tricampeonato de sua história terminou conquistado como havia sido com o bi: no máximo um sustinho no jogo de ida das finais, para criar certo suspense, sem o qual talvez a graça nem fosse a mesma.

A partida de volta adquiriu tons de drama, exigiu poupar na Libertadores, vingar a perda da invencibilidade, enredo repetido pela terceira vez, para nova virada que culminou com a 26ª taça na sala de troféus.

Tricampeonato com apenas três derrotas, para alimentar as ilusões dos são-paulinos, goleados na finalíssima; para dar H20 no paladar dos do Água Santa, embora, diga-se, o Peixe não tenha morrido pela boca, porque foram humildes na vitória obtida na Vila Belmiro, sabedores da dificílima missão que teriam pela frente.

Ao observador neutro, eram favas contadas desde que as quartas de final começaram. Na verdade, desde que o campeonato deu o pontapé inicial.

Ganhar um jogo do Palmeiras em São Paulo é tão possível que o Santos ganhou, como os outros dois também ganharam.

Ganhar duas vezes seguidas, embora o empate bastasse, beira as raias do impossível.

Para o Santos era incomparavelmente mais importante, significaria a ressureição logo depois da queda para a segunda divisão nacional, encheria o time de moral para avisar aos demais 19 concorrentes da Série B: "Disputem as três vagas restantes porque uma já é nossa". Não deu.

Caso o perdesse, haveria certa marola na vida palmeirense, logo esquecida pelos jogos do Campeonato Brasileiro que começa no próximo domingo (14), no Barradao, em Salvador, Bahia, contra o Vitória, ou ainda antes, em casa, nesta quinta-feira (11), contra o Liverpool genérico do Uruguai.

Haveria chateação pela segunda decisão estadual perdida na casa verde, mas Leila Pereira nem sequer repetiria o gesto nada nobre de seu antecessor ao chamar o torneio de Paulistinha — tratamento que só os que o chamam assim há décadas têm direito de usar.

Ela se limitou a repetir as conquistas passadas.

Graças ao menino Endrick que assustou o experiente goleiro João Paulo a ponto de sofrer pênalti desnecessário e infantil, não observado pelo assoprador de apito, mas exigido pelo intervencionismo do VAR paulista que faz questão de ser mais importante que o jogo.

Desmontado o sistema bem montado do Santos, 1 a 0 na batida do pênalti por Raphael Veiga, o Palmeiras terminou o primeiro tempo com superioridade capaz de permitir prever que no segundo não deixaria espaço para pênaltis decisivos. Assim foi.

Apesar de um susto quando Mayke salvou o empate na linha fatal em chute de Otero, o argentino completou jogada sensacional para fazer o 2 a 0 garantidor do segundo tricampeonato da história alviverde.

Endrick desarmou um rival, Piquerez driblou outro de quebrar a costela e Flaco López passou para o gol.

Terminava mais uma campanha de Abel Ferreira e seus Gren Caps, uma companhia que se não é orquestra sinfônica, está longe, muuuito longe de desafinar, Academia mais física que de letras, capaz de empilhar diplomas e mais diplomas de méritos com louvor.

E do jeito que a coisa vai, nos próximos quatro anos o Palmeiras empatará com o maior rival em número de títulos: 30. Alguém duvida?

Flamengo, Grêmio, Vitória e Atlético-MG vencem estaduais

Fim de semana decidiu campeonatos pelo país e acesso na A2 do Paulista

SÃO PAULO O Flamengo conquistou o Campeonato Carioca neste domingo (7) após vencer de novo a surpresa Nova Iguaçu (que eliminou o Vasco nas semifinais) no segundo jogo da final, por 1 a 0. O gol foi de Bruno Henrique.

A equipe comandada por Tite empilhou chances e poderia ter construído um placar mais elástico, mas alcançou desempenho mais do que suficiente. No agregado, 4 a 0 para o Flamengo na decisão contra o clube da Baixada Fluminense.

Na primeira partida da final, no sábado (30), o Flamengo venceu por 3 a 0, com dois gols de Pedro e um contra, de Ronald.

O ex-técnico da seleção brasileira conquistou, assim, seu primeiro título pela equipe carioca. Ele chegou ao clube em outubro do ano passado.

É a 38ª vez que o clube, maior vencedor do torneio, conquista o Carioca.

Em Minas Gerais, após empate por 2 a 2 na primeira partida da decisão, o título ficou com o Atlético-MG, que venceu o Cruzeiro neste domingo por 3 a 1, de virada.

O Cruzeiro, que jogava por outro empate, já que teve a melhor campanha durante o campeonato, abriu o placar, no segundo tempo, com Mateus Vital. Mas Saravia, Hulk, de pênalti, e Gustavo Scarpa, fizeram para o Atlético-MG e deram o título à equipe comandada por Gabriel Milito.

É a quinta conquista consecutiva de estadual do clube.

No Rio Grande do Sul, o título ficou com o Grêmio, que venceu, de virada, o Juventude por 3 a 1 no sábado (6) —a partida de ida havia sido 0 a 0.

Gilberto abriu o placar para o Juventude no início da partida, mas Cristaldo e Diego Costa, em gols que tiveram menos de dois minutos de diferença entre si, deram a virada à equipe de Renato Gaúcho ainda antes do intervalo. No fim da partida, Nathan Fernandes fez o terceiro.

É a sétima vez seguida desde 2018 que o clube conquista o torneio. Se vencê-lo de novo no ano que vem, igualará um recorde do rival Internacional, que conquistou os oito Gaúchos disputados entre 1969 e 1976, mas atualmente vive jejum e não conquista a taça desde 2016.

Bruno Henrique comemora gol sobre o Nova Iguaçu na final do Carioca neste domingo Daniel Castelo Branco/Agência O Globo

Na Bahia, deu Vitória. A partida deste domingo foi na Fonte Nova, casa do Bahia, e terminou 1 a 1. Wagner Leonardo abriu o placar para o Vitória e Everton Ribeiro empatou, tudo no primeiro tempo. Também na etapa inicial o time da casa perdeu um jogador, Andrade, que foi expulso.

Na semana passada, o Bahia, jogando no Barradão, chegou a abrir 2 a 0, mas levou a virada. A partida terminou 3 a 2 para o rival, e foi essa a vantagem que lhe deu a taça neste domingo.

Em Santa Catarina o campeão foi o Criciúma, que jogará a Série A do Brasileiro neste ano. A equipe empatou com o Brusque por 1 a 1 no sábado, mas havia vencido a primeira partida, semana passada, por 2 a 1.

O Ceará venceu, nos pênaltis, seu 46º Campeonato Cearense, após dois empates (0 a 0 e 1 a 1) contra o arquirrival Fortaleza na decisão. O título interrompe uma sequência de cinco conquistas do rival, que venceu todos os torneios entre 2019 e 2023.

Em Pernambuco, o Sport ficou com a taça. Venceu a partida de ida, contra o Náutico, por 2 a 0 na semana passada, e empatou sem gols neste sábado.

Em Mato Grosso, o Cuiabá conquistou, pela quarta vez seguida, o estadual. Venceu nos dois jogos da final o União Rondonópolis por 1 a 0.

Ainda no Centro-Oeste, o Atlético-GO conquistou o Campeonato Goiano após vencer o Vila Nova duas vezes na decisão. Fez 2 a 0 na semana passada e, neste domingo, 3 a 1. Os gols do campeão foram de Luiz Fernando e Emiliano Rodríguez (2), enquanto Alesson anotou para o Vila Nova.

Outros campeões decididos no fim de semana foram CRB (AL), que venceu o ASA de Arapiraca na final, Altos (PI), que bateu o Parnahyba, nos pênaltis, União (TO), que superou o Tocantinópolis, e Ceilândia (DF), que bateu o Capital também nos pênaltis.

O sábado e o domingo também foram decisivos na A2 do Paulista. No sábado, o Velo Clube, de Rio Claro, segurou um empate por 0 a 0 contra o Juventus e, como vencera o primeiro jogo por 1 a 0, garantiu sua vaga. A equipe volta à principal divisão estadual após 45 anos.

No domingo foi a vez do Noroeste, de Bauru, vencer a Portuguesa Santista nos pênaltis após dois empates (0 a 0 e 1 a 1) e ficar com a segunda vaga.

As promoções têm uma curiosidade: na primeira fase da A2, classificam-se os oito clubes mais bem colocados para a fase de mata-mata. O Velo foi o sétimo e o Noroeste, o oitavo. Os clubes substituirão no Paulista de 2025 o Santo André e o Ituano, rebaixados.

RED BULL FAZ FESTA COM DOBRADINHA NO JAPÃO

Issei Kato/Reuters

A Red Bull dominou o pódio do GP do Japão, realizado durante a madrugada deste domingo (7) no circuito de Suzuka. Max Verstappen e Sérgio Pérez fizeram uma corrida à parte, sem dar a menor chance para os concorrentes, e cruzaram a linha de chegada, respectivamente, em primeiro e segundo lugar. O holandês voltou ao topo do pódio depois de seu inesperado abandono no GP da Austrália, o primeiro dele em dois anos, e se recuperou com uma grande exibição em solo japonês. Carlos Sainz, da Ferrari, o vencedor na Austrália, completou o pódio em terceiro, à frente de seu companheiro de equipe, o monegasco Charles Leclerc, que largou da oitava posição. A próxima etapa será no dia 21, na China.

Daniel Alves nega ter dado entrevista a jornal espanhol e diz que só vai falar após processo

SÃO PAULO Condenado por estupro na Espanha, o jogador de futebol Daniel Alves, 40, negou ter dado entrevista a qualquer meio de comunicação após sua saída da prisão. "Não é verdade que concedi qualquer entrevista a qualquer meio de comunicação, nem a concederei enquanto o processo judicial não estiver resolvido", escreveu em espanhol em seu perfil no Instagram no sábado (6).

O posicionamento aconteceu após o jornal espanhol El Periódico publicar uma reportagem na sexta (5) com as supostas primeiras declarações do brasileiro desde que saiu da prisão, em liberdade provisória, após o pagamento de uma fiança de 1 milhão (R$ 5,5 milhões), em 25 de março.

Na reportagem, intitulada "Dani Alves vive normalmente após condenação por estupro: 'Onde eu vou eu sobrevivo'", o veículo espanhol afirma que o jogador estava alguns quilos mais magro e concedeu entrevista em um restaurante, ao lado de seu amigo Bruno Brasil.

Ao contrário do que publicou o jogador neste sábado, o periódico afirma que Daniel Alves demonstrou resignação ao processo: "É o que tenho que fazer. Toda sexta-feira vá ao tribunal e pronto", teria respondido.

Em sua rede social, no entanto, ele afirmou que não concederá entrevistas "enquanto o processo judicial não estiver resolvido", em sinal de contrariedade à decisão judicial.

A reportagem cita com detalhes o que o jogador teria pedido no restaurante e como se vestia, e afirma que Daniel Alves chegou a comentar como passou o período na prisão.

"Segundo ele, não parece ter sido muito difícil, embora pareça muito mais opaco e magro do que antes. 'Onde quer que eu vá eu sobrevivo. Adapto-me a tudo porque para mim não é o lugar que faz a pessoa, mas sim a pessoa que faz o lugar', frisou com um sorriso, sem querer entrar em mais detalhes de sua vida atrás das grades", diz trecho publicado pelo veículo espanhol.

Daniel Alves tem evitado também aparições públicas. Desde que deixou a prisão, em liberdade provisória, ele foi visto apenas uma vez, quando se apresentou ao Tribunal Superior de Justiça da Catalunha, conforme parte da medida que o colocou em liberdade. Ao chegar e ao sair, o jogador foi vaiado e xingado por algumas pessoas que estavam na rua e manteve uma atitude tranquila e passiva, de acordo com veículos da imprensa local.

O comparecimento ao tribunal deverá ocorrer semanalmente. Essa é uma das medidas exigidas pela Justiça local para que o ex-lateral do Barcelona e da seleção brasileira continue fora da cadeia enquanto os recursos de sua defesa são analisados. É uma das formas de evitar que ele saia do país.

Outras medidas exigidas para a liberação provisória de Alves foram a entrega de seus dois passaportes (espanhol e brasileiro) e os compromissos de não deixar o país e de manter a distância e a incomunicabilidade com a denunciante.

O jogador de futebol foi solto depois de ter passado 14 meses em prisão preventiva.

Site de apostas compra naming rights do Campeonato Brasileiro

SÃO PAULO O site de apostas online Betano comprou os naming rights do Campeonato Brasileiro. A informação, ainda não confirmada pela CBF, foi divulgada pelo Ge.com.

O valor do acordo deve superar os atuais R$ 50 milhões pagos pelo atacadista Assaí na última renovação anual de contrato. A empresa patrocina o torneio desde 2018.

A Betano já possui os naming rights da Série B do Brasileiro e da Copa do Brasil. Além disso, patrocina o Atlético-MG e já estampou seu nome na camiseta do Fluminense.

O acordo vem num momento em que as casas de aposta passam por regulação no Brasil. O governo sancionou no fim de 2023 um projeto de lei regulamentando o setor, que até então operava numa espécie de limbo, já que jogos de azar são proibidos no Brasil.

O projeto prevê uma alíquota de 12% sobre a arrecadação das casas de apostas descontado no pagamento dos prêmios. Já os apostadores devem pagar 15% ao ano quando o valor recebido for acima de R$ 2.112.

O governo Lula (PT) criou em janeiro a Secretaria de Prêmios e Apostas, que será responsável pela regulamentação e monitoramento do mercado das bets e dos jogos online.

A gestão do petista também estuda criar um domínio específico, o '.bet', para as empresas do setor. A medida visa ajudar o apostador a identificar as casas de aposta regularizadas no país.

Dentre os principais torneios nacionais do mundo, apenas o Campeonato Português tem o mesmo tipo de patrocínio.

Por que os homens não estão discutindo a violência de gênero?

Aos homens que me leem e talvez digam que nem todo homem é igual, vocês repreendem outros homens?

Ana Fontes

É empreendedora social e fundadora da RME (Rede Mulher Empreendedora). Vice-presidente do Conselho do Pacto Global da ONU Brasil e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República

Fato curioso: apesar desta coluna ser direcionada às mulheres, a grande maioria dos comentários —também em sua maioria ofensiva— que recebo são de homens.

Acredito que, se usassem dessa mesma energia para corrigir, cobrar e interromper outros homens em falas e em atitudes machistas, misóginas e abusivas, estaríamos caminhando mais rapidamente para uma sociedade mais igualitária. Afinal, por que falamos, escrevemos, participamos de passeatas e criamos colunas e publicações sobre esses temas, enquanto os homens praticam violências e os outros acobertam?

A conta não fecha e não fechará nunca.

O caso do jogador Daniel Alves é um exemplo recente dessa fraternidade entre os homens. A primeira coisa que ele fez após pagar multa por sua liberdade provisória pelo seu crime? Recebeu amigos encapuzados em sua mansão.

Aos homens que me leem e talvez digam que "nem todo homem é igual", vocês repreendem outros homens? Corrigem atitudes e falas errôneas? Denunciam abusos? Ser um aliado na luta contra a violência de gênero que as mulheres enfrentam diariamente é mais do que uma regra; é um problema que vocês devem assumir.

Dentro desse sistema patriarcal, os meninos e as meninas são ensinados a se comportar de forma diferente em relação a comportamento, sonhos, ambição, vida sexual e mais. Isso levanta a questão: o que isso reverbera em situações de violência contra as mulheres, sutis ou não?

As mulheres crescem acuadas enquanto os homens se sentem livres para ser e fazer o que quiserem. Dessa forma, esse assédio se torna naturalizado e muitas vezes é visto como poder.

Mulheres estão sendo mortas, violentadas e abusadas, e enquanto elas falam, reforçam, gritam sobre isso, são tratadas como "mimizentas". Para aquelas que têm coragem de denunciar, precisam suportar o peso da exposição, do processo, da ridicularização, de suas carreiras arruinadas e, muitas vezes, sem nenhuma resolução. Para aquelas que não denunciam, sobram os traumas sem nenhuma justiça sobre esses atos. Nossas vidas são arruinadas, e parece que ninguém se importa de verdade com isso.

Além de nos perguntarmos e também causar essa reflexão nos homens do porquê eles não estão discutindo sobre a violência de gênero, existe uma outra pergunta muito importante a se fazer: por que os homens protegem tanto uns aos outros? Por que eles não corrigem os "brothers" diante de uma fala ou mesmo uma atitude machista/misógina, inclusive quando esta é sofrida por uma mulher que eles conhecem? Quer dizer que a brotheragem está acima de ser alguém decente?

Estamos cansadas, mas desistir não é uma opção. Enquanto sociedade, precisamos ser uma rede de apoio às vítimas, precisamos apoiar umas às outras, incentivar, celebrar e apoiar mulheres.

Aos homens, sempre é hora de mudar, se posicionar, ter coragem e peito para interromper relações e expor outros homens. São os criminosos que precisam ter vergonha, medo dos crimes que cometem, não as mulheres dos abusos que sofrem.

Aos meninos, que sejam ensinados desde cedo sobre consentimento, respeito, gênero, para crescerem como adultos e homens melhores e verdadeiramente aliados.

CAMBOJA REALIZA FESTEJOS PREPARATIVOS PARA O ANO NOVO
Carro de boi leva bandeira do Camboja na província de Kampong Speu como parte das festividades do Ano Novo Khmer, que será de 13 a 16 de abril Tang Chhin Sothy/AFP

VOCÊ VIU?

O cantor e compositor Bruce Springsteen emocionou os fãs ao interromper seu show em São Francisco, no domingo de Páscoa, para atender a um pedido de uma pequena espectadora. Uma outra fã, Karen Pitcher Scovell, registrou o momento e compartilhou nas redes sociais.

A estudante sortuda conseguiu chamar a atenção do cantor com um cartaz com as palavras "Perdendo escola. Assina meu bilhete?". Springsteen, então, acatou o pedido e ajoelhou-se para assinar a justificativa de falta da garota.

Com 74 anos, o cantor voltou aos palcos dos Estados Unidos em 2024, após cancelar vários shows em decorrência do tratamento de uma úlcera em 2023.

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
8.abr.1924

Antonietta canta em SP ópera do governador eleito

A cantora Antonietta de Souza, uma das mais brilhantes artistas do Brasil, encontra-se em São Paulo, em vésperas de partir para a Europa, onde vai se preparar para a próxima temporada do Theatro Costanzi, de Roma, na Itália.

Ela veio para a capital paulista para participar da ópera "A Bela Adormecida", de autoria de Carlos de Campos (político que tomará posse como governador de São Paulo em maio). Antonietta ainda deve realizar um concerto próprio no Theatro Municipal.

Também já está na cidade de São Paulo para atuar nessa mesma ópera a cantora Alice Fischer —artista que obteve grande êxito no Rio de Janeiro.

Folha da Noite

LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira
folha.com/mensageirosideral

Novo mapa 3D pode mudar nossa compreensão do destino do Universo

A divulgação dos resultados do primeiro ano de dados de uma colaboração internacional de mais de 900 pesquisadores de cerca de 70 instituições, feita na última quinta-feira (4), traz uma sugestão intrigante: será que a energia escura —a enigmática força que atualmente está acelerando a expansão do Universo— varia com o tempo?

O instrumento Desi, instalado no telescópio de 4 metros do Observatório Nacional de Kitt Peak, nos Estados Unidos, observou uma fatia do céu, determinando a posição de 6,4 milhões de galáxias e quasares, além de medir um fenômeno conhecido como oscilações acústicas de bárions —cientifiquês para descrever os padrões de espalhamento deixados por ondas sonoras que viajavam pelo Universo primordial, muito mais quente e denso que o atual. Com as duas coisas, os pesquisadores podem estimar o afastamento dessas galáxias e a taxa de expansão a que foram submetidas nos últimos 13 bilhões de anos.

Com isso, eles criaram o maior mapa 3D já feito do cosmos, delineando a chamada "teia cósmica" (o padrão de distribuição da matéria pelo Universo).

Com margens de erro que variam entre 1% e 3% (dependendo da distância, e portanto da época do Universo a que se referem), as taxas de expansão medidas são compatíveis com o chamado modelo padrão da cosmologia. Baseado na teoria da relatividade, ele tem três ingredientes básicos: matéria bariônica (aquela que todos conhecemos), matéria escura (que só detectamos indiretamente pelos efeitos gravitacionais) e a energia escura (uma força misteriosa que está acelerando a expansão do Universo de uns 6 bilhões de anos para cá).

Um detalhe importante é que esse modelo trata a energia escura como uma "constante cosmológica", o que implica que a densidade dela em qualquer parte do Universo seria a mesma todo o tempo. E aí é que entra a novidade introduzida pelo primeiro ano de dados do Desi, divulgada em dez artigos científicos publicados no site do projeto: juntando essas novas medidas a outros resultados que medem a expansão, o melhor encaixe não seria com uma energia escura constante, mas variável —que muda ao longo do tempo.

A sugestão —e por ora não passa disso, já que, dentro da margem de erro, as novas medidas ainda se encaixam com o modelo padrão— pode obrigar a uma reforma da nossa compreensão da evolução do cosmos e também terá implicações em como ele irá terminar.

Por ora, tratando a energia escura como constante, a conclusão inescapável é a de que o Universo seguirá se expandindo para sempre, até se diluir completamente. Seria um fim "frio" para o cosmos.

Se, no entanto, ela for variável, é possível que a expansão acelerada acabe se revertendo, o que faria o Universo terminar "quente", num Big Crunch, com o esmagamento de toda a matéria em um só ponto —um Big Bang ao contrário.

Com efeito, os resultados novos parecem sugerir, em seu melhor encaixe, uma sutil redução recente na taxa de aceleração da expansão cósmica.

Os pesquisadores envolvidos com o Desi esperam que, ao final de sua missão de cinco anos, ao mapearem cerca de 40 milhões de galáxias, a precisão seja suficiente para cravar qual é a da energia escura, se ela se alinha ou não ao modelo padrão. E isso, naturalmente, traria subsídios para tentarmos entender o que é e como de fato se comporta essa misteriosa entidade cósmica, sobre a qual repousa o destino final de todo o Universo.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
SEGUNDA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2024

Clima quente

Pabllo Vittar volta com 'Batidão Tropical Vol. 2', trazendo regravações de Joelma e ode à música do Norte e do Nordeste do país

Guilherme Luis

SÃO PAULO Perto de lançar o álbum "Batidão Tropical Vol. 2", a cantora Pabllo Vittar quer se esquecer do furacão que há sete anos varreu a sua vida e a transformou na drag queen mais famosa de todo o país.

"Não sinto falta daquele início explosivo. Foi divertido porque era tudo novo, mas eu tinha muito medo, ansiedade e receio. Não sabia direito o que esperar do futuro", afirma a artista, em entrevista. "Era meio que obrigada a fazer coisas. Agora já tenho 30 anos, então estou mais calma. Estou na minha melhor fase. A palavra é maturidade."

Foi a partir desse sentimento de plenitude que Pabllo Vittar criou seu novo álbum, sequência de "Batidão Tropical", lançado em 2021, no qual regravou músicas de artistas do Norte e do Nordeste do país.

Na segunda parte, que chega às plataformas digitais nesta terça-feira, a drag queen canta versões de faixas que ficaram populares nas vozes das paraenses Joelma, Mylla Karvalho e Gaby Amarantos. Há ainda regravações do grupo Ravelly, criado em 2006, também no Pará, e da banda Djavú, surgida em 2008 na Bahia.

O disco é uma desculpa para Pabllo homenagear as canções que escutava quando criança e as popularizar no resto do país. A drag nasceu no Maranhão e cresceu no Pará. "Ai Ai Ai Mega Príncipe" é um exemplo disso. Gravada primeiramente pela Banda Batidão, a música encantou Pabllo porque era muito popular nas festas de aparelhagem.

Continua na pág. C3

Pabllo Vittar em ensaio de 'Batidão Tropical Vol.2' Gabriel Renné

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

Priscila Prade/Divulgação

A foto icônica que estampa a capa do disco lançado por Rita Lee em 1980 foi recriada por Mel Lisboa em ensaio fotografado por Priscila Prade. A atriz está prestes a interpretar a cantora no musical "Rita Lee: Uma Autobiografia Musical", no Teatro Porto Seguro, em São Paulo. Na imagem, Mel Lisboa usa uma roupa branca e aparece com o cabelo ruivo, assim como na foto original de Rita, registrada por Miro há mais de quatro décadas

DOSE TRIPLA

O BNDES divulgará nos próximos dias o balanço do primeiro trimestre de 2024. Os dados apontam um crescimento de 22% nos desembolsos para empresas beneficiadas com financiamento da instituição, em relação ao mesmo período do ano passado.

DOSE 2 Houve também um salto de 68% nas consultas à possibilidade de acesso a financiamentos do banco, o que traduziria o maior interesse de empresas, de todos os tamanhos, por recursos para investimento.

DOSE 3 O volume de créditos aprovados cresceu 91% em relação ao primeiro trimestre de 2023.

DOSE 4 "Nossa diretoria está muito otimista com os resultados. Neste governo Lula, o BNDES voltou a exercer o papel histórico de grande instrumento do desenvolvimento brasileiro", diz o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

DOSE 5 "É o melhor trimestre em consultas desde 2014, o melhor em aprovações desde 2015 e o melhor em desembolsos desde 2016", afirma ainda Mercadante.

OLHO VIVO Parlamentares do PSOL acionaram a Justiça do Distrito Federal pedindo a suspensão da resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), publicada na última quarta (3), que proibiu um procedimento usado em casos de interrupções de gestações avançadas previstas em lei.

BARRADO A norma veta a assistolia fetal, que consiste numa injeção de produtos químicos que provocam a morte do feto para, depois, ser retirado do útero da mulher. O procedimento é recomendado para casos de aborto legal acima de 22 semanas a fim de evitar, entre outras coisas, que o feto seja expulso com sinais vitais antes da sua retirada do útero.

ASSINO A ação é da deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL-SP), do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL-SP) e do vereador Celso Giannazi (PSOL-SP). Eles afirmam que o Código Penal não estabelece limite de tempo gestacional para a realização de aborto previsto em lei e, portanto, a norma é ilegal e viola direitos fundamentais das mulheres.

INTERCÂMBIO Representantes do Comitê Econômico e Social Europeu, órgão equivalente ao Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, na Europa, chegam a Brasília na próxima terça-feira (9) para participar de encontros com autoridades brasileiras.

INTERCÂMBIO 2 A vinda do grupo foi articulada pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O presidente Lula (PT) e o seu vice, Geraldo Alckmin, vão participar de tratativas. Na quarta (10), o presidente do comitê europeu, Oliver Röpke, se reunirá com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

SOM O cantor Ivan Lins vai lançar no próximo dia 26 um álbum inédito, que foi gravado há 15 anos na Suíça: "Abre Alas". No trabalho, o brasileiro canta sete músicas do seu repertório acompanhado da big band George Robert Jazz Orchestra. Os arranjos são do músico americano Bob Mintzer.

SOM 2 Ivan Lins também toca piano elétrico no disco, que apresenta sucessos do artista como "Começar de Novo", "Madalena", "Saudades de Casa", "Passarela no Ar" e "Abre Alas", que dá nome ao álbum.

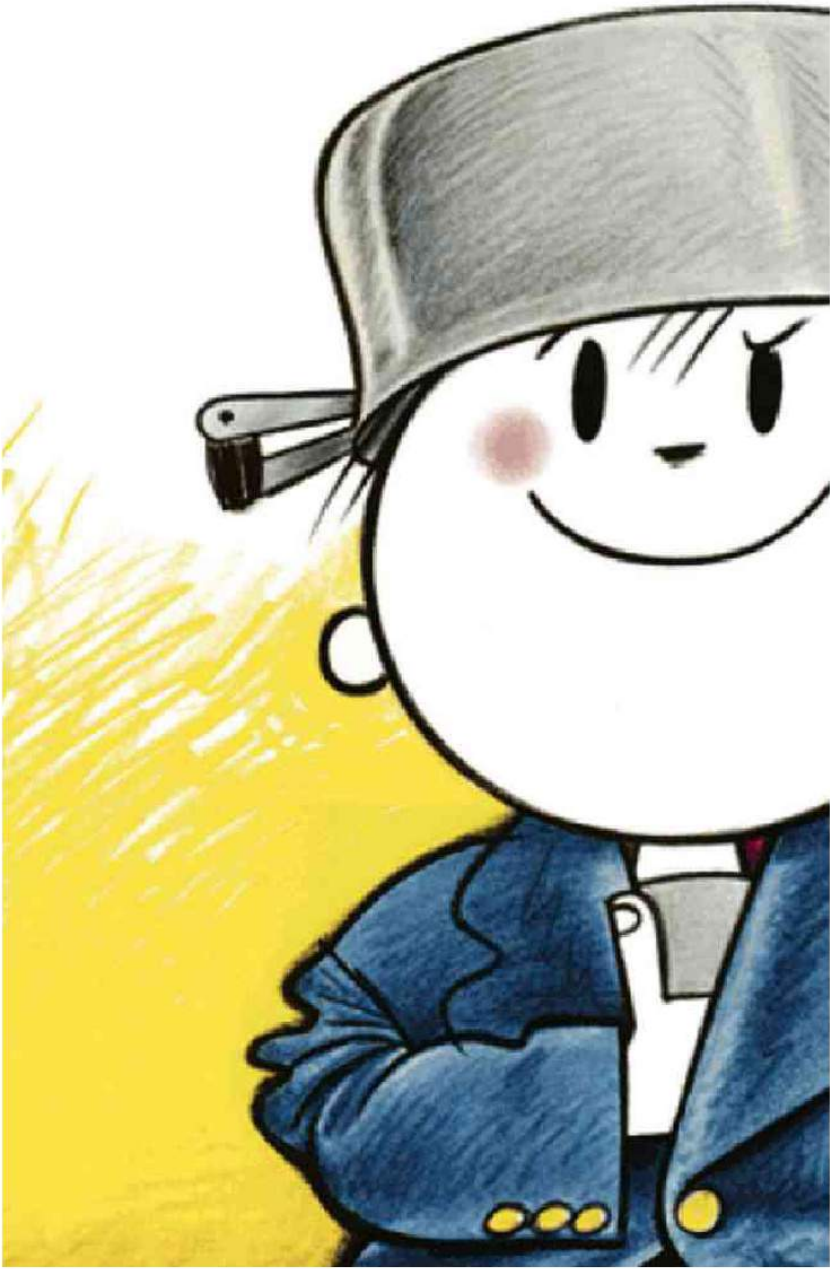
TELA O livro "Se Não Eu, Quem Vai Fazer Você Feliz? Minha História de Amor com Chorão", de Graziela Gonçalves, viúva do vocalista da banda Charlie Brown Jr., vai virar filme.

TELA 2 O longa é produzido pela Bravura Cinematográfica. A produtora adquiriu os direitos da editora Companhia das Letras, que publica a obra.

VIDA E MORTE A partir da relação do casal, o livro narra o sucesso e o declínio de Chorão, até a sua morte, em 2013. Dirigido por Hugo Prata e Felipe Novaes, criadores do documentário "Chorão: Marginal Alado", o filme está sendo roteirizado por Duda de Almeida ("Sintonia", da Netflix).

POLTRONA O Canal Brasil vai exibir, entre os dias 3 e 6 de maio, uma maratona de longas, médias e curtas-metragens premiados no festival É Tudo Verdade, além de clássicos do cinema nacional.

SELEÇÃO Com curadoria do fundador da mostra, Amir Labaki, a programação reunirá obras como "Cabra Marcado Para Morrer" (1984), "Carmen Miranda: Bananas is My Business" (1995) e "Elena" (2012). "Procurei distinguir títulos que marcaram a história do festival e também alguns documentários importantes", diz Labaki.

com Bianka Vieira, Karina Matias e manoella Smith

Todos continuamos maluquinhos, como o menino de Ziraldo

Fenômeno literário do cartunista lançado em 1980, 'O Menino Maluquinho' retrata a metamorfose da infância

OPINIÃO

Alexandra Moraes
Secretária-assistente de Redação

Fenômeno de vendas e eventos literários há mais de quatro décadas, "O Menino Maluquinho" está entranhado na infância brasileira desde que foi criado em 1980 por Ziraldo. O autor mineiro morreu na tarde do último sábado, em sua casa, no Rio de Janeiro.

Seu símbolo maior, a panela à guisa de chapéu, pode hoje parecer inofensivo perto do maremoto de bizarrices detonado pelas redes sociais. E mesmo no livro o artefato estava longe de ser o aspecto mais peculiar do personagem.

O avô é quem dá o alerta. "Meu neto é um subversivo." Ele era, sim, mas não por ameaçar levar bomba à escola. A aventura de aprender a ler é que ganhava um nível extra de subversão com o Maluquinho.

O menino fazia jus ao visual napoleônico. Não parava quieto, quebrava coisas. Tinha "fogo no rabo", "o olho maior que a barriga" e "macaquinhos no sótão" responsáveis por encher sua cabeça de ideias. No meio da baderna, dava testemunho de uma infância que começaria, em alguns anos, a sair de cena. A subversão acompanhava esse deslocamento e estava migrando da bomba para o fogo no rabo. Talvez tenha se ancorado aí parte do fascínio que faria durar o sucesso do menino nas décadas seguintes — a nostalgia da bagunça.

Justaposta à agitação, estava a sensibilidade do garoto.

Continua na pág. C3

Corpo de Ziraldo é sepultado no Rio sob aplausos de amigo e familiares do artista

Aléxia Sousa

RIO DE JANEIRO O corpo do cartunista Ziraldo foi sepultado no fim da tarde deste domingo no Cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo, localizado na zona sul do Rio de Janeiro. O artista gráfico morreu no último sábado, aos 91 anos, enquanto dormia em sua casa na capital fluminense.

Ainda na chegada ao cemitério, o corpo de Ziraldo foi recebido por um corredor formado por fãs, familiares e amigos, que aplaudiram o artista. Já no jazigo, mais aplausos e gritos de "tchau, tio Ziraldo" dito por gente de todas as idades que, mesmo não sendo da família do cartunista, o tinha como se fosse um parente.

Entre elas, a atriz Fernanda Torres, que afirmou estar emocionada. Os atores Tonico Pereira e Hélio de la Peña também estiveram no enterro para prestar suas últimas homenagens ao cartunista.

Também houve sorrisos e até gargalhadas ao pé do túmulo de Ziraldo quando filhos e amigos começaram a contar histórias engraçadas vividas com o artista. A alguns parentes a viúva de Ziraldo, Marcia Martins, disse que ele foi em paz e tranquilo num dia lindo.

No enterro, a emoção tomou conta quando todos os presentes cantaram em coro a canção "Bésame Mucho", escrita pela compositora mexicana Consuelo Velásquez.

"Ele amava bolero. Já acamado, as cuidadoras colocavam essas músicas para ele escutar, e ele mesmo quase sem conseguir falar, tentava cantar", explicou a irmã de Ziraldo, Santinha Alves Teixeira.

Por fim, todos cantaram o refrão da música "O Menino Maluquinho", do cantor Milton Nascimento e assobiaram. "O assobio é o código que ele criou para chamar a família. Onde estivesse, ele nos chamava assobiando desse jeito que fizemos aqui", contou Teixeira durante o enterro.

Continua na pág. C3

O Menino Maluquinho, personagem mais célebre de Ziraldo Divulgação

Flip anuncia Ana Lima Cecilio como sua nova curadora

SÃO PAULO A Flip, a Festa Literária Internacional de Paraty, anunciou no último sábado a editora Ana Lima Cecilio como curadora da 22ª edição do evento, que deve acontecer em setembro, na cidade do litoral fluminense.

Formada em filosofia pela Universidade de São Paulo, Cecilio tem mais de 20 anos de experiência no mercado editorial e foi a primeira editora da escritora italiana Elena Ferrante no Brasil. Dentre os autores que já tiveram obras editadas por ela estão ainda Hilda Hilst, Aldous Huxley e Samuel Beckett.

Gerente de conteúdo na livraria virtual Dois Pontos, Cecilio já trabalhou nas editoras Cosac Naify, hoje extinta, Carambaia e Globo Livros —nesta, no selo Biblioteca Azul, de livros clássicos, ensaios e biografias.

"Sua proximidade com o público leitor é um ativo importante para o trabalho como curadora da Flip", diz Mauro Munhoz, diretor artístico do festival literário, em comunicado oficial. No mesmo anúncio, a Flip informou que a emergência climática estará entre os temas a serem debatidos durante a programação.

Esta é a primeira vez que a curadoria da Flip volta a ser comandada por uma única pessoa. Desde 2020, coletivos assinavam a organização da festa literária.

A expectativa é que seja divulgado em junho o nome do autor homenageado desta edição. No ano que vem, o evento pretende voltar a acontecer em julho.

Clima quente

Continuação da pág. C1

Esses eventos são tradicionais no Pará e considerados importantes para a disseminação do brega paraense e do tecnobrega. "Eu não ia muito para as aparelhagens porque era criança. Mas me lembro muito das músicas porque nosso único lazer era se juntar com os vizinhos para escutar por horas os CDs gravados nesses eventos", conta a artista. "Tinha uma aparelhagem que era tão alta, que o som chegava até na minha casa."

O refrão de "Ai Ai Ai Mega Príncipe" repete o verso "vou fazer o 'P'", que é uma espécie de lema usado pelas pessoas que frequentam a aparelhagem Mega Príncipe Negro —mas é desconhecido por muitos de seus fãs. Ainda que a versão da drag queen não tenha furado sua bolha, a cantora discorda de quem acredita que o trabalho possa fracassar por soar regionalizado.

"É um conteúdo novo para muita gente, mas, para outros, é nostálgico. Eu cantei 'Me Usa' [regravação da banda Magníficos] num programa, e as senhorinhas da plateia choravam. Tenho certeza de que já tiveram alguma história com essa música", diz.

"Estou retomando esse público feminino. O 'Batidão Tropical' conversa muito com as mulheres. Tiro isso da minha família —minha mãe, minhas primas e minhas tias ouviam esse tipo de música, como as bandas de forró Limão com Mel e Calcinha Preta. Com o 'Noitada', eu não iria atingir esse público nem fodendo."

A artista fala de seu disco mais recente, lançado há um ano, como o qual fez uma ode às pistas de dança, preenchendo as letras de desejo sexual. Foi feito por Pabllo Vittar no fervor pós-pandemia, momento em que a drag queen estava sedenta pelos prazeres da noite.

"Batidão Tropical", por sua vez, nasceu enquanto Pabllo estava trancada dentro de casa e se voltava às músicas de sua infância para lembrar os tempos sem coronavírus.

Apostando em músicas de um Brasil que não costuma atingir o topo das paradas, Pabllo vai na contramão da internacionalização que outras estrelas pop do país têm buscado. A cantora Ludmilla, por exemplo, acaba de lançar "Piña Colada", com o colombiano Ryan Castro, enquanto se prepara para fazer show no festival americano Coachella. A cantora Anitta, por sua vez, está prestes a lançar um disco de funk em inglês e espanhol.

"Estou bem desconectada do pop brasileiro. Às vezes, vou me sentir contemplada, às vezes, não, e está tudo bem. Tenho escutado muito tecnobrega, forró e música eletrônica. Não deixa de ser pop, mas eu desviei meu olhar do que tem acontecido no cenário pop atual", diz a drag queen.

O "Batidão Tropical Vol. 2" abre com "Pra te Esquecer", lançada em 2003 pela antiga banda de Joelma, que vive um novo auge após viralizar com "Voando pro Pará", a música do tacacá. Circulavam rumores de que a cantora dividiria uma faixa com Pabllo no disco, o que não acontece. "Pode rolar ainda. Eu já a convidei."

O ritmo cai e o disco segue com o forró para dançar coladinho "Pede para Eu Ficar", escrita por Pabllo, com sample de "Listen to Your Heart" do duo roqueiro sueco Roxette.

A voz de Gaby Amarantos surge em "Não Vou te Deixar", uma canção sobre como é difícil ficar longe dos beijos de seu amado. Amarantos, aliás, representa uma geração de artistas que impulsionou o tecnobrega à fama nacional.

"O tecnobrega está para o Pará como o funk está para o Rio de Janeiro", afirma Pabllo. "O gênero ainda é muito marginalizado, mas, graças a Deus, há artistas que levam esse som para outros lugares. Eu me sinto muito honrada de ser uma dessas pessoas."

Quem também participa do disco é a cantora cearense Taty Girl e o DJ paraense Will Love na faixa "Rubi", da banda Ravelly. Mas a grande musa de Pabllo é na verdade Mylla Karvalho, ex-vocalista do grupo Companhia do Calypso, que hoje é pastora evangélica e cantora gospel. Karvalho é a voz original de algumas faixas do primeiro "Batidão Tropical" e lançou também "Nas Ondas do Rádio", que agora ganha uma versão por Pabllo. "Ela mudou a minha infância. Quando estou no palco, vejo muito dela em mim."

O novo "Batidão Tropical" não vai sair completo. Três canções foram substituídas por falas de Pabllo, como áudios de WhatsApp, com menos de um minuto cada uma. A ideia, nas palavras da artista, é "ir degustando devagar o álbum, não se pode dar tudo". Se os fãs vão gostar disso ou não, ela não se importa. "Eles sempre reclamam, amor, sempre", diz Pabllo Vittar, antes de soltar uma gargalhada.

Batidão Tropical - Vol. 2
Artista: Pabllo Vittar. Gravadora: Sony Music. Lançamento nesta terça-feira. Nas plataformas digitais

Continuação da pág. C2

Ele "sabia onde achar o azul e o amarelo" quando estava chovendo, o que o localiza numa época anterior à proibição do tédio. E caía de lado e caía de frente jogando bola. Caía e se ralava.

A cada reedição da obra, o Menino Maluquinho, no entanto, se via diante de uma infância de traços distintos, que ia se metamorfoseando numa atividade fisicamente mais restrita e permanentemente supervisionada pelos adultos ao redor.

E o fato de o menino ter "dez namoradas"? Este guarda um odor mais azedo diante da bem-vinda disseminação do entendimento de que namoro não deve ser parte do universo infantil —pode haver também coisas boas nos caminhos destes tempos ansiosos que não demorariam a adornar a panela do Maluquinho com uma etiqueta de "boy lixo".

Salvo por pouco do cancelamento, o Menino Maluquinho talvez tenha conseguido testemunhar a multiplicação das telas no ambiente doméstico e a elevação delas a um status soberano. E chegou também a esse universo tanto no bonito "live action" de Helvécio Ratton lançado ainda numa época em esse termo não era amplamente usado em português brasileiro, o ano de 1995, quanto na animação que desembarcou no streaming em 2022.

O menino que gostava de rir cresce e descobre que, em vez de maluquinho, tinha sido apenas feliz. Não apenas pela liberdade baderneira mas apesar da dor do divórcio dos pais, ainda novidade numa narrativa infantil.

Isso desloca o texto da nostalgia da infância para uma espécie de vanguarda de costumes. Apenas três anos separam a Lei do Divórcio, de 1977, do livro de Ziraldo.

Mais fresca ainda era a ideia de que as crianças poderiam, sim, ser resilientes e felizes apesar da dor, em contraposição à imagem mal-assombrada do "lar destruído" dos filhos de "desquitadas".

O menino ainda ressoa nos leitores —talvez porque continuemos todos um pouco maluquinhos. Quem seria louco de duvidar disso?

Continuação da pág. C2

Num dia de homenagens e despedidas, familiares e fãs se reuniram desde as dez da manhã deste domingo para velar o corpo de Ziraldo no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, também na zona sul da capital fluminense.

No caixão, havia uma bandeira do Flamengo, time de coração do mineiro. Ao lado, o boneco do Menino Maluquinho e um desenho do célebre personagem. Filha de Ziraldo, a cineasta Daniela Thomas falou sobre os últimos momentos de seu pai.

"Desde 2018 que ele estava acamado. Desde então, foi um declínio muito grande. Essa passagem dele é uma coisa que a gente até desejava para o alívio do sofrimento que ele estava tendo", disse. Filha de Ziraldo, Fabrizia Alves Pinto afirmou que o pai teve papel importante na luta contra a ditadura militar.

"Ele é uma das pessoas que salvou o Brasil da ditadura. Ele ficou no Brasil para lutar com a pena. Com papel, com ideias pequenas e pérolas. Uma pessoa como essa não vai embora", disse a filha, que falou ainda sobre o desejo de ter uma estátua no Rio de Janeiro em homenagem ao legado de seu pai.

Na cerimônia, amigos compartilharam memórias que guardam do desenhista e ouviram uma gravação do poema "Memória", de Carlos Drummond de Andrade, na voz do próprio poeta, que era amigo de Ziraldo. O final do poema também foi declamado no sepultamento, horas mais tarde. "Mas as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão", concluiu Fabrizia Alves Pinto.

'O Avesso da Pele' volta às escolas do Paraná e de Goiás

SÃO PAULO Livro que discute racismo e violência, "O Avesso da Pele" voltou a ser disponibilizado neste sábado nas escolas do Paraná e de Goiás após ter sido recolhido em março deste ano.

A obra de Jeferson Tenório foi retirada de unidades de ensino em três estados após uma diretora do Rio Grande do Sul pedir seu banimento das salas de aula.

O anúncio da liberação foi feito no perfil das redes sociais da editora Companhia das Letras. A empresa havia entrado na Justiça com um mandado de segurança para barrar o recolhimento dos livros no Paraná.

"Felizmente a decisão foi revista pelas secretarias estaduais de educação e o livro voltou a estar disponível para alunos de ensino médio", diz o comunicado.

Em 1º de março, Janaina Verizon, diretora da escola Ernesto Alves, classificou a obra como inadequada para estudantes do ensino médio. Ela argumentou que alguns trechos apresentam cenas de teor sexual. O livro também foi acusado de infringir o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que os especialistas refutam.

À época, Jeferson Tenório criticou a decisão. "O mais curioso é que as palavras de 'baixo calão' e os atos sexuais do livro causam mais incômodo do que o racismo, a violência policial e a morte de pessoas negras", escreveu nas redes.

O livro foi vencedor do Prêmio Jabuti de romance literário e selecionado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que compra e distribui livros para as escolas públicas a partir da avaliação de banca com professores, mestres e doutores.

Após a repercussão do caso, o livro registrou um aumento de 400% das vendas.

SP-Arte chega ao fim com alta nos negócios e dúvida sobre tela de valor

Edição de 20 anos da feira teve obra atribuída a Tarsila do Amaral com sua autoria questionada e mais impostos

Danilo Thomaz

SÃO PAULO A edição da feira que comemorou os 20 anos da SP-Arte, no Pavilhão da Bienal, terminou neste domingo, em São Paulo, com alta nas vendas, segundo um levantamento prévio feito pela reportagem junto às galerias. O balanço final será divulgado pelo próprio evento nos próximos dias.

A maioria dos galeristas nacionais consultados comunicou aumento que varia de 30% a 100% nas vendas. Entretanto, obras como "O Guerreiro", de Maria Martins, à venda na Galatea, por R$ 8 milhões, uma das peças mais caras da feira, ainda estavam sendo comercializadas na tarde de domingo.

A criadora e diretora da SP-Arte, Fernanda Feitosa, avaliou a edição como "quase perfeita". Segundo ela, o evento e o mercado chegam a um momento de maturidade. "São 20 anos em que cada vez que a gente se sentiu com musculatura foi dando um passo."

Feitosa aponta uma série de desafios para o futuro. Um deles é em relação à questão da autenticidade das obras.

Neste ano, conforme revelou a reportagem, a galeria OMA, de arte contemporânea, trouxe à feira uma obra atribuída a Tarsila do Amaral à venda por R$ 16 milhões —a peça teve sua autenticidade contestada e agora está sendo analisada.

A pintura não estava exposta na galeria, mas guardada numa mala. De acordo com Feitosa, o quadro não constava na lista de peças apresentada pela galeria para ser aprovada na feira. "Nós temos um processo bastante rigoroso de seleção das galerias, de forma a garantir a idoneidade, a seriedade e a diversidade. Mas as feiras não têm ferramentas nem estão equipadas [para verificar a autenticidade]", afirma Feitosa, que vê o como um problema que atinge as demais feiras do segmento.

Outro desafio apontado pela diretora da SP-Arte diz respeito à questão tributária. Até o ano passado, obras nacionais ou estrangeiras importadas, no valor de até R$ 3 milhões, contavam com isenção no ICMS para comercialização nos dias da feira. A renúncia do imposto estadual, que vigorava desde 2012, era voltada a obras comercializadas por galeristas do estado de São Paulo ou vendidas para moradores do estado.

A feira foi informada só na quarta-feira da semana passada a não concessão do benefício, que impactou galerias como a Sur, do Uruguai, que vende trabalhos de artistas como Joaquín Torres García.

"É um golpe muito duro. Os impostos de importação são muito caros no Brasil", afirma o galerista Martin Castillo. A Sur foi a primeira galeria estrangeira a participar da SP-Arte e está na feira desde sua primeira edição, há 20 anos.

A galeria Continua —com escritórios em diversas cidades do mundo— também afirma ter sido afetada pelo imposto nas vendas. "Foi bom o resultado. Não foi maravilhoso", afirma Akio Aoki, da galeria. A Continua representa no Brasil o italiano Michelangelo Pistoletto, um dos últimos representantes vivos do movimento da arte povera italiana, e mostrou duas obras suas, que não conseguiu vender. "Os impostos inviabilizaram a venda dessa obra", diz Aoki.

A galeria Nara Roesler também sentiu o efeito da tributação, apesar do bom desempenho. A casa vendeu uma pintura de 2012 de Tomie Ohtake, artista que estará na Bienal de Veneza, por mais de R$ 1 milhão. Outras duas obras —dos artistas Daniel Buren e Julio Le Parc— foram vendidas por um preço semelhante.

"As vendas foram fortes, mas a perda da isenção fiscal do ICMS durante a feira comprometeu, especialmente, a venda de obras de artistas estrangeiros, que têm uma carga tributária enorme na importação. Vendemos obras de diversos artistas, desde os mais estabelecidos como Abraham Palatnik e Artur Lescher, quanto de artistas mais jovens, como Manoela Medeiros e Elian de Almeida", afirma o galerista Alexandre Roesler.

Feitosa diz que a renúncia do ICMS nos últimos 11 anos contribuiu para a internacionalização da feira e do próprio mercado brasileiro de arte.

"A isenção criou condições para que as grandes galerias internacionais viessem, para que trocas [entre os atores brasileiros e estrangeiros] ocorressem. A isenção é uma oportunidade para que o Brasil continue inserido no mercado internacional em condições de menor desigualdade."

Apesar disso, o resultado foi positivo para a maior parte das galerias. A Mendes Wood DM trouxe uma seleção de artistas que estarão na Bienal de Veneza, como a mineira Sonia Gomes e o baiano Rubem Valentim, artistas contemporâneos como Lucas Arruda e a obra "Power Tower", da americana Lynda Benglis, artista exibida pela primeira vez numa feira de arte brasileira.

A seleção foi bem recebida. "Todos foram vendidos. A Lynda está em negociação", de acordo com a diretora da Mendes Wood, Isadora Ganem. "Foi melhor do que ano passado, que foi muito bom." Ela estima que o aumento nas vendas tenha sido de 40%, mas o número deve aumentar com a venda das edições de Benglis.

Thiago Gomide, da Gomide&Co, reportou um aumento de 100% em relação a 2023. A obra "This Revolution Will Not Be Televised", de Rirkrit Tiravanija, sobre o assassinato de Marielle Franco, ainda estava em negociação no domingo.

André Millan, da galeria Millan, afirmou que foi muito bem nesta edição, com um crescimento de 50%. Entre as obras vendidas está a instalação "Blue Tango", de Miguel Rio Branco, composta por 16 peças, criada há 20 anos.

Galerias tradicionais, como a Pinakotheke, voltada ao mercado secundário, e galerias mais jovens, como a Verve, do setor primário, comunicaram um aumento semelhante nas vendas, em torno de 30%.

"Senti uma maior presença de estrangeiros", diz Ian Duarte Lucas, da Verve, que vendeu três obras para colecionadores da França, dos Estados Unidos e da Suíça. A Pinakotheke vendeu três trabalhos por mais de R$ 1 milhão.

A feira teve público estimado de 30 mil, como no ano passado. Os ingressos se esgotaram no sábado, como em 2023.

'This Revolution Will Not Be Televised', obra do artista Rirkrit Tiravanija, à venda na Gomide&Co, na última SP-Arte Fotos Divulgação

Trabalho do artista brasileiro Cildo Meireles, da galeria Luisa Strina, também oferecido na última feira Edouard Fraipont/Divulgação

Obra de Lothar Charoux, artista austríaco radicado no Brasil, que estava à venda na galeria Berenice Arvani, nesta SP-Arte

Ricardo Cammarota

Da raça de Deus

Uma das tradições cristãs mais belas é a da teologia oriental ou ortodoxa

Luiz Felipe Pondé
Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Era do Niilismo'. É doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo

Uma das literaturas mais ricas na teologia cristã são as narrativas de teor místico —a experiencia direta de Deus. Dois reparos: o cristianismo não detém o monopólio das narrativas místicas. Elas existem tanto no judaísmo quanto no islamismo. Seguramente nas religiões do extremo oriente —que desconheço— também existem.

Evidentemente, que contextos culturais e linguísticos impactam essas narrativas de modo profundo e não podia ser diferente, uma vez que religiões são continentes culturais.

Um segundo reparo, este epistemológico: as abordagens dessas narrativas se diferenciam segundo seus aspectos sociais, políticos, de gênero, linguísticos, históricos e teológicos, para citar algumas dessas abordagens distintas.

Uma das tradições cristãs mais belas é a da teologia ortodoxa, cujas igrejas mais significativas são a grega e a russa.

Os ortodoxos entendem que o contato direto com as chamadas energias incriadas de Deus causa uma transformação ontológica no místico.

Por ser ontológica, portanto, profunda, essa transformação impacta a psicologia, a cognição, a volição —vontade— e o intelecto.

O místico passa a ser, como diz o escritor grego de Creta Nikos Kazantzaki (1883-1957) no seu "Relatório a El Greco" —numa tradução direta do grego—, da "raça de Deus".

A transformação do intelecto se chama "metanoia". "Nous" em grego é intelecto. Portanto, a cognição será atravessada pela presença de Deus no modo de pensar e enxergar o mundo. O mundo tem outra luz e outra cor. O místico em metanoia pensa diferente e entende as coisas de forma estranha ao mundo natural e comum.

A visita de Deus, como se costuma dizer na ortodoxia, "taboriza" a pessoa —referência a transfiguração do Cristo no monte Tabor, passagem do evangelho. O indivíduo "taborizado" emana uma luz estranha que tem por efeito desarticular as misérias do mundo à sua volta. Pessoas "taborizadas" rompem com os falsos acordos do mundo e trazem para eles a doçura de Deus.

Dois personagens na obra de Dostoiévski (1821-1881) apresentam esses traços. Sonia, a prostituta santa de "Crime e Castigo", e o príncipe Minchkin do "Idiota". Ela desarticula o leitor que diante da vida que tem não apresenta rancor ou medo algum, mas apenas ama sem esperar nada em troca. Ele, absolutamente desinteressado no seu próprio "eu", sente o sofrimento do outro antes mesmo deste ter consciência de que sofre.

O "idiota de Deus" é um personagem da tradição russa religiosa que parece um idiota, mas, na verdade, transcende o caráter "defendido" no homem. A metanoia o faz parecer um idiota. Como no romance citado, Minchkin diz em certo momento: "Eu sei que pareço um idiota, mas isso se deve à minha doença". Ele era epiléptico como o próprio Dostoiévski. Epilépticos seriam figuras atravessadas pela violência divina, para muitos no passado.

A personalidade mística é descentrada de si mesma —quase diria que no século 21 seria impossível uma tal personalidade existir em meio ao narcisismo boçal dos identitarismos e do marketing existencial que assolam o mundo.

Esse descentramento pode vir acompanhado da quase total falta de consciência acerca do processo de "taborização" em si. Os outros, como no caso do príncipe Minchkin, percebem a transformação sem que ele tenha a mínima consciência dela.

Voltando a Kazantzaki. O autor grego se vê diante de seu conterrâneo de Creta —mas que viveu em Toledo, na Espanha—, o pintor El Greco (1571-1614), como alguém da "sua raça". O livro descreve a biografia espiritual de Kazantzaki, sua ascese e travessia do deserto, travessia presente em qualquer experiência espiritual que merece assim ser chamada.

Aliás, as experiências espirituais de consumo hoje em dia são um lixo, entre outras razões, porque são narcísicas.

As pinturas de El Greco consomem seus personagens no fogo. Assim Kazantzaki vê a experiência mística: o místico é consumido pela chama de Deus. Nenhum corpo permanece igual diante do fogo. Nenhuma alma permanece igual diante de Deus: ela vira chama como ele. Do caos à luz, "o método de Deus".

| SEG. Luiz Felipe Pondé | **TER. João Pereira Coutinho** | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Um toco sozinho

Mais do que marceneiro virtuoso, seu Barbosa era madeira de lei

Bia Braune
Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a TV Globo

Bate na madeira. Que nenhum perrengue doméstico acometa você agora, mas vai que. Se o seu caderninho de telefones não é tão precavido quanto o meu, já lhe dou esse conselho. Prestadores de serviço eficientes restauram minha fé no ser humano. Por isso, com a alma mais desnivelada que um contrapiso e o coração chapiscado por toda sorte de enroladores, tratei de reunir um dream team da gambiarra.

Do Cézanne das paredes ao "chocrível" eletricista ex-astro do pagode, passando por estofadores, serralheiros, "spliteiros", pedr... "Marceneiro bom: tem?". Opa, peraí. Desde seu Barbosa, percebo não manter qualquer bico estável com profissionais desse ramo. Talvez lhes falte o lirismo melancólico daquele homem que frequentava nossa casa, antes mesmo que eu tivesse meu próprio teto.

Imagine-o assim: a cara do marinheiro Popeye, com a boina do jogador de sinuca Rui Chapéu. Trajado numa elegância social maltrapilha, tal como um dândi dos formões e das morsas. Das plainas, goivas e brocas. Nós nunca conseguimos descobrir se possuía algum verniz, posto que era seriíssimo e falava o mínimo.

Sabíamos apenas que vinha do Norte, que seu prenome era Jessé (igual ao cantor de "Porto Solidão") e que uma tragédia familiar o levara a beber.

Cumpridor de horários, ao fim do expediente batia ponto no bar. Já trôpego, mas sem perder a altivez chapliniana, cortava caminho de volta pela nossa rua. Era quando enfim o víamos sorrir, depositando flores em nosso portão (que ele mesmo fez). Destinavam-se à minha mãe, a única que o defendia da chacota alheia. "Eu, hein. O que é que tem? Nunca vi marceneiro melhor!"

Anos a fio, ele reparou mesas e fez armários feito um virtuose. Tinha alma de artista e um grosso lápis vermelho atrás da orelha. Até que mamãe precisou mudar de endereço, pois não conseguia mais subir escadas. De minha parte, não resta qualquer dúvida: se tivesse pedido, seu Barbosa teria construído um elevador para ela. No dia da mudança, em vez da flor habitual, minha mãe encontrou um toco de madeira.

Lembro da lágrima que a vi enxugar. Ele havia esculpido o rosto dela. Na marcenaria, o termo "descarregar" possui sentido bem mais poético. É quando as camadas de tinta e de tempo são retiradas para que se chegue à superfície original. Mamãe, de certa forma, soube descarregar seu Barbosa. E aquela madeira era de lei.

Marcelo Martinez

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | **TER. Manuela Cantuária** | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

'O Espigão', de Dias Gomes, celebra 50 anos desde a estreia

O Espigão
Globoplay, 10 anos
Em 1974, a novela trazia, com humor, um tema inédito na televisão, a expansão imobiliária desenfreada em detrimento da natureza. O apelido "espigão", usado pelo personagem principal, se tornou tão popular que ganhou um registro no dicionário, com a definição de "edifício com muitos andares". Esta exibição é uma dupla homenagem —50 anos da estreia da novela e 25 anos da morte de seu autor, Dias Gomes.

Eclipse Across America
Disney+, 15h, livre
O eclipse solar —quando a Lua fica entre a Terra e o Sol— não será visível no Brasil, mas jornalistas da ABC News e da National Geographic estarão espalhados por dez cidades na América do Norte para uma cobertura especial. A Nasa também transmite o eclipse pelo YouTube, às 14h.

Godzilla vs. Kong
HBO2 e Max, 14h30, 12 anos
Kong e seus protetores estão em busca de seu verdadeiro lar quando cruzam com um furioso Godzilla. O embate entre esses dois adversários míticos revela um mistério escondido no fundo do núcleo da Terra, que deixa o destino do mundo todo em perigo.

Japão, Terra da Resistência
CNN Brasil, 20h, livre
Ex-correspondente em Tóquio, o jornalista Márcio Gomes volta ao Japão para uma série documental em cinco episódios sobre os mais recentes desafios enfrentados pela população, como os estragos do último terremoto no país e o envelhecimento.

Miss Scarlet & the Duke
Film&Arts, 22h, 14 anos
Série policial sobre uma jovem, Miss Scarlet, que administra a agência de detetives de seu pai morto, com a ajuda ocasional de um policial da Scotland Yard na Londres dos anos 1850, a mesma época de Jack, o Estripador.

Roda Viva
TV Cultura, 22h, livre
A bancada do programa entrevista o senador Flávio Bolsonaro, do PL. Filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, Flávio é um dos principais opositores do governo de Lula. O senador do Rio de Janeiro tem feito diversas críticas à atual administração nas redes sociais.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Bicudinho *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

			5			4		
5						1	8	2
	8						6	
	1	9	7	4				
	6		8	2	5			1
2		7			6			
	2		4		1	8	3	
			6	3	8	2		
3	4		2			9	1	6

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

1	3	6	5	8	2	4	7	9
5	7	4	3	6	9	1	8	2
9	8	2	1	7	4	5	6	3
8	1	9	7	4	3	6	2	5
4	6	3	8	2	5	7	9	1
2	5	7	9	1	6	3	4	8
6	2	5	4	9	1	8	3	7
7	9	1	6	3	8	2	5	4
3	4	8	2	5	7	9	1	6

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. (Fig.) Homem de extraordinária bravura e valentia **2.** Sigla do estado de Rio Branco e Xapuri / Exigir a atenção ou os cuidados de **3.** Rompimento, quebra / C **4.** Fúria / O sufixo usado na internet para designar empresas comerciais **5.** Um presente dos Reis Magos **6.** (Abrev.) Santo / O país de Sanaa **7.** O escritor japonês Kenzaburo, prêmio Nobel de Literatura em 1994 / Coletânea das leis eclesiásticas **8.** Que produz a voz **9.** Fuzarca, gandaia / Cada bolotinha do caviar **10.** (Fig.) Improdutivo, estéril, inútil / O ator Harris, de "O Segredo de Beethoven" **11.** A linha mais curta que une dois pontos, indefinidamente prolongada nos dois sentidos / Cilindro revestido de espuma, lã etc., usado para pintar superfícies planas **12.** Teste genético / Dizer mal de **13.** Mover para um e para outro lado, ritmicamente.

VERTICAIS
1. Ator estadunidense de "O Chamado da Floresta" e "Blade Runner" **2.** Ressoante / Sinal **3.** Um dos esquilos das histórias de Walt Disney / Acompanha o hambúrguer **4.** Uma hortaliça muito consumida / (Pop.) Na linguagem dos jovens, pessoa idosa ou de hábitos antiquados **5.** Nascidas no país de Kiev / Fundos de Investimento **6.** Astro prata / A cantora e compositora mineira Marina / Da boca, relativo à boca **7.** Elvis Presley (1935-1977), ícone do rock / Agradavelmente funcional / Saudação ao se encontrar alguém **8.** Unidade comercial de quantidade para sólidos / Envolver fio numa base cônica **9.** Que proporciona um benefício.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									■
2			■						
3							■		
4						■			
5								■	
6				■					
7			■						
8		■							
9						■			
10							■		
11					■				
12				■					
13	■								■

HORIZONTAIS: **1.** Hércules, **2.** AC, Ocupar, **3.** Rotura, Cê, **4.** Raiva, Com, **5.** Incenso, **6.** Sto, Iêmen, **7.** Oe, Cânone, **8.** Fonador, **9.** Farra, Ova, **10.** Ocioso, Ed, **11.** Reta, Rolo, **12.** DNA, Falar, **13.** Oscilar.
VERTICAIS: **1.** Harrison Ford, **2.** Ecoante, Aceno, **3.** Tico, Fritas, **4.** Couve, Coroa, **5.** Ucranianas, FI, **6.** Lua, Sena, Oral, **7.** EP, Cômodo, Olá, **8.** Saco, Enovelar, **9.** Remunerador.